

RELATÓRIO E CONTAS 2021

21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350

millenniumbim.co.mz



RELATÓRIO E CONTAS

2021

20

21

M

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
PRINCIPAIS INDICADORES - BASE CONSOLIDADA	8
SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	9
ESTRUTURA ORGANIZATIVA	12
MODELO DE GOVERNO	12
MISSÃO, VISÃO E VALORES E ESTRATÉGIA	15
PRÉMIOS DE 2021	17
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	20
ECONOMIA INTERNACIONAL	20
ECONOMIA NACIONAL	21
PERSPECTIVAS PARA 2022	24
ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE	26
SEGMENTO DE NEGÓCIO	26
OFERTA	27
REDE DE DISTRIBUIÇÃO	28
RECURSOS HUMANOS	29
RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATROCÍNIOS	31
SISTEMA DE GESTÃO	35
COMPLIANCE	35
GESTÃO DE RISCO	35
ANÁLISE FINANCEIRA	39
ANÁLISE DE RENDIBILIDADE	39
ANÁLISE DA ESTRUTURA PATRIMONIAL	41
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	47
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	47
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL	48
BALANÇO CONSOLIDADO	49
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS	50
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS	51
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO BANCO	52
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DO BANCO	53
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO BANCO	55
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DO BANCO	56
NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	57
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	143
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	151

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Após uma contracção de 1,30% em 2020, a economia moçambicana cresceu 2,16% em 2021. Este desempenho favorável foi extensível aos diversos sectores de actividade, destacando-se, o forte contributo da agricultura, indústria mineira, hotelaria e restauração, transportes e comunicações. Relativamente às componentes da procura, destacam-se os contributos das exportações, sobretudo associadas aos sectores das *commodities*, e do investimento relacionado com projectos na área de recursos naturais, energia e infra-estruturas ferro-portuárias.

A retoma gradual do consumo privado, reflectiu em parte:

- a implementação do plano de vacinação nacional, que permitiu o abrandamento de medidas de contenção da pandemia; e
- a estabilidade do Metical face ao Dólar americano, nomeadamente na segunda metade de 2021.

Num contexto desafiante na conjuntura internacional, caracterizado por tensões geopolíticas, novas variantes da COVID-19, perturbações na cadeia de logística global e aumento das pressões inflacionistas, o Banco Central introduziu novos cortes nas taxas de reservas obrigatórias (em moeda nacional reduziu de 11,5% para 10,5% e moeda estrangeira recuou de 34,5% para 11,5%) e aumentou as taxas de juro em 300 pontos bases no início de 2021.

O Millennium Bim manteve uma gestão sólida, transparente, eficiente e inovadora, com enfoque na criação de valor, que permitiu a consolidação da sua posição de liderança no sistema financeiro moçambicano, servindo mais de 1,8 milhões de Clientes através de uma extensa rede de Balcões (199), ATM (518) e POS (7.326).

Em 2021, o Millennium Bim formalizou a alienação à Fidelidade de acções representativas de 70% do capital social e direitos de voto da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.. Num quadro cada vez mais competitivo do sector segurador, a entrada da Fidelidade Companhia de Seguros no capital da SIM vai permitir dinamizar e alargar a oferta de seguros em Moçambique. O Millennium Bim promoverá a distribuição de seguros da SIM através do canal bancário, continuando a disponibilizar aos seus Clientes um amplo leque de produtos seguradores competitivos, reforçados pela parceria com um Grupo Segurador de referência, como é a Fidelidade.

Perante um cenário benigno, os resultados do Millennium Bim evoluíram positivamente em termos de rendibilidade e eficiência, sustentado pelo crescimento dos proveitos e controlo de custos. A performance económico-financeira resume-se em:

- Redução dos activos totais (de MT 185,4 mil milhões para MT 184,1 mil milhões);
- Redução nos recursos de Clientes (de MT 139,0 mil milhões para MT 138,1 mil milhões) influenciada, principalmente, pela apreciação do metical face às principais moedas. Esta apreciação implicou uma redução da carteira de depósitos em Moeda Estrangeira quando meticalizada. Em termos de moeda original, a carteira de depósitos em Moeda Estrangeira cresceu sensivelmente 10% em 2021;
- Aumento de 40,5% no resultado líquido (de MT 5,3 mil milhões para MT 7,4 mil milhões), impulsionado pela evolução favorável da margem financeira, das comissões líquidas e a mais-valia resultante da venda de 70% da participação no capital da Seguradora Internacional de Moçambique;
- Melhoria do rácio de NPE-EBA, de 5,4% para 4,8%;
- Redução da imparidade de crédito (de MT 2,4 mil milhões para MT 0,3 mil milhões). Esta redução traduz a prudência que o banco teve em 2020 face a um contexto económico mais complexo, que essencialmente consistiu na penalização da rentabilidade e reforço da robustez do Balanço;
- Aumento de 8,4% nos capitais próprios (de MT 37,6 mil milhões para MT 40,7 mil milhões);
- Níveis confortáveis de solvabilidade, fixando-se em 44,8% em 2021 face a 43,9% no ano anterior;

O desempenho positivo alcançado em 2021 resulta, por um lado, do rigor e prudência na gestão do Banco. Por outro lado, resulta do empenho e profissionalismo dos colaboradores para enfrentar incertezas presentes num ambiente económico particularmente desafiante, difícil e exigente.

O Millennium Bim prosseguiu a aposta na transformação digital, tendo lançado o subsegmento Millennium Bim TOP (M-TOP), direccionado aos Clientes que privilegiam a conveniência dos processos bancários com recurso à tecnologia digital com uma oferta de produtos e serviços exclusivos, atendimento remoto personalizado e Gestor de Cliente permanente de fácil contacto e disponível durante 24 horas por dia, nos 7 dias da semana.

Os nossos Clientes vêm privilegiando o uso dos canais remotos, evidenciado no aumento expressivo da adesão à plataforma Millennium IZI, *Smart IZI* e IZI WhatsApp. Neste sentido, introduziu-se melhorias e novas funcionalidades no *Smart IZI*, tornando o acesso mais fácil e cómodo, com destaque para a disponibilização dos comprovativos de transacções e carregamento de cartões pré-pagos. No Millennium IZI (*181#), introduziu-se a funcionalidade que permite a gestão remota do Microcrédito IZI, um produto de microfinanciamento disponível para Clientes com salário domiciliado.

Em 2021, o Millennium Bim continuou a priorizar a protecção da saúde dos Colaboradores, familiares e Clientes, tendo dado seguimento ao plano de acções de resposta imediata para proteger as pessoas e garantir a continuidade do negócio. Mantiveram-se todas as medidas gerais de prevenção e combate à pandemia COVID-19 emanadas pelas entidades de saúde, nomeadamente: uso de máscaras, lavagem frequente das mãos, distanciamento pessoal, etiqueta da tosse e não partilha de utensílios de uso pessoal. A comunicação interna sobre as matérias da Covid-19, continuou como uma grande aposta para a sensibilização do cumprimento das medidas de prevenção e protecção.

O Millennium Bim assegurou a vacinação dos Colaboradores e membros do agregado familiar, assim como dos Prestadores de Serviço presentes em todas as instalações do Millennium Bim com 1ª e 2ª dose da vacina contra a COVID-19, iniciativa que recolheu uma forte adesão e contribuiu assim para proteger a saúde de todos.

O Banco reafirmou o seu compromisso com a implementação e disseminação dos princípios da Iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas no que concerne aos Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente, assim como o seu apoio na implementação dos objectivos do FEMA - Fórum Empresarial para o Meio Ambiente.

Na vertente de responsabilidade social, o Millennium Bim acompanhou de forma atenta e preocupada a evolução e impactos sociais ligados à pandemia, os desafios das mudanças climáticas bem como a situação humanitária em Cabo Delgado, promovendo diversas acções de apoio a destacar: (i) entrega de 100 camas ao Centro de Internamento e Tratamento de doentes com a Covid-19 do Hospital Geral de Mavalane; (ii) oferta de um sistema de regadio à associação de acolhimento e formação de crianças de rua “Casa do Gaiato” que beneficiará cerca de 210 rapazes desta entidade; (iii) construção de um edifício composto por três salas de aulas na localidade de Marocane, posto administrativo de Ancuabe.

Ao longo de 2021, o Millennium Bim foi novamente distinguido pela sua resiliência, eficiência, sustentabilidade de resultados e capacidade de financiamento da economia privada, tendo sido atribuído os prémios de: Banco do Ano pela revista financeira *The Banker*, Melhor Banco de Moçambique 2021 pela *Euromoney*, Melhor Banco Privado em Moçambique 2021, Melhor Banco Digital de Moçambique 2021, o Banco inovador em 2021, Melhor Banco de Moçambique em Serviços de Trade Finance, Melhor Banco em Moçambique provedor de serviços cambiais, todos reconhecidos pela *Global Finance*.

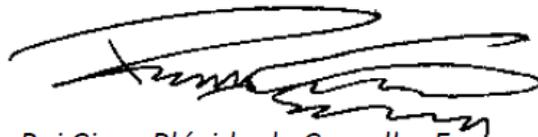
Estas distinções internacionais muito nos orgulham e reforçam o nosso compromisso em continuar a fornecer um serviço de excelência com elevado rigor, visando estreitar as relações de negócio através da disponibilização de um amplo portfolio de soluções digitais e financeiras para os nossos Clientes.

Os últimos anos foram marcados por uma verdadeira “revolução” no modo de exercer a actividade bancária: assistimos a uma supervisão baseada em risco, surgiram novos produtos e serviços financeiros, aumentou o grau de concorrência, a digitalização assumiu protagonismo, os mercados desenvolveram-se, o Cliente tornou-se mais sofisticado e as mudanças ocorrem a maior velocidade. Este novo paradigma exigiu uma mudança de foco do Millennium Bim, assente em novas dinâmicas comerciais e sectoriais em linha com boas práticas nacionais e internacionais.

O controle da pandemia representa o grande desafio na recuperação da actividade económica. A manutenção de uma inflação reduzida aliada à estabilidade do Metical, a retoma do consumo privado, o investimento empresarial, a produção industrial, as exportações, os serviços financeiros digitais, a consolidação orçamental, a recapitalização das empresas nacionais, a segurança em Cabo Delgado, a implementação de um plano de resiliência para enfrentar choques climáticos, são factores determinantes na promoção do crescimento socioeconómico e melhoria do ambiente de negócios face ao actual panorama mundial.

Uma mensagem de apreço e com sentimento de profunda gratidão aos nossos Clientes pela confiança e preferência no Millennium Bim ao longo dos anos. Aos *stakeholders*, em particular aos colaboradores e aos accionistas, endereçamos o nosso renovado agradecimento pelo apoio, dedicação e colaboração na superação dos desafios.

Juntos, somos mais resilientes!



Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonteca

(Presidente)

PRINCIPAIS INDICADORES - BASE CONSOLIDADA

	Milhões de Meticais				
	2018	2019	2020	2021	Var. % 21/20
Balanço					
Activo total	150 808	163 389	185 351	184 138	-0,65%
Crédito a clientes (líquido)	50 165	44 293	44 506	41 830	-6,01%
Recursos totais de clientes	110 727	118 056	138 990	138 085	-0,65%
Capitais próprios	33 566	37 304	37 579	40 744	8,42%
Rendibilidade					
Produto bancário	17 427	17 176	14 870	16 398	10,28%
Custos operacionais	6 545	6 841	6 872	7 137	3,86%
Imparidades e Provisões	2 485	1 347	2 547	1 087	-57,33%
Impostos sobre lucros	1 588	1 965	763	1 718	125,12%
Resultado líquido atribuível a Accionistas do Banco	6 739	6 958	5 302	7 448	40,46%
Rácio de eficiência	37,56%	39,83%	46,22%	43,53%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	21,90%	20,00%	14,50%	19,80%	
Rendibilidade do activo médio (ROA)	4,60%	4,50%	3,10%	4,10%	
Qualidade do Crédito					
Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	5,33%	6,60%	6,20%	7,96%	
Crédito com incumprimento / Crédito total	5,47%	8,42%	6,31%	8,07%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	211,90%	179,87%	118,92%	104,76%	
NPE-EBA	11,43%	8,17%	5,37%	4,76%	
Custo do risco	417 p.b.	273 p.b.	522 p.b.	72 p.b.	
Solvabilidade (*)					
Tier I	40,34%	47,51%	46,00%	47,20%	
Total	39,00%	45,80%	43,88%	44,82%	
Clientes(milhares)	1 760	1 806	1 754	1 804	2,85%
Balcões	193	200	199	199	0,00%
Colaboradores	2 461	2 524	2 439	2 496	2,34%

* Em base individual

SÍNTESE DO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

As previsões económicas do Fundo Monetário Internacional apontam para um crescimento da economia mundial de 5,9% em 2021, após a contracção em 2020 de 3,1%. A melhoria do desempenho económico resultou dos avanços nos programas de vacinação que permitiram a reversão de medidas de contenção da pandemia favorecendo a retoma do consumo privado e a procura externa.

Ainda assim, há desafios que prevaleceram em 2021, tais como as novas variantes da Covid-19, a morosidade no acesso às vacinas em alguns países (sobretudo na África-subariana), mudanças climáticas adversas e volatilidade dos preços das *commodities* energéticas. Este cenário foi agravado pela crise logística na cadeia global de abastecimento que resultou na escassez de produtos e aumento generalizado dos preços dos bens alimentares.

Em 2022, prevê-se um crescimento global de 4,9%, decorrente da maior imunização da população mundial (estimativa de 70% segundo a OMS), melhoria da procura agregada, aumento das exportações, retoma do consumo e investimento privado.

Na África Subariana estima-se um crescimento de 3,7% em 2021, após uma contracção histórica em 2020 (-1,7%) devido aos impactos da pandemia. A região deverá crescer 3,8% em 2022, num contexto de maior acesso às vacinas para travar o surgimento de novos surtos. A subida dos preços dos bens de exportação (petróleo, carvão, alumínio, energia, gás natural e minerais) aliada à recuperação da procura nas economias avançadas (EUA, Zona Euro e Reino Unido) e nos mercados emergentes (China, Índia, Rússia e Brasil), bem como a resolução de tensões políticas e sociais, favorecem o crescimento da actividade económica.

A economia moçambicana mostrou-se resiliente ao longo de 2021, estimando-se um crescimento do PIB Real em torno de 2,5%. A procura externa foi essencial para dinamizar a actividade económica num contexto de valorização dos preços dos bens de exportação (carvão mineral, alumínio, gás natural, areias pesadas e energia), que favoreceu a melhoria dos indicadores de confiança empresarial. O cenário pandémico continuou instável, o que levou a adopção de restrições à mobilidade para conter o aumento de novos surtos. No entanto, assistiu-se ao aumento na vacinação nacional (cerca de 19% da população imunizada no final do ano, segundo *Our World in Data*).

Não obstante o contexto macroeconómico, o Banco manteve-se sólido e resiliente, sustentado por boa governação, adequado nível de capital, robustez do balanço, confortável posição de liquidez, gestão prudente do risco, adopção de boas práticas de transparência na relação com Clientes, bem como no cumprimento dos normativos regulamentares.

O Millennium Bim continuou a sua estratégia de Transformação Digital e Inovação, com o lançamento do subsegmento Millennium Bim TOP (M-TOP), direccionado aos Clientes que privilegiam a conveniência dos processos bancários com recurso à tecnologia digital. O M-TOP apresenta-se como uma proposta de valor inovadora no Mercado Moçambicano, foca-se nos Clientes que valorizam a rapidez, a simplicidade, a eficácia e comodidade na gestão de finanças pessoais, feita através de plataformas mobile.

O Banco adicionou novas funcionalidades ao Smart IZI que acrescentam valor à experiência dos utilizadores, com destaque para a disponibilização dos comprovativos de transacções e carregamento de cartões pré-pagos. Simultaneamente, procedeu à sua simplificação ao reduzir os elementos do fluxo de adesão. No Millennium IZI (*181#), solução com forte penetração nos Clientes, introduziu a funcionalidade que permite a gestão remota do Microcrédito IZI, um produto de microfinanciamento disponível para Clientes com salário domiciliado.

O *Mobile Banking* demonstrou ser, mais uma vez, um canal de eleição dos Clientes, ao registar o aumento nas adesões de 36% na plataforma Millennium IZI, 156% no *Smart IZI* e 267% no IZI WhatsApp.

Num mercado cada vez mais exigente a todos os níveis, as prioridades estratégicas definidas pelo Millennium Bim Academia tiveram como principais focos o desenvolvimento das competências dos Colaboradores, com particular destaque para as competências de carácter técnico e comportamental, através da implementação de programas estruturantes a todos os níveis. Esta estratégia permitiu a melhoria do desempenho dos Colaboradores e consequentemente da Organização.

Simultaneamente, o Millennium Bim Academia reforçou a aposta nas competências consideradas críticas para o futuro, com o lançamento no mês de Outubro da 1ª Maratona Digital, que contou com mais de 200 candidatos formados em Informática. Este programa foi concebido para a captação e desenvolvimento de jovens talentos, desafiados a trabalhar em projectos transformacionais da organização. O programa consolida a marca do Millennium Bim como banco inovador e digital.

Em 2021, o Millennium BIM continuou a priorizar a protecção da saúde dos Colaboradores, familiares e Clientes, tendo dado seguimento ao plano de acções de resposta imediata para proteger as pessoas e garantir a continuidade do negócio. Assegurou a vacinação dos Colaboradores e membros do agregado familiar, assim como dos Prestadores de Serviço presentes em todas as instalações do Millennium BIM com 1ª e 2ª dose da vacina contra a COVID-19, iniciativa que recolheu uma forte adesão e contribuiu assim para proteger a saúde de todos.

O Millennium Bim, no âmbito da responsabilidade social, desenvolveu diversas acções de apoio comunitário e de cuidados médicos, das quais se destacam: a entrega de 100 camas ao Hospital Geral de Mavalane, contribuindo desta forma para o reforço da capacidade operacional do Centro de Internamento e Tratamento de doentes com a Covid-19, o reforço da capacidade institucional do Hospital Central de Maputo para a melhoria dos cuidados integrados ao doente oncológico, a oferta de um sistema de Rega à Casa do Gaiato, que contribuirá para o aumento da produção da batata-reno, e a construção de um bloco de 3 salas de aulas no distrito de Marocane, província de Cabo Delgado.

Em 2021 o Millennium Bim formalizou a alienação à Fidelidade de acções representativas de 70% do capital social e direitos de voto da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.. Num quadro cada vez mais competitivo do sector segurador, a entrada da Fidelidade Companhia de Seguros no capital da SIM vai permitir dinamizar e alargar a oferta de seguros em Moçambique. O Millennium Bim promoverá a distribuição de seguros da SIM através do canal bancário, continuando a disponibilizar aos seus Clientes um amplo leque de produtos seguradores competitivos, reforçados pela parceria com um Grupo Segurador de referência, como é a Fidelidade.

Num cenário de retoma gradual da actividade económica, a consistência dos indicadores económicos e financeiros do Banco, avaliada pela rentabilidade dos activos, robustez dos fundos próprios e nível de adequação de capital de 44,8%, consideravelmente acima do limite regulamentar de 12,0%, reflectem a resiliência e solidez financeira da Instituição.

O activo total variou para 184 138 milhões de Meticais em 2021, o que representou um decréscimo de 0,7% face ao ano anterior. Os recursos de Clientes reduziram de 138 990 para 138 085 milhões de Meticais, representando uma redução de 0,7% quando comparado com o ano anterior. Esta redução foi influenciada, principalmente, pela apreciação do metical face às principais moedas com implicações na redução da carteira de depósitos em Moeda Estrangeira quando meticalizada. Em termos de moeda original, a carteira de depósitos em Moeda Estrangeira cresceu sensivelmente 10% em 2021. O crédito a Clientes (líquido) registou um decréscimo de 6,0%, tendo passado de 44 506 para 41 830 milhões de Meticais.

O Produto Bancário ascendeu a 16 398 milhões de Meticais, representando um crescimento de 10,3% face aos 14 870 milhões de Meticais apurados em Dezembro de 2020. O desempenho favorável do produto bancário é essencialmente suportado pelo crescimento da margem financeira (+1 038 milhões de Meticais) e pelo aumento dos resultados de serviços e comissões (+248 milhões de Meticais).

Os custos operacionais, que englobam os custos com o pessoal, outros gastos administrativos, depreciações e amortizações atingiram 7 137 milhões de Meticais em 2021, situando-se 3,9% (+265 milhões de meticais) acima do período homólogo.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações de crédito abatido) totalizou 328 milhões de Meticais em 2021 face a 2 419 milhões de Meticais em 2020 (-86,4%). A redução traduz a prudência que o banco teve em 2020 face a um contexto económico mais complexo, com incertezas agudizadas pela pandemia da Covid-19, que consistiu na penalização da rentabilidade e reforço da robustez do Balanço.

O Millennium Bim apresenta um resultado líquido de 7 448 milhões de Meticais, face a um valor de 5 302 milhões de Meticais em 2020, representando um aumento de 40,5%, reflexo por um lado, da retoma da actividade económica que caracterizou o ano de 2021, com impacto tanto ao nível da evolução dos proveitos, assim

como ao nível da contenção de custos. Por outro lado, o impacto da mais-valia resultante da venda de 70% da participação no capital da Seguradora Internacional de Moçambique.

A estratégia do banco passa pelo compromisso na transformação digital, mantendo o foco na sustentabilidade dos resultados, eficiência, robustez e nos seus princípios basilares:

- Contribuição empenhada para a aceleração da bancarização da economia moçambicana;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os Clientes;
- Expansão da base de Clientes e dos patrimónios sob gestão nas áreas de negócio tradicionais;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- Posicionamento na vanguarda, através da exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias e na esfera digital;
- Consolidação da liderança tecnológica sectorial e regional;
- Melhoria sustentada dos níveis de rentabilidade e de solidez financeira;
- Valorização, motivação e compensação dos Colaboradores;
- Maximização de valor para os Accionistas.

O Millennium Bim foi novamente distinguido por várias instituições, com destaque para o prémio “Banco do Ano” atribuído pela revista financeira *The Banker*, prémio de “Melhor Banco de Moçambique de 2021” atribuído pela revista *Euromoney*, prémio “*Best Private Bank*”, pela terceira vez consecutiva, atribuído em reconhecimento da excelência da oferta de serviços do banco para os seus Clientes Private, prémio *Best Digital Bank* atribuído pela *Global Finance*, o prémio “*The Innovators 2021*”, na categoria “Excelência de Inovação em Pagamentos”, prémio de melhor Banco de Moçambique em serviços de *Trade Finance*, prémio “*Best Foreign Exchange Provider*” que reconhece o Banco como a instituição bancária moçambicana que presta o melhor serviço cambial aos seus Clientes.

ESTRUTURA ORGANIZATIVA

MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Banco está estabelecido nos seus estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovada pela Lei nº 20/2020, de 31 de Dezembro. Os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva e o Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade que representa a universalidade dos accionistas, sendo as suas deliberações vinculativas para todos eles quando tomadas nos termos da lei e dos estatutos.

À Assembleia Geral compete:

- Aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício, incluindo o balanço e a demonstração de resultados, bem como o parecer do Conselho Fiscal sobre as mesmas e deliberar sobre a aplicação dos resultados do exercício;
- Eleger a mesa da assembleia geral, os administradores e os membros do Conselho Fiscal;
- Deliberar sobre quaisquer alterações aos presentes estatutos;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Deliberar sobre o aumento, redução ou reintegração do capital social;
- Deliberar sobre a criação de acções privilegiadas;
- Deliberar sobre a fusão, cisão ou transformação da sociedade;
- Deliberar sobre dissolução, liquidação ou prorrogação da sociedade;
- Deliberar sobre a chamada e a restituição das prestações suplementares;
- Deliberar sobre propositura e a desistência de quaisquer acções contra os Administradores ou contra os membros dos outros órgãos sociais.

CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é responsável pelo controlo e pela legalidade da gestão financeira e patrimonial do Banco. De entre várias competências, destacam-se:

- Acompanhar e fiscalizar, com regularidade, o cumprimento dos regulamentos contabilísticos aplicáveis, a situação financeira e patrimonial do Banco;
- Dar parecer sobre o relatório de gestão e sobre as contas de Administração para cada exercício, incluindo documentos de certificação legal de contas anuais;
- Pronunciar-se sobre os assuntos que lhe sejam submetidos pelos órgãos de Gestão do Banco;

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Competem ao Conselho de Administração os mais amplos poderes de gestão e representação social e, nomeadamente, deliberar especialmente sobre:

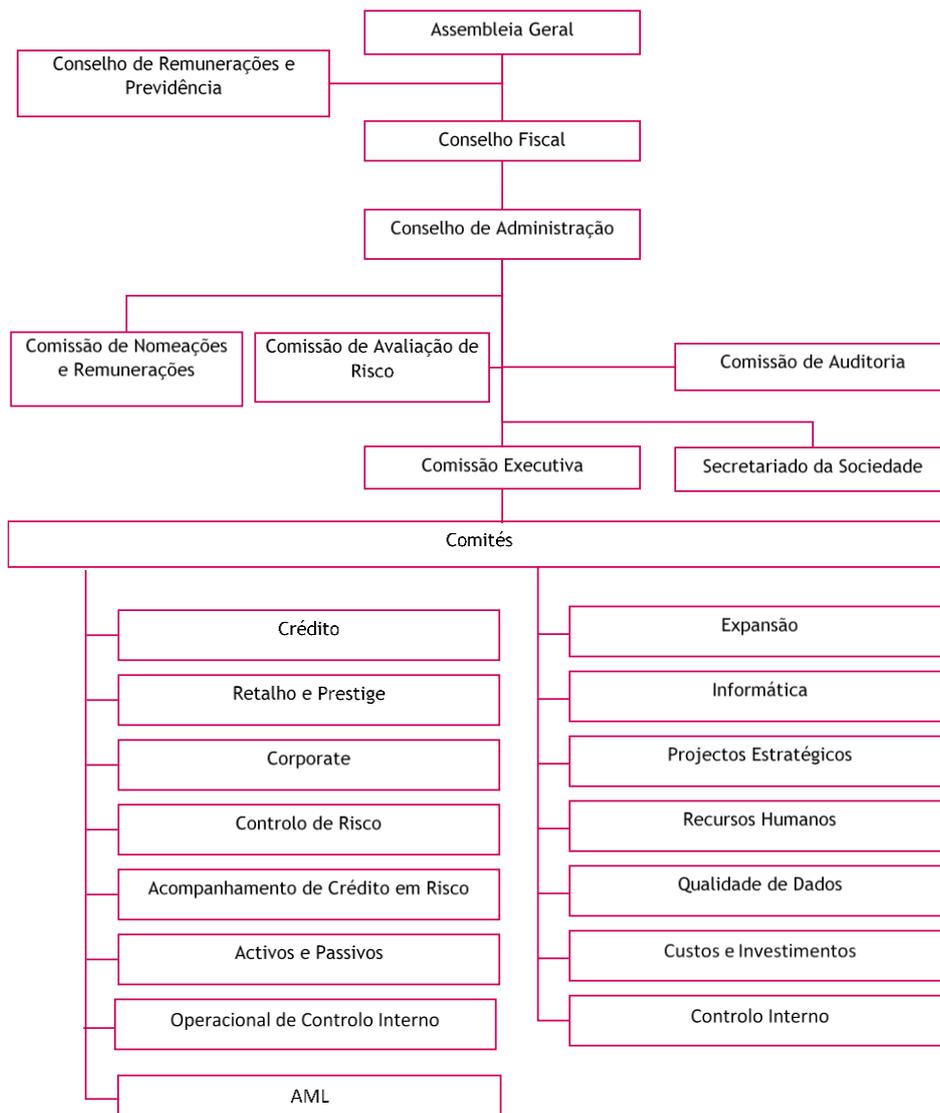
- Cooptação de administradores;
- Políticas, normas e procedimentos de gestão de risco (DGR);
- Zelo pela fiscalização da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno, de auditoria interna e de *compliance*;
- Pedido de convocação de assembleias gerais;
- Relatórios e contas anuais e aplicação de resultados;
- Extensões ou reduções importantes da actividade;
- Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- Qualquer outro assunto sobre o qual algum administrador requeira deliberação do conselho.

COMISSÃO EXECUTIVA

A gestão executiva do Banco é assegurada por administradores executivos designados pelo Conselho de Administração, que dispõem de amplos poderes de gestão para a condução da actividade do Banco. Compete a comissão executiva:

- Aprovar e definir os termos e as condições, gerais ou particulares, para a realização pelo Millennium Bim de operações bancárias;
- Negociar e aprovar, nos termos e condições que tiver por convenientes, a celebração de contractos;
- Negociar e aprovar, nos termos e condições que tiver por convenientes, contractos de financiamento de operações passivas ou prestação de garantias a favor do banco;
- Negociar e aprovar, nos termos e condições que tiver por convenientes, a aquisição, alienação ou oneração de quaisquer imóveis ou móveis sujeitos a registo
- Autorizar a aquisição, alienação ou oneração dos equipamentos necessários ao funcionamento dos seus estabelecimentos, tais como computadores, mobiliário em geral ou outros, desde que previamente orçamentados;
- Negociar e aprovar, nos termos e condições que tiver por convenientes, a prestação, por terceiros, de quaisquer serviços de apoio ao desenvolvimento da actividade do Banco;
- Efectuar recomendações ao Conselho de Administração quanto às matérias que sejam da competência exclusiva deste.

MODELO DE GOVERNO CORPORATIVO



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**PRESIDENTE**

Flávio Prazeres Lopes Menete

VICE-PRESIDENTE

Esperança Alfredo Samuel Machavela

SECRETÁRIO

Horácio de Barros Chimene

CONSELHO FISCAL**PRESIDENTE**

Teotónio Jaime dos Anjos Comiche

VOGAIS

Eulália Mário Madime

Aurélio Valente Chiziane

Umeid Calú

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**PRESIDENTE**

Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca

1º VICE-PRESIDENTE

Nuno Manuel da Silva Amado

2º VICE-PRESIDENTE

José Laurindo Reino da Costa

ADMINISTRADORES

Miguel Maya Dias Pinheiro

Manuel Alfredo de Brito Gamito

Jacinto Zacarias Uqueio

João Manuel R.T. da Cunha Martins

Jorge Octávio Neto dos Santos

Moisés Jorge

Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos

José Artur Gouveia Coelho Caetano

Albino António Carneiro de Andrade

João Nuno Oliveira Jorge Palma

José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha

Anabela Júlia Chamluca Pinho

COMISSÃO EXECUTIVA**PRESIDENTE**

José Laurindo Reino da Costa

ADMINISTRADORES

João Manuel R.T. da Cunha Martins

Jorge Octávio Neto dos Santos

Moisés Jorge

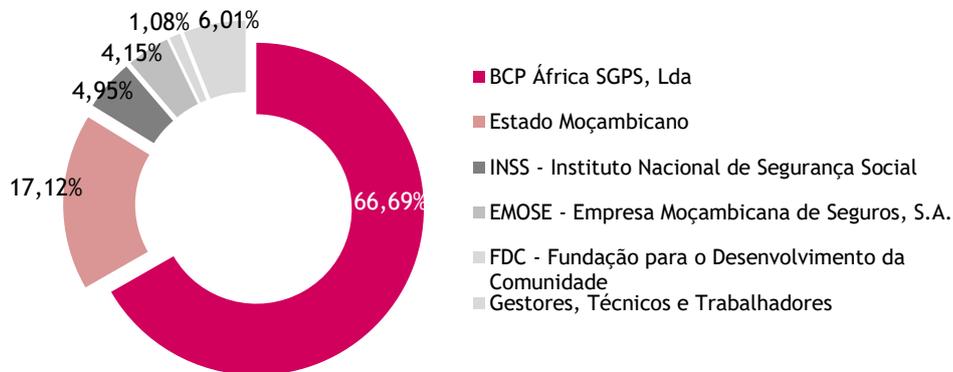
Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos

José Artur Gouveia Coelho Caetano

Albino António Carneiro de Andrade

ESTRUTURA ACCIONISTA

O Capital Social do Millennium Bim é de 4 500 000 000,00Mt (quatro mil quinhentos milhões de meticais) representado por 45 000 000 acções (quarenta e cinco milhões de acções), com a seguinte composição:



MISSÃO, VISÃO E VALORES E ESTRATÉGIA

VISÃO

O Millennium Bim é um Banco universal, que aposta na criação de valor nos vários segmentos de mercado, procurando afirmar uma presença assente na excelência, qualidade e inovação na distribuição de produtos e serviços financeiros. Procura ser um Banco de referência no serviço ao Cliente e tem como um dos principais objectivos atingir um nível de eficiência superior, traduzido no compromisso de continuar a melhorar o seu rácio de eficiência através de uma gestão criteriosa do capital e dos custos.

MISSÃO

Contribuir para a modernização e desenvolvimento do sistema financeiro e da economia moçambicana, mediante a comercialização de produtos e serviços financeiros inovadores e personalizados, concebidos para satisfazer a globalidade das necessidades e expectativas financeiras dos diferentes segmentos de mercado, com padrões de qualidade e de especialização superiores.

VALORES

PRÓXIMO

Escolha o lugar e o momento, a razão ou o sonho, que nós estaremos aqui para ajudar a concretizar. Ao dobrar a esquina, bem pertinho de casa, junto ao mercado, a poucos passos de si, há sempre um balcão Millennium Bim disponível. Para nós, nada é fora de horas ou inoportuno. Quando pensar que está longe, nós vamos ter consigo através do seu telemóvel, tablet ou computador e tornamos tudo mais acessível e conveniente. Assim, estar mais próximo dos nossos Clientes não significa apenas ter balcões em todo o lado, mas sim falar a mesma língua e compreender as suas necessidades, encontrar formas de resolver, de modo célere e eficaz, as suas questões. Por isso, mais do que que estarmos perto, nós somos próximos.

DINÂMICO

O Movimento é o outro nome da Vida. Seja ao ritmo do relógio ou dos sonhos, andamos em busca de mais e melhor. Esta corrida diária vence-se com flexibilidade e rapidez. Vencem os que se antecipam aos obstáculos e tomam as decisões adequadas, vencem os que se adaptam constantemente às novas realidades. É por sabermos disso que, como Banco, geramos soluções, oferecemos serviços à medida dos desafios dos nossos Clientes e nos tornamos uma ferramenta para as suas conquistas. Dinamismo! Este é um valor que está sempre disponível para os Clientes do Millennium Bim.

INOVADOR

Basta uma ideia nova para observarmos o mundo com outros olhos. E, às vezes, a novidade está num gesto que descobrimos ou num ecrã que, com um simples clique, nos faz chegar mais rapidamente ao destino. Isto é precioso e motivador. Isto somos nós a cada dia, criando novas formas de superação. Somos nós, o Banco de ontem que hoje se renova e amanhã surpreende. Na trilha da tecnologia, nas relações humanas, na forma de fazer negócios, nas parcerias, procuramos estar sempre na liderança. Um Banco que inova porque se move com a paixão e a criatividade que cada um dos nossos Clientes exige e merece. Consigo damos asas à imaginação, colocamos mãos à obra e criamos inúmeras possibilidades. Se é novo, é Millennium BIM.

ESTRATÉGIA

A estratégia do banco passa pelo compromisso na transformação digital, mantendo o foco na sustentabilidade dos resultados, eficiência, robustez e assegurando a/o:

- Contribuição empenhada para a aceleração da *bancarização* da economia moçambicana;
- Manutenção de elevados níveis de satisfação, fidelização e envolvimento com os Clientes;
- Expansão da base de Clientes e dos patrimónios sob gestão nas áreas de negócio tradicionais;
- Promoção de novas iniciativas em áreas com elevado potencial de crescimento;
- Posicionamento na vanguarda, através da exploração de novas oportunidades de negócio criadas pelas novas tecnologias e na esfera digital;
- Consolidação da liderança tecnológica sectorial e regional;
- Melhoria sustentada dos níveis de rendibilidade e de solidez financeira;
- Valorização, motivação e compensação dos Colaboradores;
- Maximização de valor para os Accionistas.

PRÉMIOS DE 2021

Bank of the Year, 2021 - The Banker

Categoria: Best Bank in Mozambique

O prémio “Banco do Ano” atribuído pela revista financeira *The Banker* - pertença do grupo *Financial Times* - destaca a solidez e a qualidade dos resultados do Banco, a capacidade de inovação e a implementação de uma estratégia de crescimento sustentável, aliada ao compromisso de inclusão social e económica através do investimento na bancarização de Moçambique.



Best Bank in Mozambique, 2021 - Euromoney

Categoria: Melhor Banco

O prémio de “Melhor Banco de Moçambique, 2021” atribuído pela revista *Euromoney*, uma publicação de referência mundial na área da Economia e Finanças Globais, reconhece a robustez financeira do Banco, a excelência dos serviços e produtos, assim como a sua capacidade de inovar e desenvolver tecnologias que facilitam e simplificam a gestão do quotidiano dos seus Clientes.



Best Private Bank - Global Finance

Categoria: Private Bank of Mozambique

O Millennium Bim conquistou pela terceira vez consecutiva, o prémio “*Best Private Bank*”, atribuído em reconhecimento da excelência da oferta de serviços do banco para os seus Clientes Private. A distinção valoriza a capacidade de resposta que o Banco demonstrou durante a crise pandémica da Covid-19, ao disponibilizar um atendimento exclusivo por videochamadas aos seus Clientes, bem como a possibilidade de realizarem todas as operações através de canais digitais.



Best Digital Bank - Global Finance

Categoria: Melhor Banco Digital para o Consumidor em Mozambique

O prémio destaca a capacidade do Millennium Bim na inovação e criação de produtos e serviços digitais bem como a concepção de funcionalidades e aplicações móveis como estratégia para atrair e servir melhor os Clientes Digitais.



The Innovators 2021 - Global Finance

Categoria: Excelência de Inovação em Pagamentos

O prémio “*The Innovators 2021*”, na categoria “Excelência de Inovação em Pagamentos”, destacou o Millennium Bim pelo desenvolvimento da plataforma Pay IZI, uma plataforma digital que permite não só consultas, mas também pagamentos e transferências.



Best Trade Finance - Global Finance**Categoria: Trade Finance of Mozambique**

Este prémio, atribuído pelo terceiro ano consecutivo, distinguiu o Millennium Bim como o melhor Banco de Moçambique em serviços de *Trade Finance*, reconhecendo as capacidades do banco na criação e desenvolvimento de produtos e serviços para apoiar todas as operações internacionais dos seus Clientes empresariais, contribuindo assim para a actividade exportadora e, por consequência, para um maior equilíbrio da balança comercial do País.

**Best Foreign Exchange Provider - Global Finance****Categoria: Foreign Exchange**

O prémio "*Best Foreign Exchange Provider*" reconhece o Banco como a instituição bancária moçambicana que presta o melhor serviço cambial aos seus Clientes, que se reflecte no volume de transacções, quota de mercado, cobertura global, competitividade do preço e inovação na tecnologia.



20

**ENQUADRAMENTO
MACROECONÓMICO**

M

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

Após a contracção do PIB mundial em 2020 (-3,1%), a actividade económica recuperou gradualmente em 2021, estimando-se um crescimento de 5,9%, segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional. Para este crescimento é de destacar o contributo das maiores economias mundiais, nomeadamente EUA (5%), Zona Euro (5%), Reino Unido (7%) e China (8%).

A melhoria do desempenho económico resultou dos avanços nos programas de vacinação que permitiram a reversão de medidas de contenção da pandemia favorecendo a retoma do consumo privado e a procura externa.

Ainda assim, há desafios que prevaleceram em 2021, tais como as novas variantes da Covid-19, a morosidade no acesso às vacinas em alguns países (sobretudo na África-subsaariana), mudanças climáticas adversas e volatilidade dos preços das *commodities* energéticas. Este cenário foi agravado pela crise logística na cadeia global de abastecimento que resultou na escassez de produtos e aumento generalizado dos preços nos bens alimentares.

O aumento da produção industrial impulsionou a procura de matérias-primas, essencialmente dos metais, produtos alimentares e combustíveis fósseis que registaram variações crescentes nos preços internacionais.

Em 2022 prevê-se um crescimento global de 4,9%, decorrente da maior imunização da população mundial (estimativa de 70% segundo a OMS), melhoria da procura agregada, aumento das exportações, retoma do consumo e investimento privado.

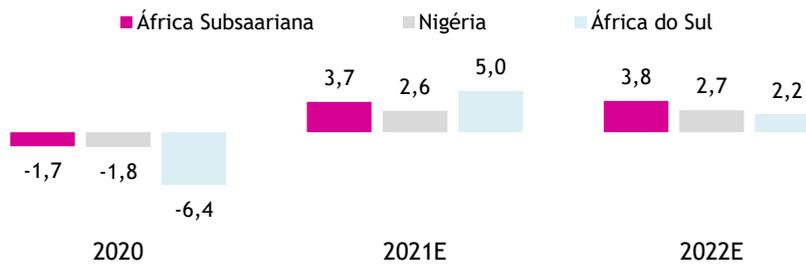
Gráfico 1. Taxa de Crescimento Real do PIB, %



Na África Subsariana estima-se um crescimento de 3,7% em 2021, após uma contracção histórica em 2020 (-1,7%) devido aos impactos da pandemia. A região deverá crescer 3,8% em 2022, num contexto de maior acesso às vacinas para travar o surgimento de novos surtos.

A subida dos preços dos bens de exportação (petróleo, carvão, alumínio, energia, gás natural e minerais) aliada à recuperação da procura nas economias avançadas (EUA, Zona Euro e Reino Unido) e nos mercados emergentes (China, Índia, Rússia e Brasil), bem como a resolução de tensões políticas e sociais, favorecem o crescimento da actividade económica.

Gráfico 2. Taxa de Crescimento Real do PIB, %



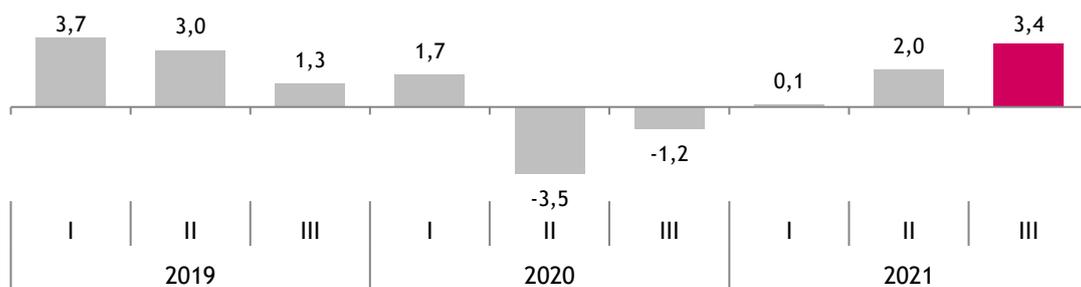
ECONOMIA NACIONAL

Apesar dos desafios na conjuntura internacional, a economia moçambicana mostrou-se resiliente ao longo de 2021, tendo o PIB Real crescido 2,16%. A procura externa foi essencial para dinamizar a actividade económica num contexto de valorização dos preços dos bens de exportação (carvão mineral, alumínio, gás natural, areias pesadas e energia), que favoreceu a melhoria dos indicadores de confiança empresarial.

O cenário pandémico continuou instável, o que levou a adopção de restrições à mobilidade para conter o aumento de novos surtos. No entanto, assistiu-se ao aumento na vacinação nacional (cerca de 19% da população imunizada no final do ano, segundo *Our World in Data*).

O ambiente de segurança em Cabo Delgado, deteriorou-se em Mar-21 resultando na interrupção do projecto de Gás Natural Liquefeito operado pela Total Energy, o que implicou a suspensão de contratos de fornecimento de bens e serviços com as empresas locais.

Gráfico 3. Taxa de variação homóloga do PIB, %

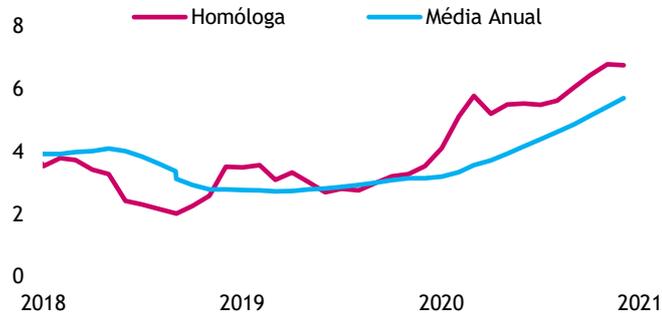


A inflação atingiu 6,7% em 2021, maior variação anual nos últimos 5 anos. A média anual situou-se em 5,7%, um incremento de 2,5pp face ao ano anterior. A variação crescente dos preços reflecte a valorização do petróleo (50% y/y) no mercado internacional, que levou à revisão dos preços dos combustíveis e, por outro lado, à crise global na cadeia de abastecimento de bens que resultou no aumento dos custos de navegação e logística.

Desagregando por classes, as maiores contribuições anuais para a inflação foram: bens alimentares e bebidas não alcoólicas (3,2pp), restaurantes, hotéis, cafés e similares (0,9pp), transportes (0,9pp),

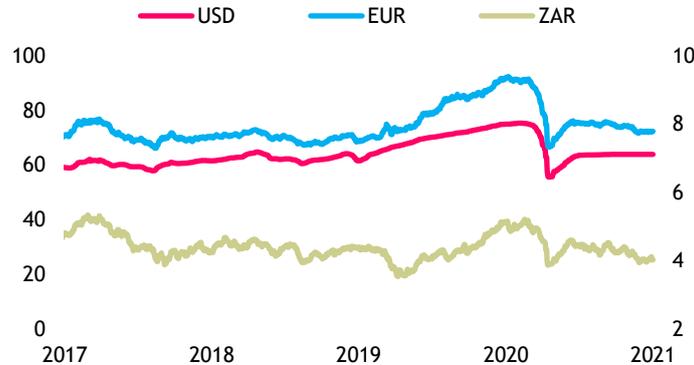
habitação, água, electricidade, gás (0,6pp), vestuário e calçado (0,3pp), mobiliário e artigos de decoração (0,2pp).

Gráfico 4. Inflação %



No Mercado Cambial Doméstico, assistiu-se uma relativa estabilidade a partir do segundo semestre de 2021. No fecho do ano, o Metical cifrou-se em USD/MZN 63,83, EUR/MZN 72,27 e ZAR/MZN 4,02, correspondente a uma apreciação acumulada de 15%, 21% e 21% respectivamente.

Gráfico 5. Taxas médias do MCI

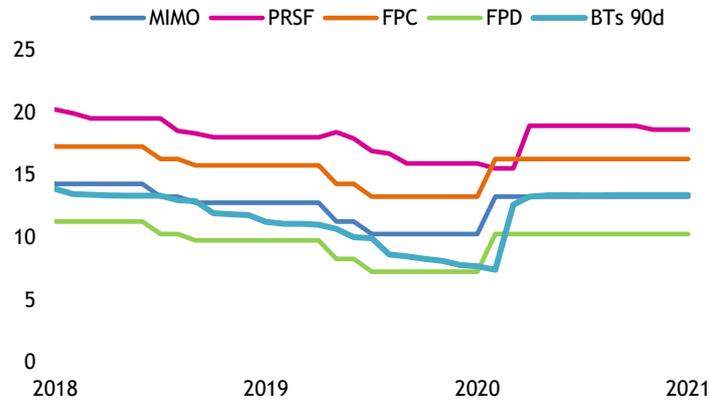


A apreciação da divisa nacional resultou da maior liquidez em moeda estrangeira na sequência do incremento das exportações e intervenções do Banco Central no Mercado Cambial Interbancário. A entrada de USD 310 milhões através de Direitos Especiais de Saque contribuiu para o fortalecimento das reservas cambiais num ambiente caracterizado por uma procura moderada de importações de bens de consumo e intermédios.

Do lado monetário, o Banco de Moçambique manteve uma postura conservadora da política monetária para sustentar os riscos inflacionários enviesados pelos impactos da pandemia. A taxa de política monetária (MIMO) aumentou 300pb, fixando-se em 13,25% em Janeiro. Neste sentido, as taxas de referência foram revistas em alta, nomeadamente a Facilidade Permanente de Cedência (FPC) de 13,25% para 16,25% e a Facilidade Permanente de Depósito (FPD) de 7,25% para 10,25%. Adicionalmente, o Banco Central

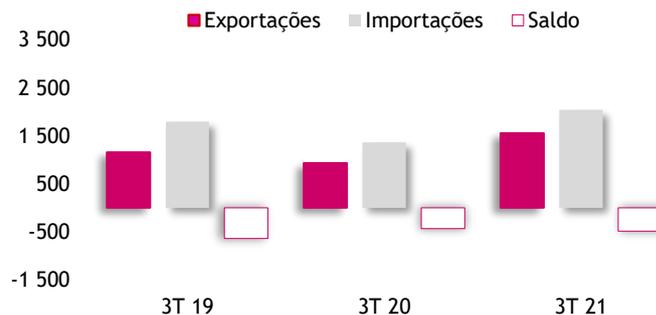
decidiu reduzir os coeficientes de Reservas Obrigatórias em moeda nacional de 11,5% para 10,5% e em moeda estrangeira de 34,5% para 11,5%, a fim de disponibilizar mais liquidez na economia.

Gráfico 6. Taxas de referência, %



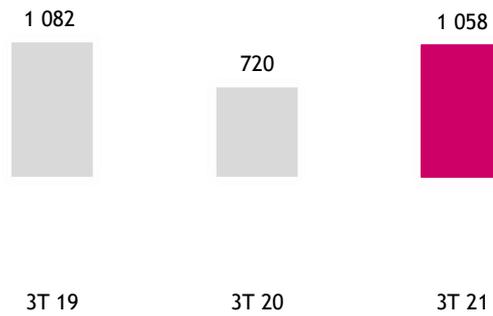
No 3T 21, o saldo da conta corrente aumentou 13% y/y (de USD 432 mio para USD 491 mio). As exportações cresceram 67% y/y (de USD 929 mio para USD 1.551 mio), destacando-se o forte contributo dos grandes projectos da indústria extractiva que beneficiaram da melhoria da procura externa. Ao nível das importações, observou-se um incremento de 50% y/y (USD 1.361 mio para USD 2.042 mio) associado aos bens intermédios (combustíveis, materiais de construção e fertilizantes) e bens de consumo (medicamentos, automóveis, óleo alimentar e arroz) que em conjunto absorvem mais de ½ das mercadorias importadas de Moçambique.

Gráfico 7. Balança Comercial, USD milhões



O IDE cresceu 47% em termos anuais, totalizando USD 1.058 milhões. A indústria extractiva absorveu maior volume de investimento privado (89,1%), seguindo a indústria transformadora (8,3%), serviços financeiros (1,1%) e agricultura (0,7%).

Gráfico 8. Investimento Directo Estrangeiro, USD milhões



O saldo das Reservas Internacionais Brutas foi de USD 3.333 milhões até Nov-21, cobrindo mais de 6 meses de importações de bens e serviços, excluindo os grandes projectos.

PERSPECTIVAS PARA 2022

Relativamente às perspectivas para 2022, o controle da pandemia através da vacinação representa o grande desafio na recuperação da actividade económica. A manutenção de uma inflação reduzida aliada à estabilidade do Metical, a retoma do consumo privado, o investimento empresarial, a produção industrial, as exportações, os serviços financeiros digitais, a consolidação orçamental, a recapitalização das empresas nacionais, a normalização da segurança em Cabo Delgado, a implementação de um plano de resiliência para enfrentar choques climáticos, são factores determinantes na promoção do crescimento socioeconómico e melhoria do ambiente de negócios face ao actual panorama internacional.

20

**ENQUADRAMENTO
DA ACTIVIDADE**



ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Millennium bim mantém-se como o Banco líder no sistema financeiro moçambicano, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho e Corporate *Banking*. A segmentação é um tema constante na estratégia traçada, implicando um permanente desafio na inovação e redimensionamento da área comercial, de modo a servir de forma adequada aos Clientes, mantendo elevados níveis de serviço e inovação nas propostas de valor.

MASS MARKET

Num ano particularmente adverso, fortemente marcado pelos impactos e restrições associados à pandemia, o Banco conseguiu manter-se próximo dos seus Clientes através da sua aposta e investimento nas inovações da oferta digital e no incentivo à utilização destes canais alternativos.

Neste contexto desafiante, para responder às necessidades do mercado, bem como reafirmar a sua posição como líder na inovação digital, o Banco lançou um novo modelo de atendimento remoto para o segmento Upper Mass Market, denominado Millennium Bim TOP - MTOP.

O MTOP apresenta-se como uma proposta de valor inovadora no mercado moçambicano, foca-se nos Clientes que valorizam a rapidez, a simplicidade, a eficácia e a comodidade na gestão de finanças pessoais, feita através de plataformas mobile.

Lançou em 2021 campanhas comerciais de incentivo à adesão e utilização dos canais digitais do Banco tendo conseguido aumentar as taxas de penetração de soluções digitais e elevar os níveis de eficiências no serviço prestado aos Clientes.

Ainda para reforçar a dinâmica comercial foram lançadas as seguintes campanhas:

CAMPANHA DOBRA MOLA - Campanha que promove a domiciliação de salário, habilita os Clientes a ganharem o dobro do salário no mês do sorteio e a beneficiarem de uma oferta integrada e competitiva de produtos e serviços com condições preferenciais.

CAMPANHA DE CRÉDITO PESSOAL - Campanha com impacto no incremento do volume da carteira do crédito pessoal, resultado da promoção das melhorias nas condições de concessão de crédito para os funcionários públicos e Clientes privados, aliado também, a uma nova abordagem comercial combinada com acção das equipas de dinamização.

POS CONSUMIDOR - No âmbito da captação de recursos do Millennium bim, incentivou-se os Clientes a transaccionar nos POS do Millennium bim, premiando os que mais transaccionaram, mensalmente, entre os meses de Outubro e Dezembro, com prémios até 100.000 MZN.

PRESTIGE

Verificou-se durante o ano uma forte dinâmica de captação de Clientes e de concessão do crédito pessoal por via da nova abordagem e sistemática comercial e, focado nos principais pilares da proposta de valor do segmento, relação e serviço, continuou a apostar nos serviços digitais distintivos e gestão remota personalizada através de plataformas digitais.

CAMPANHA DE LEASING - Campanha disponibilizada aos Clientes Particulares, ENI e Empresas no 3º trimestre de 2021, em parceria com a Técnica Industrial, com a finalidade de aquisição de viaturas da marca Mitsubishi através do Leasing Automóvel.

PRIVATE

Preparado para lidar com desafios criados pela pandemia e demonstrando versatilidade e capacidade de adaptação à nova realidade, o Millennium *Private Banking* manteve-se próximo, ainda que à distância, dos seus Clientes. Fomentou uma maior cultura de ainda maior proximidade entre *Private Bankers* e Clientes, através de plataformas digitais como Teams e Zoom que culminou no forte contributo para a produtividade das equipas, resultando no bom crescimento do crédito, na captação de recursos e mais *cross selling*.

EMPRESAS

No ano 2021 o Banco manteve o seu contributo no apoio à economia moçambicana, reforçando fortemente a sua presença junto do tecido empresarial nacional, baseado no apoio ao investimento, tesouraria das empresas bem como dinamização de linhas protocoladas.

Ainda no contexto de apoio às Empresas, o Banco lançou no 4º trimestre o **DESCONTO COMERCIAL DE CRÉDITO DOMÉSTICO**, um produto inovador que visa financiar a cadeia de fornecedores das grandes em empresas nacionais e garantir a estabilidade do fundo de maneio das pequenas e médias empresas.

Sempre atendo a inovação e digitalização das empresas, o Banco desenhou um modelo de serviço inovador para as micro e pequenas empresas assente na gestão remota personalizada e promoção do *self-service* digital.

No âmbito de captação de recursos, o Banco lançou a **CAMPANHA DE DOMICILIAÇÃO DE SALÁRIOS**, com foco nos pagamentos processados via Internet Banking, e a **CAMPANHA POS FACTURAÇÃO** para incentivar o aumento do volume de facturação nos Comerciantes.

CORPORATE

A Rede Corporate concentrou a sua acção no incremento da relação com os seus Clientes (maior fidelização, maior rentabilidade), majorando a transaccionalidade e os recursos dos mesmos com o Banco, em particular nas empresas de maior dimensão e relevância nos respectivos sectores, incluindo as exportadoras. A elevação da qualidade de serviço prestado e a melhoria do controle interno foram temas sempre presentes ao longo do ano. Paralelamente, colocou em curso várias acções no sentido de melhorar o risco da sua carteira, nomeadamente através da implementação com sucesso de algumas reestruturações de Crédito de Clientes com larga exposição no Banco.

Por outro lado, estrategicamente, foram concentradas acções na angariação de novos negócios em sectores de actividade que tiveram menos impacto da Pandemia da COVID 19.

OFERTA

MOBILE BANKING

Para assegurar maior conforto aos Clientes, procedeu-se à simplificação do *mobile banking* por via da redução dos elementos do fluxo de adesão. Adicionaram-se funcionalidades novas, que acrescentaram valor à experiência dos utilizadores e soluções com forte penetração nos Clientes, com destaque para:

Smart IZI

- A disponibilização dos comprovativos de transacções;
- Consulta de extracto;
- Carregamento de cartões pré-pagos.

Millennium IZI (*181#)

- Gestão do Microcrédito IZI, um produto de microfinanciamento disponível para Clientes com salário domiciliado.

Ao longo de 2021, o *Mobile Banking* demonstrou ser, mais uma vez, o canal de eleição dos Clientes, ao registar o aumento nas adesões de 36% na plataforma Millennium IZI, 156% no *Smart IZI* e 267% no IZI WhatsApp. O *Mobile*

conta, actualmente, com cerca de 13.000 novas adesões por mês e um total de 687.000 clientes subscritores, que mensalmente geram pouco mais de 16.500.000 transacções.

PACOTES TRANSACCIONAIS

Em 2021, o Banco lançou uma oferta verdadeiramente única no mercado Moçambicano, uma solução integrada composta por um conjunto alargado de produtos e serviços por um preço único e acessível, para Clientes Particulares e Empresas, nomeadamente, Pacote MTOP/MTOP+ e Pacote Empresa.

O pacote MTOP/MTOP+ dá acesso a ofertas exclusivas e distintivas de produtos TOP, designadamente o Crédito Nova Vida TOP e Cartões TOP e também oferece uma apólice de seguros de acidentes pessoais e isenção nas transferências Intra bancárias realizadas no Mobile Banking. Pacote Empresas, solução adequada para gestão diária de empresas que, para além de outros benefícios, integra uma apólice de acidentes pessoais dos seus Colaboradores.

FINANCIAMENTOS

Dinamização de Crédito Pessoal

Com o objectivo de incrementar a colocação do crédito pessoal, de qualidade, seguiu-se com a revisão dos níveis de serviço, taxas de juros e de esforço, assim como se estruturou o circuito do crédito direccionado aos funcionários públicos.

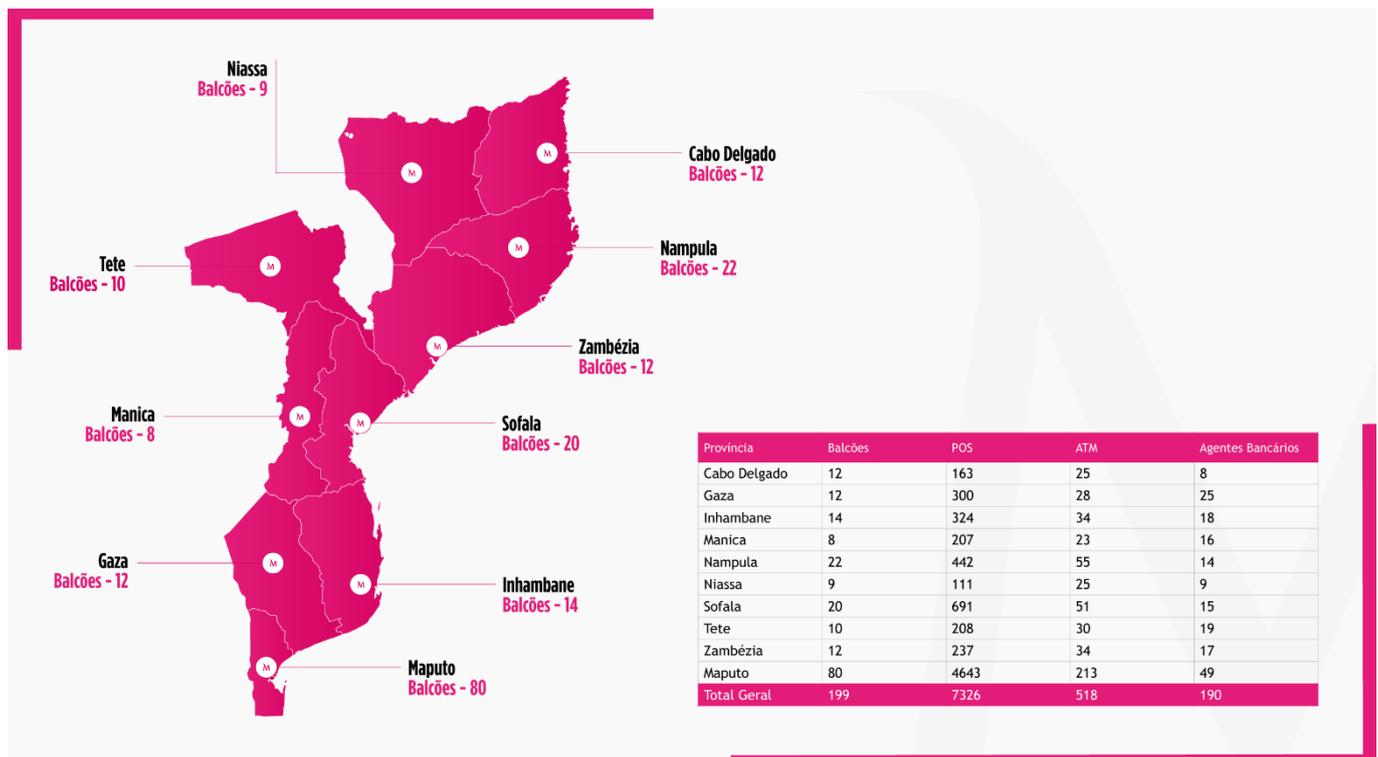
Desconto Comercial de Crédito Doméstico

Lançado em 2021, o desconto comercial é um produto de crédito de desconto de facturas disponibilizado às Pequenas e Médias Empresas com colateral de recebíveis e cobertura até 90% do valor da Factura.

Fundo de subvenções da KFW

É um Programa de Subvenções de apoio de emergência aos Micro Empreendedores e PME (MPME) no âmbito da COVID-19, a título gratuito, tendo em vista contribuir para que a economia de Moçambique possa recuperar mais rapidamente.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO



RECURSOS HUMANOS

Os Colaboradores são um dos eixos fundamentais da actividade do Millennium Bim. As políticas de Recursos Humanos implementadas são baseadas na gestão activa do talento enquanto factor diferenciador.

A Direcção de Recursos Humanos é responsável por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

Colaboradores

O Millennium Bim terminou o ano de 2021 com 2.496 Colaboradores, um aumento de 2% face ao ano anterior, resultado da retoma das actividades de recrutamento após suspensão em 2020, devido, essencialmente, à gestão preventiva do quadro pessoal imposta pela pandemia da Covid-19 na actividade e no negócio do Banco.

Com aproximadamente 67% dos Colaboradores a desempenharem funções na área comercial, a equipa do Millennium Bim tem uma média de 35 anos de idade e de 10 anos de antiguidade.

No âmbito da diversidade de género, o Millennium Bim tem, no total, 53% dos Colaboradores do sexo feminino, sendo que, em termos de funções de Direcção e Coordenação, 42% destas funções são desempenhadas por mulheres, valor que sobe para 54% na área comercial.

Atracção, Selecção e Integração do Talento

Em termos de recrutamento, foram admitidos 213 Colaboradores, na sua maioria (68%) para a área comercial, manteve-se a aposta no recrutamento de jovens licenciados.

A admissão de todos estes novos Colaboradores é feita através de uma formação *On-boarding* que visa contribuir para uma adequada integração, com conhecimentos gerais sobre as mais diferentes áreas e foco na imersão dos novos Colaboradores na cultura do Millennium Bim.

Em 2021, o Millennium Bim reforçou a aposta nas competências consideradas críticas para o futuro, lançando no mês de Outubro a 1ª Maratona Digital, que contou com mais de 200 candidatos formados em Informática. Este programa foi concebido para a captação e desenvolvimento de jovens talentos, desafiados a trabalhar em projectos transformacionais da organização. Este programa consolida a marca do Millennium Bim como Banco inovador e digital.

O Millennium Bim manteve a sua aposta nas iniciativas de atracção de jovens talentos lançando no final do ano a 5ª edição do *People Grow*, um programa destinado aos finalistas e recém-licenciados das mais diversas áreas de conhecimento, o qual voltou a contar com uma forte adesão.

Aprendizagem e Formação

Num mercado cada vez mais exigente a todos os níveis, as prioridades estratégicas definidas pela Millennium Bim Academia tiveram como principais focos o desenvolvimento das competências dos Colaboradores, com particular destaque para as competências de carácter técnico e comportamental, através da implementação de programas estruturantes a todos os níveis. Esta estratégia permitiu a melhoria do desempenho dos Colaboradores e consequentemente da Organização.

Na área comercial, manteve-se o esforço de desenvolvimento das competências e conhecimentos dos produtos e serviços, tendo sido realizadas várias acções de formação sobre a oferta de produtos e serviços do Millennium Bim, num total 17 sessões, abrangendo 392 Colaboradores e totalizando 588 horas de formação.

No âmbito do desenvolvimento da liderança, fez-se o lançamento da 2ª fase do Programa de Liderança destinado às 2ª linhas, abrangendo 8 competências consideradas críticas para o Líder Millennium Bim.

A oferta formativa totalizou 42 249 horas. Decorreu de forma remota, através de videoconferência, E-learning e Microlearnings. Dentre os vários conteúdos abordados, destaca-se a formação sobre a Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo, que abrangeu os Colaboradores das áreas Centrais e da Rede Comercial do Millennium bim.

Gestão e Desenvolvimento de Talento

No Millennium Bim, o processo de avaliação e gestão de desempenho é fundamentado numa cultura de meritocracia. Neste sentido, em 2021, com vista a adequar permanentemente os processos de avaliação, foram introduzidas novas melhorias ao processo.

Com base no desempenho e no potencial dos Colaboradores, procedeu-se ao lançamento do Programa de Capacitação do Desenvolvimento do Talento Crítico, com a qual se pretende apoiar o desempenho dos Colaboradores através de Planos de Desenvolvimento Individual e identificar a futura geração de talento e líderes do Millennium Bim, dando-lhes a oportunidade de desenvolverem as suas competências por forma a estarem preparados para assumirem funções de maior responsabilidade, incluindo acções de formação específicas, como *coaching*, *mentoring* e participação em projectos com exposição à gestão de topo.

Os processos de Mobilidade Interna, após o seu condicionamento em consequência da pandemia, foram reabertos no início do 2º trimestre do ano, tendo sido proporcionadas 77 oportunidades, assegurando-se desta forma a aposta no desenvolvimento de carreira dos Colaboradores.

Cultura de Valores

No âmbito da Cultura, o Millennium Bim continuou a desenvolver acções de reforço da vivência dos valores, com foco em 2021 na “Confiança”, valor em destaque no ano, sendo de destacar a iniciativa “Dê um *like* no seu colega de Confiança” e o *Webinar* sobre a “Confiança no Futuro”, para além da dinamização dos Valores na Formação *On-boarding*.

Saúde e Bem-Estar dos Colaboradores

Foram reforçadas acções de saúde e bem-estar, através de parcerias que permitem o acesso aos benefícios por parte dos Colaboradores e familiares. A adopção de estilos de vida saudáveis foi também uma preocupação, destacando-se a sensibilização e apoio à luta contra o cancro da mama e da próstata, designadamente através da criação de condições mais favoráveis para rastreios, a realização do *webinar* sobre o “Novembro Azul”, e a sensibilização sobre a luta contra o HIV.

Resposta à Covid-19

Em 2021, o Millennium Bim continuou a priorizar a protecção da saúde dos Colaboradores, familiares e Clientes, tendo dado seguimento ao plano de acções de resposta imediata para proteger as pessoas e garantir a continuidade do negócio.

Mantiveram-se todas as medidas gerais de prevenção e combate à pandemia da COVID-19 emanadas pelas entidades de saúde, nomeadamente: uso de máscaras, lavagem frequente das mãos, distanciamento pessoal, etiqueta da tosse e não partilha de utensílios de uso pessoal. A comunicação interna sobre as matérias da Covid-19 continuou como uma grande aposta para a sensibilização do cumprimento das medidas de prevenção e protecção.

Em 2021, o Millennium Bim assegurou a vacinação dos Colaboradores e membros do agregado familiar, assim como dos Prestadores de Serviço presentes em todas as suas instalações com 1ª e 2ª dose da vacina contra a COVID-19, iniciativa que teve uma forte adesão e contribuiu assim para proteger a saúde de todos.

Acreditamos que tendo colhido muito das experiências de 2020, o ano de 2021, consolidou a resiliência, capacidade de adaptação e inovação perante os desafios surgidos neste percurso de 26 anos ao serviço da economia moçambicana.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E PATROCÍNIOS

Programa de Responsabilidade Social - Mais Moçambique pra Mim

Desde 2006, ano em que foi criado o programa de Responsabilidade Social - Mais Moçambique para Mim, que o Millennium Bim apoia e desenvolve projectos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. A estratégia de actuação passa pelo desenvolvimento de um conjunto de medidas que apostam no capital humano como motor para o desenvolvimento económico-social.

O Banco reafirmou o seu comprometimento com a implementação e divulgação dos princípios da Iniciativa do Pacto Global das Nações Unidas no que concerne aos Direitos Humanos, Trabalho e Meio Ambiente, assim como o seu apoio na implementação dos objectivos do FEMA - Fórum Empresarial para o Meio Ambiente.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DO BANCO

O Banco subscreve, desde 2003, os Princípios do Pacto Global das Nações Unidas. O objectivo é contribuir para a construção de um mercado global mais sustentável e partilhar valores que permitam às populações mais pobres e vulneráveis o acesso às oportunidades. As empresas aderentes devem adoptar e promover um conjunto de valores-chave nas áreas dos Direitos Humanos, Normas Laborais, Ambiente e Combate à Corrupção.

SAÚDE

Oferta de camas hospitalares ao Hospital Geral de Mavalane

O Millennium Bim acompanhou de perto e com toda a diligência os desenvolvimentos decorrentes da pandemia do coronavírus, que afectou todo mundo. Deste modo, e como forma de apoio para o combate a esta pandemia, o banco efectuou a entrega de 100 camas ao Hospital Geral de Mavalane, contribuindo desta forma para o reforço da capacidade operacional do Centro de Internamento e Tratamento de doentes com a Covid-19.

Atenção Integrada ao Doente Oncológico -Reforço da Capacidade Institucional do Hospital Central de Maputo

A decorrer desde 2014, este projecto consiste em contribuir para a melhoria dos cuidados integrados ao doente oncológico no Hospital Central de Maputo, através da melhoria do rastreio, diagnóstico, tratamento e registo das doenças oncológicas.

O Millennium Bim, a Fundação Millennium BCP, a Fundação Calouste Gulbenkian o Instituto Camões-Instituto de Cooperação e da Língua I.P. e o Ministério da Saúde, são parceiros no projecto “Atenção Integrada ao Doente Oncológico - Reforço da capacidade institucional do Hospital Central de Maputo”.

INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA

Oferta de um sistema de Rega a Casa do Gaiato

Numa altura em que as alterações climáticas já são uma realidade no país, o Millennium Bim ofereceu um sistema de regadio à associação de acolhimento e formação de crianças de rua a “Casa do Gaiato”, sistema que irá contribuir para melhorar a sustentabilidade desta instituição e a dieta alimentar dos cerca de 210 rapazes que a Casa do Gaiato acolhe. Com este sistema de regadio espera-se que a produção de batata-reno na quinta da associação chegue às 75 toneladas.

Celebração do dia da Criança

Como forma de celebrar o mês da criança, o Millennium Bim proporcionou momentos de alegria, descontração e aprendizado para as crianças em situação de vulnerabilidade que se encontram nas pediatrias dos hospitais, centros de reassentamentos e infantários.

Foram abrangidas por esta iniciativa cerca de 700 crianças de 9 instituições de acolhimento.

Esta iniciativa, abrangeu também algumas províncias do país tendo sido feita oferta de bens alimentícios em alguns centros para que pudessem também passar esta data de forma diferente.

Natal Solidário

Como tem sido apanágio do Millennium Bim, todos os anos apoiamos com bens alimentícios a algumas instituições que tem ajudado pessoas em situação de vulnerabilidade tais como doentes, idosos e crianças que por vários motivos foram afastados do espaço familiar.

Foi nesse contexto, que o Banco apoiou algumas instituições para a realização das festividades do natal, proporcionado deste modo, um dia diferente às crianças. Esta actividade, abrangeu diversos locais no nosso belo Moçambique.

EDUCAÇÃO

Criação do Jornal Escolar na Escola Secundária Joaquim Chissano

No âmbito da implementação do projecto vencedor da 10ª edição das Olimpíadas Bancárias, foi inaugurada a sala onde vai funcionar o “Jornal Escolar”. Este Espaço, foi concebido pela Escola Secundária Joaquim Chissano, representante da província de Gaza. O Jornal Escolar, para além de servir de meio de divulgação no espaço escolar, também ajudará a despertar nos alunos o gosto pela escrita e pela leitura.

Construção de um bloco de 3 salas de aulas no distrito de Marocane província de Cabo Delgado

No âmbito do apoio que o Millennium bim vem prestando às vítimas dos ataques terroristas em Cabo Delgado, foi contruído na localidade de Marocane, posto administrativo de Ancuabe um edifício composto por três salas de aulas.

Esta construção resulta do compromisso assumido pelo Millennium Bim no apoio ao desenvolvimento educacional de Moçambique. Este apoio beneficiou cerca 800 alunos e professores, que não se encontram integrados no processo de ensino e aprendizagem devido a ausência de infra-estruturas.

Realização de uma Campanha de angariação de donativos

Durante 10 meses, decorreu através dos Canais Digitais uma campanha de recolha de apoios, esta campanha permitiu que os Clientes e Parceiros do Banco contribuíssem, para minimizar o impacto negativo naquele ponto do País. O valor adquirido nesta campanha serviu para aquisição de material escolar que foi entregue aos alunos do distrito de Marocane.

Apoio Girl Move - Programa de Formação

O Millennium Bim assegurou à formação completa de 1 *Girl-Mover*, de 2 Guias e 30 Muarussis (meninas da comunidade). É um programa avançado de liderança e empreendedorismo social para jovens universitárias de todo o país. A estas jovens, são prestados apoios aos mais diversos níveis, nomeadamente na área da educação, tornando-as modelos de referência para raparigas adolescentes da sua comunidade.

Quando o Programa de Formação, melhora a vida de uma rapariga através da educação, saúde e segurança este cria mais oportunidades, estas mudanças têm um efeito positivo multiplicador na sociedade. A rapariga ao tornar-se numa mãe com formação, numa cidadã activa, numa profissional preparada, transforma-se no maior activo da sua comunidade para quebrar o ciclo da pobreza.

O projecto *Girl-Move* acredita que ao capacitar as jovens e mulheres moçambicanas estas podem tornar-se as principais agentes de desenvolvimento do país.

Projecto Poupança

Em virtude do cumprimento do decreto do Banco de Moçambique, o Millennium Bim através do seu programa de Responsabilidade Social “Mais Moçambique pra Mim” desenvolveu actividades dirigidas aos seus Clientes, como por exemplo, o Projecto Poupança.

Com a implementação deste projecto, o Banco conseguiu sensibilizar e inculcar nos jovens uma tomada de consciência para a importância de poupar.

Seguindo o novo normal, foram realizadas diversas actividades nas nossas redes sociais com destaque para concursos sobre as várias formas de poupar. Realizaram-se publicações e ofereceu-se diversos prémios aos vencedores dos concursos.

Parque Nacional da Gorongosa

No âmbito do protocolo assinado pelo Millennium Bim referente à adesão ao Clube Empresarial da Gorongosa, o Millennium Bim passou a apoiar directamente o programa “Clubes das Raparigas”, o qual tem como objectivo combater o elevado índice de casamentos precoces e abandono escolar, através da dinamização de actividades que abordam a educação das raparigas, a sua segurança pessoal, a nutrição e o acesso ao planeamento familiar.

Os diversos projectos que actualmente decorrem no Parque Nacional da Gorongosa têm como principal intuito restaurar o ecossistema, apoiar as comunidades locais no seu desenvolvimento socioeconómico e criar, de forma sustentável, uma indústria turística, um exemplo emblemático na conservação da natureza e na criação de oportunidades para as populações locais.

Dia Mundial do Ambiente

Comemora-se a 5 de Junho o Dia Mundial do Ambiente. Esta data, tem como objectivo principal, chamar atenção de todas às esferas da população para os problemas ambientais e da importância da preservação dos recursos naturais.

Para celebrar a passagem desta efeméride, o Millennium Bim apoiou a realização de uma acção de sensibilização ambiental que decorreu na Escola Secundaria Bonifácio Gruveta Massamba, no bairro do khogolote na Matola. Como forma de marcar esta data, foram realizadas diversas actividades como a pintura de muros da escola, o plantio de árvores e o reaproveitamento de materiais.

20

SISTEMA DE GESTÃO

M

SISTEMA DE GESTÃO

COMPLIANCE

A função de Compliance encontra-se enraizada no Millennium Bim de forma permanente e efectiva. Foi instituída com o objectivo de assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e os Colaboradores cumprem todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, com especial enfoque nas que se referem à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo, bem como das normas e os usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, da conduta de relacionamento com os Clientes, das orientações dos órgãos sociais, de modo a proteger a reputação e integridade do banco, evitando que seja alvo de sanções.

Por forma a maximizar o funcionamento do Compliance Office e garantir o cumprimento dos Avisos emitidos pelo Banco de Moçambique, o Millennium Bim ao longo de 2021, um ano assolado pela pandemia da Covid-19, prosseguiu com:

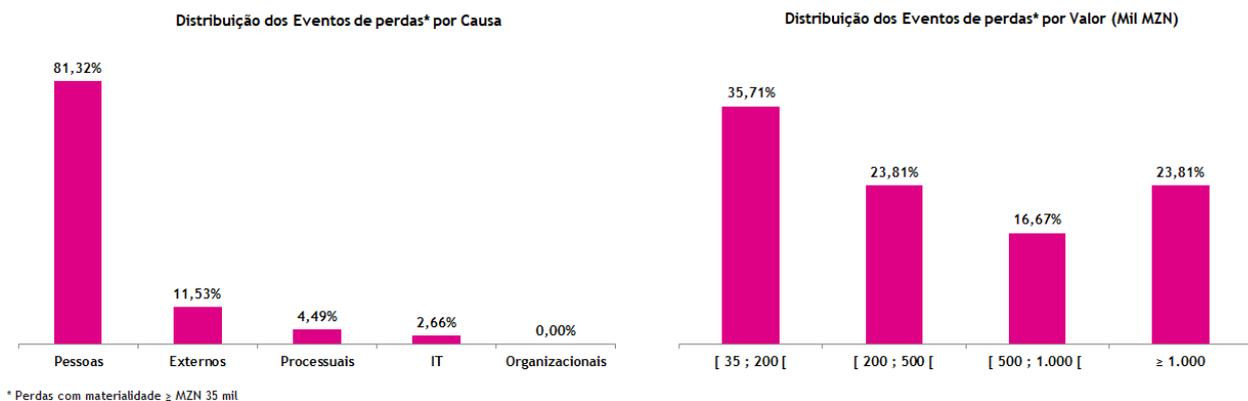
- (i) A formação e reciclagem em matérias de branqueamento de capitais aos Colaboradores afectos à rede comercial e serviços centrais;
- (ii) A optimização do modelo de cálculo de perfil de risco dos Clientes e de identificação de beneficiários efectivos;
- (iii) O desenvolvimento do programa de sanções; e
- (iv) A monitoria de transacções de Clientes.

Em 2022, o Compliance Office continuará a desempenhar as suas funções no sentido de garantir maior solidez e robustez dos sistemas de controlo interno e contribuir positivamente no alcance dos objectivos do Millennium Bim.

GESTÃO DE RISCO

Risco Operacional

O risco operacional materializa-se na ocorrência de perdas resultantes de falhas ou inadequação dos processos, sistemas ou pessoas ou, ainda, de eventos externos. A gestão do risco operacional no Millennium Bim assenta na estrutura de processos. Para a medição do risco são usadas metodologias internacionalmente recomendadas, tais como: definição de Indicadores Chave de Risco, realização de Auto-Avaliação dos Riscos (*Risk Self-Assessment*) e recolha e análise de Perdas Operacionais. A Classificação das Perdas Operacionais é feita tendo em conta 5 (cinco) categorias de Risco definidas a nível de Basileia II, nomeadamente: Riscos Pessoais, Externos, Processuais, de IT e Organizacionais. O perfil das perdas acumuladas entre Janeiro e Dezembro de 2021 é apresentado nas figuras abaixo:



Risco de Mercado

Os riscos de mercado consistem nas perdas potenciais que podem ser registadas por uma determinada carteira, em resultado de alterações de taxas (de juro ou de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos

financeiros que a compõem, considerando não só as correlações existentes entre estes, mas também as respectivas volatilidades.

Risco de Taxa de Juro

Para a medição deste risco, o Millennium Bim adopta metodologias definidas pelo Banco de Moçambique através da Circular N.º 04/SCO/2013, bem como utiliza metodologias definidas internamente e baseadas na análise de *gaps*, distribuídos por prazos residuais de *re-pricing*, e sujeitos a uma análise de sensibilidade por variação da taxa de juro. Para o controlo deste risco são definidos anualmente limites transversais ao Grupo Millennium bcp relativamente à sensibilidade do balanço à taxa de juro, indexados aos Fundos Próprios do Banco. O Banco cumpriu os limites definidos, tendo registado uma redução da sensibilidade à taxa de juro em 2021, face ao ano anterior, devido à redução de Activos (destacando-se a redução do crédito líquido) e redução do volume de Passivos (redução do volume de depósitos de Clientes no prazo até 1 ano) ao longo do ano.

Análise de Sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro da Carteira Bancária - metodologia interna

	Em Mios MZN			
	Dez. 20		Dez. 21	
	100 bp	200 bp	100 bp	200 bp
MZN	416	831	372	744
USD	40	80	38	77
TODAS MOEDAS*	462	925	416	831

*inclui outras moedas

Risco Cambial

Para o controlo deste risco foram definidos pelo Banco de Moçambique limites (Posição Global não deve ser superior a 20% dos Fundos Próprios e a Posição por Moeda não deve ser superior a 10%), os quais são permanentemente monitorizados e respeitados pelo Millennium Bim.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na potencial incapacidade do Millennium Bim em cumprir com as suas obrigações no momento dos respectivos vencimentos sem incorrer em perdas significativas, decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou da venda dos seus activos por valores inferiores aos de mercado (risco de liquidez de mercado).

A medição do Risco de Liquidez no Millennium bim é feita através de um conjunto de indicadores, nomeadamente: Liquidez Imediata e Trimestral, *Gap* Comercial (Por Moeda), *Gap* de Liquidez e LCR (Liquidity Coverage Ratio), para os quais se encontram definidos limites de exposição.

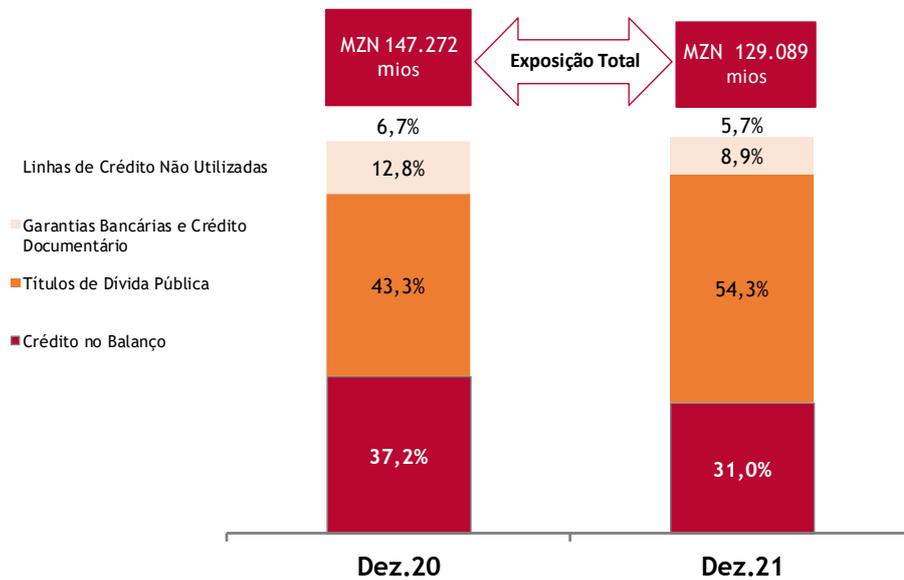
Adicionalmente, o Millennium Bim monitoriza diariamente o Rácio de Liquidez. De acordo com o Aviso n.º14/GBM/2017 de 09/06 do Banco de Moçambique, os Bancos devem manter diariamente um Rácio de Liquidez não inferior a 25%. O Millennium Bim tem vindo a controlar e cumprir rigorosamente este indicador, com resultados muito acima dos 25%.

Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à ocorrência de perdas resultantes do não cumprimento, pelos tomadores de empréstimos, ou dos emissores de títulos ou ainda das contrapartes de contratos, das suas obrigações financeiras nos termos acordados. Ao nível deste risco, o *Risk Office* tem desenvolvido acções visando identificar/mensurar e controlar este risco.

Distribuição das Exposições Sujeitas à Imparidade

O gráfico abaixo ilustra a distribuição das exposições sujeitas a imparidade no BIM em conformidade com as estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade.



Principais indicadores de risco de crédito

Apresenta-se de seguida a evolução trimestral dos principais indicadores do nível de crédito com sinais de risco e de cobertura da exposição do crédito entre Dezembro de 2020 e 2021:

	dez/20	mar/21	jun/21	set/21	dez/21
Imparidade crédito directo / NPE	36,3%	42,2%	43,8%	43,9%	46,2%
Rácio Imparidades + Colaterais / NPE	110,8%	114,9%	114,0%	108,5%	111,2%

NPL = Non Performing Loans

Crédito Total = Exposição do Crédito Directo

NPE = Non Performing Exposure

Face a Dez.20 verificou-se uma melhoria da carteira *non-performing* e um aumento do peso relativo da imparidade de crédito directo sobre os NPE.

20

ANÁLISE FINANCEIRA

M

ANÁLISE FINANCEIRA

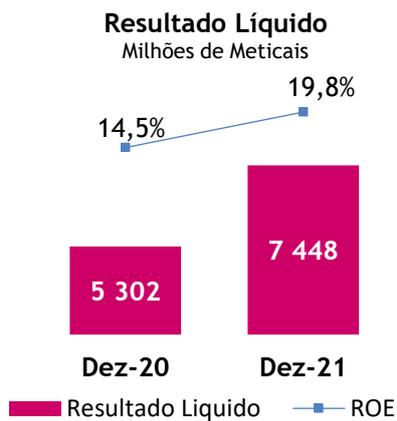
O BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., em conformidade com o disposto no Aviso n.º 04/GBM/2007 e disposições complementares emitidas pelo Banco de Moçambique, apresenta neste relatório as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios de 2020 e 2021.

A evolução da actividade do Millennium Bim foi caracterizada por uma melhoria da rendibilidade e eficiência, alicerçada no crescimento da sua actividade e controlo de custos. O Banco manteve o enfoque na sua solidez financeira, garantindo níveis de liquidez prudentes e em simultâneo mantendo a sua aposta na Transformação Digital.

ANÁLISE DE RENDIBILIDADE

RESULTADO LÍQUIDO

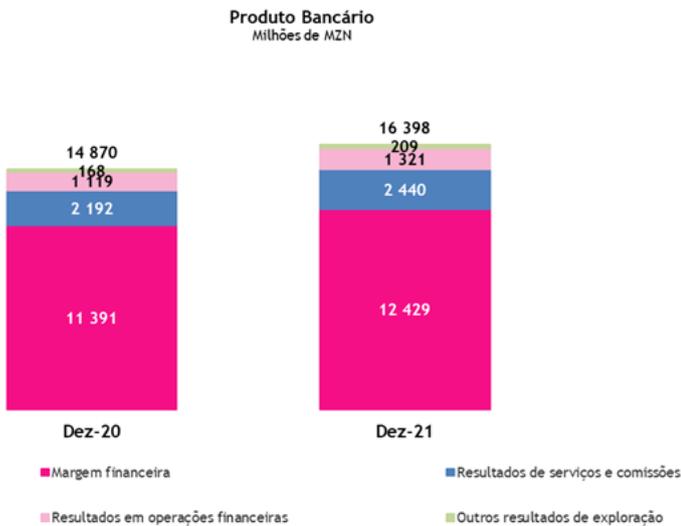
O resultado líquido do Millennium Bim reflecte, por um lado, a retoma da actividade económica que caracterizou o ano de 2021, com impacto tanto ao nível da evolução dos proveitos, assim como ao nível da contenção de custos. Por outro lado, o impacto da mais-valia resultante da venda de 70% da participação no capital da Seguradora Internacional de Moçambique. O resultado foi influenciado igualmente por seguinte:



- Redução de imparidades na sequência da gestão prudente do risco, adopção de boas práticas e transparência na concessão e acompanhamento do crédito a Clientes, bem como no rigor no cumprimento dos normativos regulamentares;
- Evolução favorável da margem financeira explicada pela subida das taxas directoras do mercado aliada a uma maior rendibilidade dos activos financeiros;
- Desempenho positivo de resultados em operações financeiras suportado pelo maior volume de transacções de operações cambiais;
- Aumento do resultado de serviços e comissões líquidas decorrente do alargamento da base de Clientes e de serviços prestados;

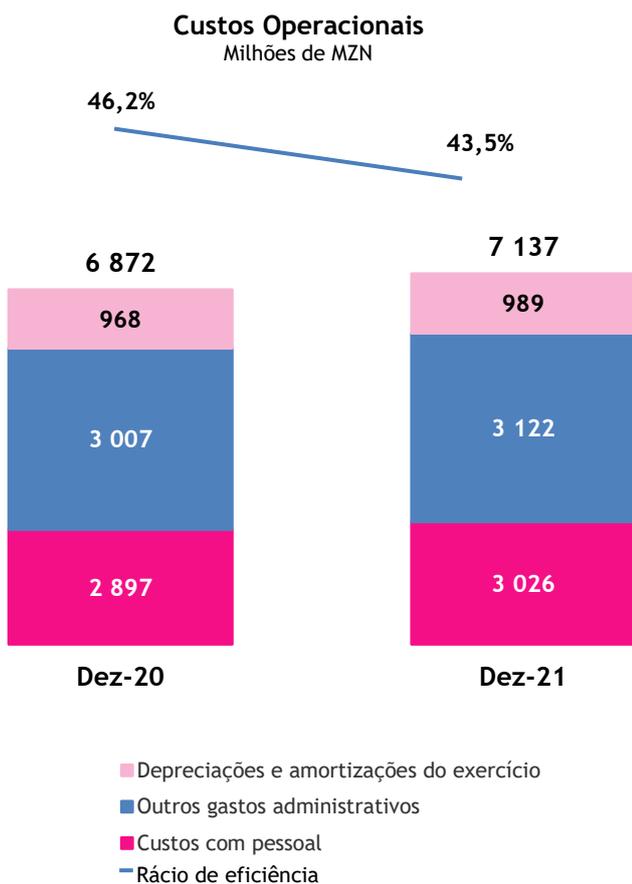
PRODUTO BANCÁRIO

O **Produto Bancário** ascendeu a 16 398 milhões de Meticais, representando um crescimento de 10% face aos 14 870 milhões de Meticais apurados em Dezembro de 2020. O desempenho favorável do produto bancário é essencialmente suportado pelo:



- Crescimento da **margem financeira** (+1 038 milhões de Meticaís) influenciado pelo aumento da rentabilidade dos activos financeiros, e a oferta selectiva de crédito focada na qualidade, num contexto de mercado de risco acrescido;
- Incremento do resultado de serviços e comissões líquidas (+248 milhões de Meticaís), influenciado pela evolução favorável do comissionamento dos serviços bancários prestados derivado do alargamento da base de Clientes;
- Desempenho favorável dos resultados em operações financeiras (+ 202 milhões de Meticaís), justificado pelo maior volume de operações cambiais.

CUSTOS OPERACIONAIS E RÁCIO DE EFICIÊNCIA



Os custos operacionais, que englobam os custos com o pessoal, outros gastos administrativos, depreciações e amortizações atingiram 7 137 milhões de Meticaís em 2021, situando-se 3,9% (+265 milhões de meticaís) acima do período homólogo.

Os custos com pessoal cifraram-se em 3 026 milhões de Meticaís em 2021 face a um valor de 2 897 milhões de Meticaís em 2020, representando um crescimento de 4,5% (+129 milhões de meticaís). Esta evolução é inerente não apenas a subida das remunerações, mas também, o impacto de encargos sociais facultativos que aumentaram 22% face ao ano anterior. O crescimento desta rubrica reflecte o ambiente pandémico que vivemos.

Os outros gastos administrativos aumentaram 3,9% influenciados pelo aumento nas despesas com informática e outros serviços de terceiros.

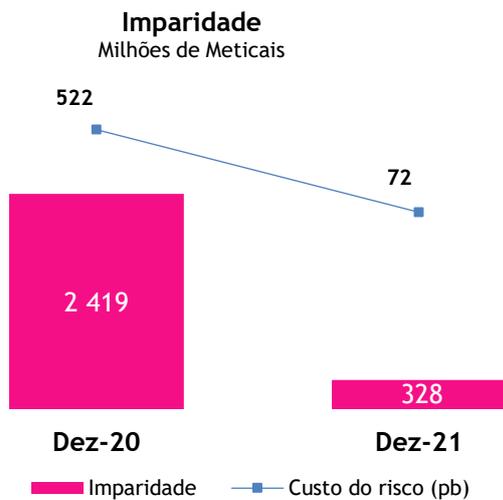
As amortizações do exercício totalizaram 989 milhões de Meticaís em 2021, representando um crescimento de 2,1% face ao valor de 2020. Esta evolução reflecte os investimentos na plataforma informática com vista a suportar

o crescimento do negócio, manutenção de elevados padrões de qualidade de serviço, e esforço na digitalização do banco, estratégia implementada há vários anos e que, apesar do contexto económico, se manteve inalterada.

RÁCIO DE EFICIÊNCIA

O rácio de eficiência (cost-to-income) situou-se em 43,5%, em 2021, face aos 46,2% apurados em 2020. A melhoria do rácio deveu-se ao forte crescimento do produto bancário face ao crescimento moderado nos custos operacionais, fruto do rigor imposto no controlo dos custos operacionais ao longo de 2021.

IMPARIDADE DO CRÉDITO



A imparidade do crédito (líquida de recuperações de crédito abatido) totalizou 328 milhões de Meticais em 2021 face a 2 419 milhões de Meticais em 2020 (-86%). Esta redução traduz a prudência que o banco teve em 2020 face a um contexto económico mais complexo, com incertezas agudizadas pela pandemia da Covid-19, que essencialmente consistiu na penalização da rentabilidade e reforço da robustez do Balanço.

O custo do risco, avaliado pela proporção das dotações para imparidade de crédito (líquidas de recuperações de crédito abatido), em função da carteira de crédito, situou-se em 72 pontos base em 2021 face aos 522 pontos apurados em 2020.

Em 2021, o Banco prosseguiu com os esforços de aperfeiçoamento dos mecanismos de monitorização de risco e uma política de provisionamento prudente, visando o reforço da cobertura integral da carteira de crédito com sinais de imparidade.

O nível de imparidades actual deixa o banco numa situação de solidez confortável, consubstanciada numa carteira de crédito bem provisionada e robustecida para os desafios de 2022.

ANÁLISE DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

O activo total variou para 184 138 milhões de Meticais em 2021, o que representou uma redução de 0,7% face ao ano anterior, influenciada pela redução das aplicações em instituições de crédito e do crédito a Clientes, tendo sido atenuado pelo aumento dos activos financeiros ao custo amortizado. Do lado do passivo, verificou-se uma redução das provisões, que apresentam uma variação de 79,0%.

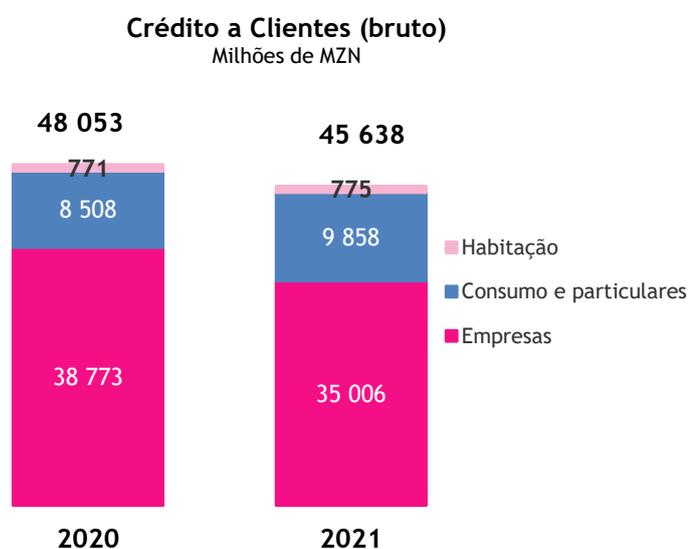
Na estrutura do activo do banco os activos financeiros ao custo amortizado detêm um peso de 39%, o crédito a Clientes líquido representa 23% e as disponibilidades e aplicações em instituições de crédito representam 10%.

ACTIVO TOTAL

	2020	2021	Var. %
Caixa e Disponibilidades no BM	25 774	24 299	-5,7%
Disponibilidades e aplicações em IC's	41 460	26 862	-35,2%
Crédito a Clientes (líquido)	44 506	41 830	-6,0%
Activos financeiros ao custo amortizado	51 795	72 532	40,0%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	5 386	4 458	-17,2%
Investimentos em associadas	267	560	109,8%
Activos tangíveis e intangíveis	6 768	6 397	-5,5%
Outros activos	9 395	7 198	-23,4%
	185 351	184 138	-0,7%

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

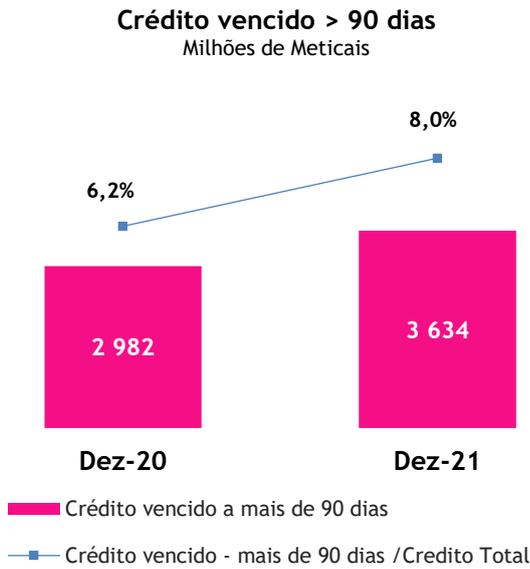
Num contexto adverso, ainda marcado pelos efeitos da pandemia da Covid-19, aliado às dificuldades no desempenho dos agentes económicos, o Millennium Bim prosseguiu com a política de prudência na concessão de crédito, consubstanciada pela selecção rigorosa das operações em função do risco e rentabilidade e pela melhoria contínua dos processos de avaliação e gestão do risco.



Em 2021, o crédito a Clientes (bruto) registou um decréscimo de 5%, tendo passado de 48,1 para 45,6 mil milhões de Meticais. Para esta evolução desfavorável contribuiu, em maior percentagem, a redução do crédito ao comércio e serviços, que registam taxas de -22% e -29%, respectivamente, tendo sido atenuada pelo aumento do crédito ao consumo em 1 349 milhões de Meticais (+16%).

A estrutura da carteira de crédito manteve padrões idênticos de diversificação por segmento, com o crédito às empresas a manter a posição dominante na carteira de crédito, registando um peso de 77% (face aos 81% de 2020).

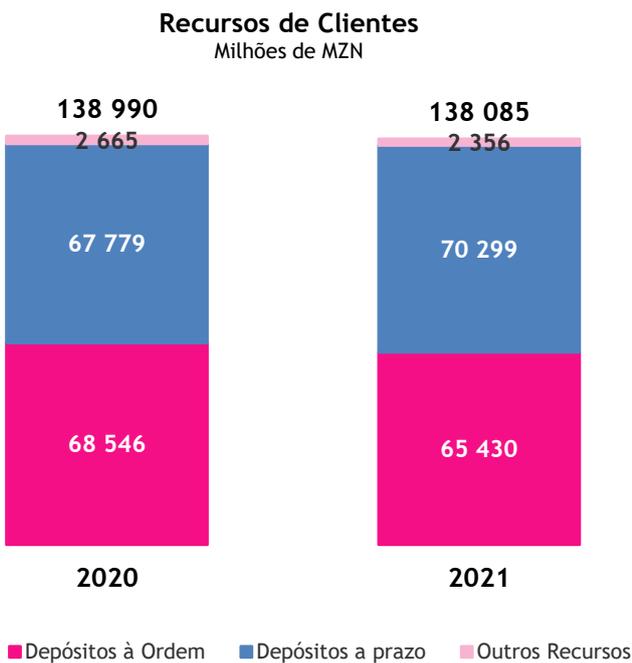
QUALIDADE DE CRÉDITO



O ano de 2021 foi caracterizado por um acompanhamento cauteloso da evolução do risco da carteira face a um contexto macroeconómico que se mostrou pouco favorável apesar dos sinais de retoma da actividade económica. O Millennium BIM continuou resiliente à degradação do risco de crédito acautelando o potencial incumprimento através da constituição de imparidades.

A qualidade da carteira de crédito traduziu-se num rácio de crédito vencido a mais de 90 dias em percentagem do total da carteira de 8,0% e uma cobertura do crédito vencido a mais de 90 dias de 104,8% reflectindo os critérios prudenciais que permitem assegurar níveis confortáveis de cobertura.

RECURSOS DE CLIENTES



Em 2021, os recursos de Clientes, que compreendem os depósitos de Clientes, operações de venda com acordo de recompra, cheques e ordens a pagar, dentre outros recursos, reduziram de 138 990 para 138 085 milhões de Meticais, representando uma redução de 0,7% quando comparado com o ano anterior. Esta redução foi influenciada, principalmente, pela apreciação do metical face às principais moedas. Esta apreciação implicou uma redução da carteira de depósitos em Moeda Estrangeira quando meticalizada. Em termos de moeda original, a carteira de depósitos em Moeda Estrangeira cresceu sensivelmente 10% em 2021.

Apesar da forte concorrência, o Millennium Bim tem mantido uma quota confortável na captação de recursos ao nível do sistema financeiro moçambicano, alicerçada na gestão criteriosa de *pricing* com foco na rentabilidade sustentável da carteira, sendo que os depósitos a prazo apresentam um peso de 51% na estrutura de recursos totais.

CAPITAL

Os rácios de capital do Millennium Bim, calculados no cumprimento das premissas dos normativos regulamentares prudenciais estipulados pelo Banco Central, espelham a sua solidez e robustez financeira, apresentando um rácio de Solvabilidade de 44,8% em 2021, indicador claramente acima do valor mínimo exigido de 12%.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei nº 20/20 das Instituições de Crédito relativas à constituição de Reservas, que ao resultado do exercício apurado no balanço individual relativo ao exercício de 2021, no montante de 9.853.466.200,32 Meticais, seja dada a seguinte aplicação:

		Meticais
	%	Valor
Reserva Livre	22,5%	2 217 029 895,07
Reserva Para Estabilização de Dividendos	2,5%	246 336 655,01
Distribuição Aos Accionistas	75,0%	7 390 099 650,24



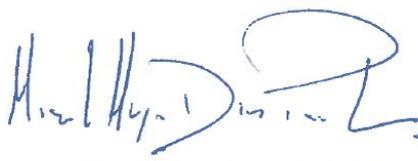
Rui Cirne Plácido de Carvalho Fonseca
(Presidente)



Nuno Manuel da Silva Amado
(1º Vice-Presidente)



José Laurindo Reino da Costa
(2º Vice-Presidente)



Miguel Maya Dias Pinheiro
(Administrador)



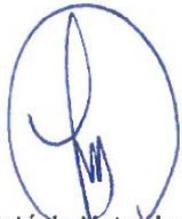
Manuel Alfredo de Brito Gamito
(Administrador)



Jacinto Zacarias Uqueio
(Administrador)



João Manuel R.T. da Cunha Martins
(Administrador)



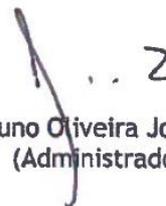
Jorge Octávio Neto dos Santos
(Administrador)



Moisés Jorge
(Administrador)



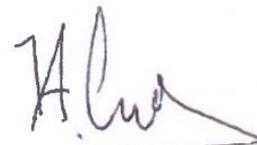
Liliana Marisa Catoja da Costa Lemos
(Administrador)



João Nuno Oliveira Jorge Palma
(Administrador)



José Miguel Bensliman Schorcht da Silva Pessanha
(Administrador)



José Artur Gouveia Coelho Caetano
(Administrador)



Albino António Carneiro de Andrade
(Administrador)



Anabela Júlia Chambuca Pinho
(Administrador)

20

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		MZN'000	
	Notas	2021	2020 Reexpresso nota 1
Juros e proveitos equiparados	5	17 306 343	15 964 199
Juros e custos equiparados	5	(4 877 434)	(4 573 096)
Margem financeira		12 428 909	11 391 103
Resultados de serviços e comissões	7	2 440 185	2 192 224
Resultados em operações financeiras	8	1 320 715	1 118 511
Outros resultados de exploração	9	208 675	167 675
		3 969 575	3 478 410
Total de proveitos operacionais		16 398 484	14 869 513
Custos com pessoal	10	(3 026 468)	(2 897 246)
Outros gastos administrativos	11	(3 122 452)	(3 006 673)
Depreciações e amortizações do exercício	12	(988 525)	(968 434)
Total de custos operacionais		(7 137 445)	(6 872 353)
Imparidade de crédito à clientes	13	(328 116)	(2 418 563)
Outras imparidades e provisões	14	(758 563)	(128 438)
Resultado antes de impostos		8 174 359	5 450 159
Impostos			
Correntes	15	(2 080 506)	(1 711 371)
Diferidos	15	362 244	948 119
Resultado após impostos de operações em continuação		6 456 097	4 686 907
Resultado do exercício de unidades operacionais descontinuadas	16	1 033 972	669 000
Resultado após impostos		7 490 069	5 355 907
Resultado consolidado do exercício atribuível a:			
Accionistas do Banco		7 447 730	5 302 470
Interesses que não controlam		42 339	53 437
Resultado do exercício		7 490 069	5 355 907
Resultado por acção(das actividades continuadas)	17	143,47 MZN	104,15 MZN
Resultado por acção(incluindo actividades descontinuadas)	17	165,51 MZN	117,83 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

		2021	2020
	Notas		
MZN' 000			
Resultado consolidado do exercício		7 490 069	5 355 907
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados			
Activos financeiros através de outro rendimento integral - alterações no justo valor	42	(77 216)	14 285
		(77 216)	14 285
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados			
Perdas actuariais do exercício		(80 958)	(25 791)
		(80 958)	(25 791)
Outro rendimento integral do período depois de impostos		(158 174)	(11 506)
Total do rendimento integral do exercício		7 331 895	5 344 401
Atribuível a :			
Accionistas do Banco		7 289 556	5 290 964
Interesses que não controlam		42 339	53 437
Total do rendimento integral do exercício		7 331 895	5 344 401

BALANÇO CONSOLIDADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MZN' 000

	Notas	2021	2020
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	18	24 299 257	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	7 966 063	2 881 250
Aplicações em instituições de crédito	20	18 896 399	38 578 594
Crédito a clientes	21	41 830 171	44 506 254
Activos financeiros ao custo amortizado	22	72 531 792	51 795 196
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	23	4 458 460	5 385 606
Investimentos em associadas	24	560 206	267 049
Propriedades de investimento	3	-	102 733
Activos não correntes detidos para venda	25	1 430 512	2 170 584
Outros activos tangíveis	26	5 678 525	6 058 805
Goodwill e activos intangíveis	27	718 794	709 439
Activos por impostos correntes	28	396 913	375 578
Activos por impostos diferidos	29	960 864	1 526 368
Outros activos	30	4 410 090	5 219 482
Total do Activo		184 138 046	185 351 049
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	31	486 420	508 469
Recursos de clientes	32	138 085 143	138 990 354
Provisões	33	750 306	3 577 686
Passivos por impostos correntes	28	41	114 777
Passivos por impostos diferidos	29	-	1 850
Outros passivos	34	4 072 071	4 579 144
Total do Passivo		143 393 981	147 772 280
Capital Próprio			
Capital	35	4 500 000	4 500 000
Reservas e resultados acumulados	36	36 244 065	32 798 183
Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo		40 744 065	37 298 183
Interesses que não controlam		-	280 586
Total do Capital Próprio		40 744 065	37 578 769
Total do Capital Próprio e Passivo		184 138 046	185 351 049

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MZN'000

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros e comissões recebidos		22 414 726	18 685 396
Juros e comissões pagos		(5 093 117)	(4 435 141)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(5 539 313)	(5 874 177)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos		134 887	350 817
Prémios de seguros recebidos		-	1 259 260
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora		-	(480 281)
Fluxos operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		11 917 183	9 505 874
Aumentos /diminuições dos activos operacionais			
Activos financeiros ao custo amortizado		(23 836 333)	(1 932 320)
Aplicações em instituições de crédito		19 690 359	(30 019 335)
Depósitos em Bancos Centrais		933 394	12 690 926
Crédito a clientes		2 038 691	(1 741 067)
Outros activos		(1 118 543)	(1 254 637)
Aumentos / diminuições dos passivos operacionais			
Depósitos de outras instituições de crédito		(20 222)	(340 280)
Depósitos de clientes e outros empréstimos		(1 403 450)	19 800 968
Outros passivos		708 793	(412 767)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros		8 909 872	6 297 362
Impostos pagos sobre os lucros		(2 101 854)	(1 389 405)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		6 808 018	4 907 957
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Venda/redução nas participações		316 647	(2 754)
Dividendos recebidos		1 420 514	-
Valor recebido na alienação da participação SIM	3	3 140 275	-
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	26 27	(893 993)	(1 314 701)
Venda de activos tangíveis e intangíveis	26 27	(2 916)	115 981
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		3 980 527	(1 201 474)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos pagos		(3 843 674)	(5 031 231)
Pagamento de capital do passivo de locações		(324 098)	(314 438)
Juros de contratos de locação		(90 061)	(80 456)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(4 257 833)	(5 426 125)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1 987 358)	2 890 766
Diminuição/aumento em caixa e equivalentes de caixa		4 543 354	1 171 124
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8 513 490	7 342 366
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	40	13 056 844	8 513 490

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MZN'000

	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Outras reservas e resultados acumulados	Total do Capital Próprio atribuível ao Grupo	Interesses que não controlam
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	37 304 416	4 500 000	4 529 645	28 008 805	37 038 450	265 966
Dividendos distribuídos em 2020	(5 069 335)	-	-	(5 031 231)	(5 031 231)	(38 104)
Rendimento integral	5 344 401	-	-	5 290 964	5 290 964	53 437
Outros	(713)	-	-	-	-	(713)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	37 578 769	4 500 000	4 529 645	28 268 538	37 298 183	280 586
Dividendos distribuídos em 2021	(3 967 256)	-	-	(3 843 674)	(3 843 674)	(123 582)
Rendimento integral	7 331 895	-	-	7 289 556	7 289 556	42 339
Alienação de 70% da SIM (perda de controlo)	(199 343)	-	-	-	-	(199 343)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	40 744 065	4 500 000	4 529 645	31 714 420	40 744 065	-

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO BANCO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MZN'000

	Notas	2021	2020
Juros e proveitos equiparados	5	17 306 343	15 964 199
Juros e custos equiparados	5	(4 877 434)	(4 573 096)
Margem financeira		12 428 909	11 391 103
Rendimentos de instrumentos de capital	6	1 420 514	437 992
Resultados de serviços e comissões	7	2 440 185	2 192 224
Resultados em operações financeiras	8	1 320 715	1 118 511
Outros resultados de exploração	9	208 675	167 675
Total de proveitos operacionais		17 818 998	15 307 505
Custos com pessoal	10	(3 026 468)	(2 897 246)
Outros gastos administrativos	11	(3 122 452)	(3 006 673)
Depreciações e amortizações do exercício	12	(988 525)	(968 434)
Total de custos operacionais		(7 137 445)	(6 872 353)
Imparidade de crédito à clientes	13	(328 116)	(2 418 563)
Outras imparidades e provisões	14	(758 563)	(128 438)
Ganho na alienação de participações	16	2 907 139	-
Lucro antes de impostos		12 502 012	5 888 151
Impostos			
Correntes	15	(2 080 506)	(1 711 371)
Diferidos	15	(568 040)	948 119
		(2 648 546)	(763 252)
Resultado do exercício		9 853 466	5 124 899
Resultado por acção	17	218,97 MZN	113,89 MZN

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL DO BANCO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Notas	2021	MZN' 000 2020
Resultado líquido do exercício		9 853 466	5 124 899
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a Demonstração de Resultados			
Activos financeiros através de outro rendimento integral - alterações no justo valor	42	<u>(77 216)</u>	17 578
		(77 216)	17 578
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultados			
Perdas actuariais do exercício		<u>(33 321)</u>	(20 899)
		(33 321)	(20 899)
Outro rendimento integral do período depois de impostos		(110 537)	(3 321)
Total do Rendimento integral do exercício		<u>9 742 929</u>	<u>5 121 578</u>

BALANÇO DO BANCO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MZN'000

	Notas	2021	2020
Activo			
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	18	24 299 257	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	7 966 063	2 873 620
Aplicações em instituições de crédito	20	18 896 399	37 762 392
Crédito a clientes	21	41 830 171	44 506 254
Activos financeiros ao custo amortizado	22	72 531 792	49 926 149
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	23	4 458 460	5 365 772
Investimentos em subsidiárias	24	-	416 148
Investimentos em associadas	24	99 501	-
Activos não correntes detidos para venda	25	1 430 512	2 170 584
Outros activos tangíveis	26	5 678 525	5 819 949
Activos intangíveis	27	718 794	560 710
Activos por impostos correntes	28	396 913	375 578
Activos por impostos diferidos	29	960 864	1 523 861
Outros activos	30	4 410 090	2 862 222
Total do activo		183 677 341	179 937 350
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	31	486 420	508 469
Recursos de clientes	32	138 085 143	141 022 116
Provisões	33	750 306	492 472
Passivos por impostos correntes	28	41	54
Outros passivos	34	4 072 071	3 530 134
Total do passivo		143 393 981	145 553 245
Capital Próprio			
Capital	35	4 500 000	4 500 000
Reservas e resultados acumulados	36	35 783 360	29 884 105
Total do Capital Próprio		40 283 360	34 384 105
Total da do Capital Próprio e Passivo		183 677 341	179 937 350

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO BANCO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

MZN'000

	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros e comissões recebidos		22 414 726	16 905 139
Juros e comissões pagos		(5 093 117)	(4 489 794)
Pagamentos a empregados e fornecedores		(5 783 003)	(5 767 313)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos		134 887	350 817
Resultados operacionais antes de alterações nos fundos operacionais		11 673 493	6 998 849
Aumentos/Diminuições dos activos operacionais			
Activos financeiros ao custo amortizado		(23 836 333)	317 650
Aplicações em Instituições de Crédito		19 690 359	(29 120 444)
Depósitos em bancos centrais		933 394	12 690 926
Crédito a clientes		2 038 691	(4 248 991)
Outros activos		(1 118 543)	(406 094)
Aumentos/Diminuições dos passivos operacionais			
Depósitos de outras instituições de crédito		(20 222)	(340 280)
Depósitos de clientes e outros empréstimos		(1 403 450)	19 185 311
Outros passivos		708 793	34 748
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais antes do pagamento de impostos sobre os lucros		8 666 182	5 111 675
Impostos pagos sobre os lucros		(2 101 854)	(1 049 840)
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		6 564 328	4 061 835
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Venda/redução nas participações		316 647	-
Dividendos recebidos		1 420 514	437 992
Valor recebido na alienação da participação SIM	3	3 383 965	-
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	26 27	(893 993)	(808 036)
Valores recebidos na venda de activos tangíveis e intangíveis	26 27	(2 916)	34 114
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		4 224 217	(335 930)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Dividendos pagos		(3 843 674)	(5 031 231)
Prestação acessória		-	-
Amortizações de Dívida Subordinada		-	-
Aquisições e vendas de Subordinada Própria		(324 098)	(314 438)
Pagamento de capital do passivo de locações		(90 061)	(101 017)
Juros pagos das actividades de financiamento		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(4 257 833)	(5 446 686)
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1 979 728)	2 890 766
Diminuição/aumento em caixa e equivalentes de caixa		4 550 984	1 169 985
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		8 505 860	7 335 875
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	40	13 056 844	8 505 860

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS DO BANCO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

	MZN'000			
	Total dos capitais próprios	Capital	Reserva Legal	Reservas e resultados transitados
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	34 293 758	4 500 000	4 529 645	25 264 113
Dividendos distribuídos em 2020	(5 031 231)	-	-	(5 031 231)
Rendimento integral	5 121 578	-	-	5 121 578
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	34 384 105	4 500 000	4 529 645	25 354 460
Dividendos distribuídos em 2021	(3 843 674)	-	-	(3 843 674)
Rendimento integral	9 742 929	-	-	9 742 929
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	40 283 360	4 500 000	4 529 645	31 253 715

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 1 Nota introdutória
- 2 Políticas contabilísticas
- 3 Alterações ao perímetro de consolidação
- 4 Demonstração dos resultados consolidados por segmentos operacionais
- 5 Margem financeira
- 6 Rendimentos de instrumentos de capital
- 7 Resultados de serviços e comissões
- 8 Resultados em operações financeiras
- 9 Outros resultados de exploração
- 10 Custos com pessoal
- 11 Outros gastos administrativos
- 12 Depreciações e amortizações do exercício
- 13 Imparidade de crédito à Clientes
- 14 Outras provisões
- 15 Impostos
- 16 Operações em descontinuação
- 17 Resultado por acção
- 18 Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique
- 19 Disponibilidades em outras instituições de crédito
- 20 Aplicações em instituições de crédito
- 21 Crédito a Clientes
- 22 Activos financeiros ao custo amortizado
- 23 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- 24 Investimentos em associadas
- 25 Activos não correntes detidos para venda
- 26 Outros Activos tangíveis
- 27 Goodwill e Activos intangíveis
- 28 Activos e passivos por impostos correntes
- 29 Activos e passivos por impostos diferidos
- 30 Outros activos
- 31 Recursos de outras instituições de crédito
- 32 Recursos de Clientes
- 33 Provisões
- 34 Outros passivos
- 35 Capital social
- 36 Reservas e resultados acumulados
- 37 Dividendos
- 38 Garantias e outros compromissos
- 39 Partes relacionadas
- 40 Caixa e equivalentes de caixa
- 41 Contratos de locação
- 42 Justo valor
- 43 Outros benefícios aos empregados
- 44 Gestão de risco
- 45 Solvabilidade
- 46 Concentração de risco
- 47 Normas emitidas, mas ainda não adoptadas
- 48 Divulgações relacionadas com COVID-19
- 49 Eventos Subsequentes

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A. (“o Banco” ou “BIM”) é um Banco de capitais essencialmente privados com sede social em Maputo. Estas demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelo banco e sua associada, a Seguradora Internacional de Moçambique, SA (colectivamente “Grupo”).

O Grupo e o Banco apresentam demonstrações financeiras que reflectem os resultados das suas operações para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O Banco tem por objecto principal a realização de operações financeiras e a prestação de todos os serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente a concessão de empréstimos em moeda nacional e estrangeira, a concessão de letras de crédito e de garantias bancárias, transacções em moeda estrangeira e a recepção de depósitos em moeda nacional e estrangeira.

Bases de Preparação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”). As IFRS’s incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para as propriedades de investimento e activos e passivos financeiros.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e da sua associada (em conjunto “Grupo”) para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, tendo sido aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Fevereiro de 2022.

Em 31 de Dezembro de 2021, o Banco procedeu à alienação de 70% da sua participação na subsidiária Seguradora Internacional de Moçambique, SA (“SIM”), tendo nesta data perdido o controlo sobre a sua subsidiária. Assim, em conformidade com o disposto na IFRS 10, o Banco desreconheceu os activos e passivos da subsidiária, bem como os interesses que não controlam à data de 31 de Dezembro de 2021, pelas suas quantias escrituradas a essa data.

Consequentemente, os montantes apresentados no balanço consolidado para o período findo em 31 de Dezembro de 2021, em comparação com o período findo em 31 de Dezembro de 2020, não incluem os activos e passivos da SIM.

Os rendimentos e gastos reconhecidos pela SIM para o período compreendido entre 1 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2021 foram reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco.

Os efeitos desta transacção encontram-se explicados com mais detalhe na Nota 3.

Comparabilidade

Conforme referido em 31 de Dezembro de 2021, os resultados consolidados da SIM foram reconhecidos numa linha em separado na demonstração de resultados, na medida em que a participação foi classificada como operação descontinuada. Em conformidade com o parágrafo 33 da IFRS 5, os resultados da SIM relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2020 foram reexpressos por foram a garantir comparabilidade entre os montantes apresentados.

		<u>2020 Reexpresso</u>	<u>Ajustamento</u>	<u>2020</u>
Juros e proveitos equiparados	5	15 964 199	(275 939)	16 240 138
Juros e custos equipados	5	(4 573 096)	(148 218)	(4 424 878)
Margem financeira		11 391 103	(424 157)	11 815 260
Resultados de serviços e comissões	7	2 192 224	54 477	2 137 747
Resultados em operações financeiras	8	1 118 511	(54 148)	1 172 659
Outros resultados de exploração	9	167 675	(730 055)	897 730
Total de proveitos operacionais		14 869 513	(1 153 883)	16 023 396
Custos com o pessoal	10	(2 897 246)	238 820	(3 136 066)
Outros gastos administrativos	11	(3 006 673)	25 390	(3 032 063)
Depreciações e amortizações do exercício	12	(968 434)	(8)	(968 426)
Total dos custos operacionais		(6 872 353)	264 202	(7 136 555)
Outras imparidades	13	(2 418 563)	-	(2 418 563)
Outras provisões	14	(128 438)	(45 245)	(83 193)
Resultados antes de impostos		5 450 159	(934 926)	6 385 085
Impostos			-	
Correntes	15	(1 711 371)	285 200	(1 996 571)
Diferido	15	948 119	(19 274)	967 393
Resultado após impostos		4 686 907	(669 000)	5 355 907
Interesses que não controlam				
Resultado do exercício		4 686 907	(669 000)	5 355 907

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão expressas em Meticais, arredondadas para a unidade do Metical (MT) mais próxima, excepto quando indicado.

Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Comissão Executiva formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na política contabilística descrita na nota respeitante.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior. As alterações nas políticas contabilísticas, aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2021, descritas na nota 1. v), não tem efeitos nas demonstrações financeiras.

a) Base de Consolidação

O Grupo aplica a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os activos, passivos, proveitos e custos do Banco, e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes à participação financeira na sua associada.

Participações financeiras na subsidiária e associadas

1. **Subsidiárias** são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As demonstrações financeiras das subsidiárias são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data em que o Grupo adquire o controlo até à data em que o controlo termina.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do goodwill, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao valor de mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Diferenças de consolidação - Goodwill

As concentrações de actividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são directamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional dos activos e passivos e passivos contingentes da adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o *goodwill* apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* é estimado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do período. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados, ou capitais próprios, se aplicável.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido goodwill adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração de resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

2. Associadas são entidades nas quais o grupo tem influência significativa, mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo, não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada. A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração ou Órgão da Direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Transacções materiais entre Grupo e a participada;
- Intercâmbio de Pessoal de Gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras em empresas associadas são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido do valor correspondente à proporção dos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

As participações financeiras são posteriormente ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício. Adicionalmente, os dividendos destas empresas são registados como uma diminuição do valor da participação, e a parte proporcional nas variações dos capitais próprios é registada como uma variação do capital próprio do BIM e um aumento ou diminuição da participação.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como goodwill, sendo este apresentado dentro do valor da participação financeira. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração de resultados as perdas por imparidade que se demonstre existir.

Quando a proporção do BIM nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é registada ao valor nulo, excepto quando o BIM tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo.

Se, posteriormente, a associada relatar lucros, o BIM retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do BIM nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento.

As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o activo transferido esteja em imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas encontram-se detalhadas na Nota 24.

b) Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

ACTIVOS FINANCEIROS

A) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, os activos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i) Activos financeiros ao custo amortizado;
- ii) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- iii) Activos financeiros ao justo valor através de resultados

A classificação é efectuada tendo em consideração os seguintes aspectos:

- O modelo de negócio do Grupo para a gestão do activo financeiro; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro.

Avaliação do Modelo de Negócio

À semelhança do exercício efectuado em 2020, também em 2021 o Grupo procedeu à reavaliação do modelo de negócio no qual os instrumentos financeiros são detidos, ao nível do portfólio, dado que esta abordagem reflecte da melhor forma como os activos são geridos e como a informação é disponibilizada aos órgãos de gestão. Não obstante não se terem efectuadas alterações ao modelo de negócio, esta avaliação incluiu:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o portfólio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia de gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, mantendo um determinado perfil de taxa de juro, adequando a duração dos activos financeiros, à duração dos passivos que financiam estes activos ou na realização de *cash-flows* através da venda dos activos;
- A forma como a performance do portfólio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Grupo;

- A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio (e dos activos financeiros detidos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como esses riscos são geridos;
- A remuneração dos gestores de negócio - e.g. em que medida a compensação depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos *cash-flows* contratuais recebidos;
- A frequência, volume e periodicidade das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas e as expectativas sobre as vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Grupo estabelece objectivos de gestão dos activos financeiros e de como os *cash-flows* são obtidos.

A classificação dos activos financeiros pode ser efectuada em três categorias, usando diferentes critérios de mensuração (justo valor através de resultados, justo valor através do rendimento integral e custo amortizado). A classificação dos activos depende do modelo de negócio no âmbito do qual os activos financeiros são geridos e das características dos fluxos de caixa contratuais.

Avaliação se os *cash-flows* contratuais correspondem somente ao recebimento de capital e juros.

Na avaliação dos instrumentos financeiros em que os *cash-flows* contratuais se referem exclusivamente ao recebimento de capital e juros, o Grupo considerou os termos contratuais originais do instrumento. No processo de avaliação, o Grupo teve em consideração:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultem em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito do Grupo reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (e.g. contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de *default* - “*non-recourse asset*”); e
- Características que possam modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro. Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério de classificação ao custo amortizado, se:
 - O activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao valor nominal contratual;
 - O pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato acrescido dos juros contratuais periodificados, mas não pagos (poderá incluir uma compensação razoável pelo pagamento antecipado); e
 - O justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

B) Activos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao custo amortizado” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro é detido num modelo de negócio cujo objectivo principal é a detenção de activos para recolha dos seus fluxos de caixa contratuais; e
- os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida.

A categoria de “Activos financeiros ao custo amortizado” inclui aplicações em instituições de crédito, crédito a Clientes e títulos de dívida geridos com base num modelo de negócio cujo objectivo é o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais (obrigações de dívida pública, obrigações emitidas por empresas e papel comercial).

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

As aplicações em instituições de crédito e os créditos a Clientes são reconhecidos na data em que os fundos são disponibilizados à contraparte (*settlement date*). Os títulos de dívida são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquiri-los.

Os activos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Adicionalmente, estão sujeitos, desde o seu reconhecimento inicial, ao apuramento de perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas, as quais são registadas por contrapartida da rubrica “Outras imparidades e provisões”.

Os ganhos ou perdas gerados no momento do seu desreconhecimento são registados na rubrica “Outras imparidades e provisões”.

C) Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Classificação

Um activo financeiro é classificado na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- O activo financeiro é detido num modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro;
- Os seus fluxos de caixa contratuais ocorrem em datas específicas e correspondem apenas a pagamentos de capital e juro do montante em dívida.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial de um instrumento de capital, que não seja detido para negociação, nem uma retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de actividades empresariais à qual se aplica a IFRS 3, o Grupo pode optar irrevogavelmente por classificá-lo na categoria de “Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” (FVOCI). Esta opção é exercida numa base casuística, investimento a investimento e está apenas disponível para os instrumentos financeiros que cumpram a definição de instrumentos de capital prevista na IAS 32, não podendo ser utilizada para os instrumentos financeiros cuja classificação como instrumento de capital na esfera do emitente seja efectuada ao abrigo das excepções previstas nos parágrafos 16A a 16D da IAS 32.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao justo valor. As variações no justo valor destes activos financeiros são registadas por contrapartida de outro rendimento integral e, no momento da sua alienação, os respectivos ganhos ou perdas acumulados em outro rendimento integral são reclassificados para uma rubrica específica de resultados designada “Outras imparidades e provisões”.

Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumulados registados em variações de justo valor transferidos para Resultados acumulados no momento do seu desreconhecimento.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE ACTIVOS FINANCEIROS

Os activos financeiros são reclassificados para outras categorias apenas se o modelo de negócio utilizado na sua gestão for alterado.

A reclassificação é aplicada prospectivamente a partir da data do reconhecimento, não sendo reexpressados quaisquer ganhos, perdas (incluindo relacionados com imparidade) ou juros anteriormente reconhecidos. Não é permitida a reclassificação de investimentos em instrumentos de capital mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, nem de instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

MODIFICAÇÃO E DESRECONHECIMENTO DE ACTIVOS FINANCEIROS

Princípios gerais

- I. O Grupo desreconhece um activo financeiro quando, e apenas quando:
 - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram; ou
 - Transfere o activo financeiro tal como definido nos pontos ii) e iii) abaixo e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento de acordo com o ponto iv).

- II. O Grupo transfere um activo financeiro se, e apenas se, se verificar uma das situações seguintes:
 - Transferir os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do activo financeiro; ou
 - Retiver os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do activo financeiro, mas assumir uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais destinatários num acordo que satisfaça as condições previstas no ponto iii).

- III. Quando o Grupo retém os direitos contratuais de receber os fluxos caixa resultantes de um activo financeiro (o «activo original»), mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a uma ou mais entidades (os «destinatários finais»), o Grupo trata a transacção como uma transferência de um activo financeiro se, e apenas se, todas as três condições que se seguem forem satisfeitas:
 - O Grupo não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do activo original. Os adiantamentos a curto prazo pela entidade com o direito de total recuperação da quantia emprestada acrescida dos juros vencidos às taxas de mercado não violam esta condição;
 - O Grupo está proibido pelos termos do contrato de transferência, de vender ou penhorar o activo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e
 - O Grupo tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, não tem o direito de reinvestir esses fluxos de caixa, excepto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (tal como definido na IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação entre a data de recebimento e a data da entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais.

- IV. Quando o Grupo transfere um activo financeiro (ver ponto ii acima), deve avaliar até que ponto retém os riscos e benefícios decorrentes da propriedade desse activo. Neste caso:
 - Se o Grupo transferir substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do activo financeiro, desreconhece o activo financeiro e reconhece separadamente como activos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;
 - Se o Grupo retém substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do activo financeiro, continua a reconhecer o activo financeiro.
 - Se o Grupo não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do activo financeiro, deve determinar se reteve o controlo do activo financeiro. Neste caso:

- Se o Grupo não reteve o controlo, deve desreconhecer o activo financeiro e reconhecer separadamente como activos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;
 - Se o Grupo reteve o controlo, deve continuar a reconhecer o activo financeiro na medida do seu envolvimento continuado no activo financeiro.
 -
- V. A transferência dos riscos e benefícios referida no ponto anterior é avaliada por comparação da exposição do Grupo, antes e depois da transferência, à variabilidade das quantias e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa líquidos resultantes do activo transferido.
- VI. A questão de saber se o Grupo reteve ou não o controlo (ver ponto iv acima) do activo transferido depende da capacidade daquele que recebe a transferência para vender o activo. Se aquele que recebe a transferência tiver capacidade prática para vender o activo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessitar de impor restrições adicionais à transferência, considera-se que a entidade não reteve o controlo. Em todos os outros casos, considera-se que a entidade reteve o controlo.

Critérios de desreconhecimento

No contexto dos princípios gerais descritos na secção anterior, e tendo em conta que os processos de alteração de contratos podem conduzir, em algumas circunstâncias, ao desreconhecimento dos activos financeiros originais e ao reconhecimento de novos activos (sujeito à identificação do POCI) o objectivo desta secção é estabelecer os critérios e circunstâncias que levam ao desreconhecimento de um activo financeiro.

O Grupo considera que uma modificação nos termos e condições de uma exposição de crédito resultará no desreconhecimento da transacção e no reconhecimento de uma nova transacção quando a modificação se traduzir em pelo menos uma das seguintes condições:

- Criação de uma nova exposição que resulta de uma consolidação da dívida;
- Mudança nas características qualitativas, nomeadamente:
 - o Mudança da moeda, a menos que a taxa de câmbio entre a moeda antiga e a nova esteja vinculada ou administrada dentro de limites restritos por lei ou autoridades monetárias relevantes;
 - o Exclusão ou adição de uma característica substancial de conversão de capital para um instrumento de dívida, a menos que não seja razoavelmente possível que seja exercido durante o seu prazo;
 - o Transferência do risco de crédito do instrumento para outro mutuário, ou uma mudança significativa na estrutura dos mutuários dentro do instrumento.

Crédito abatido ao activo (write-off)

O Grupo reconhece um crédito abatido ao activo quando não tem expectativas razoáveis de recuperá-lo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as acções de recuperação desenvolvidas pelo Grupo se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao activo são registados em contas extrapatrimoniais.

Activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito

Os activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito (POCI) são activos que apresentam evidências objectivas de imparidade de crédito no momento do seu reconhecimento inicial. Um activo está em imparidade de crédito se um ou mais eventos tiverem ocorrido com um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo. O Grupo não detém activos financeiros adquiridos ou originados em imparidade de crédito, nos exercícios findos em 31 Dezembro de 2020 e 2021.

PERDAS POR IMPARIDADE

Instrumentos financeiros sujeitos ao reconhecimento de perdas por imparidade

O Banco reconhece perdas por imparidade para perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros registados nas seguintes rubricas contabilísticas:

- a) Activos financeiros ao custo amortizado

As perdas por imparidade em activos financeiros ao custo amortizado reduzem o valor de balanço destes activos financeiros por contrapartida da rubrica “Outras Imparidades e Provisões” (em resultados).

- b) Compromissos de crédito, créditos documentários e garantias financeiras

As perdas por imparidade associadas a compromissos de crédito, créditos documentários e garantias financeiras são reconhecidas no passivo, na rubrica “Provisões para garantias e outros compromissos”, por contrapartida da rubrica “Outras provisões” (em resultados).

Classificação dos instrumentos financeiros por *stages*:

Critério de classificação	Variação do risco de crédito desde o reconhecimento inicial		
	Stage 1	Stage 2	Stage 3
	Reconhecimento inicial	Aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial	Em situação de imparidade
Perdas por imparidade	Perdas de crédito esperadas a 12 meses	Perdas de crédito esperadas "lifetime"	

O Banco determina as perdas de crédito esperadas de cada operação em função da deterioração do risco de crédito verificada desde o seu reconhecimento inicial. Para este efeito, as operações são classificadas num dos seguintes três *stages*:

- *Stage 1*: são classificadas neste *stage* as operações em que não se verifica um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial independentemente da qualidade de crédito (a não ser que sejam adquiridos ou originados com evidência objectiva de perda). As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste *stage* correspondem às perdas de crédito esperadas que resultem de um evento de *default* que poderá ocorrer num período de 12 meses após a data de reporte (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

- *Stage 2*: são classificadas neste *stage* as operações em que se verifica um aumento significativo do risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial, mas que não estão em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste *stage* correspondem às perdas de crédito esperadas resultantes de eventos de *default* que poderão ocorrer ao longo do período de vida residual esperado das operações (perdas de crédito esperadas “lifetime”).

- *Stage 3*: são classificadas neste *stage* as operações em situação de imparidade. As perdas por imparidade associadas a operações classificadas neste *stage* correspondem a perdas de crédito esperadas “lifetime”.

Definição de activos financeiros que registam aumento significativo de risco de crédito

1. Atraso
 - Critério de entrada: Clientes com pelo menos uma operação vencida há mais de 30 dias.
 - Critério de saída: 3 Meses sem cumprir o critério de entrada.
2. Reestruturado
 - Critério de entrada: Clientes com pelo menos uma operação dentro do período de marcação de reestruturado por dificuldades financeiras.
 - Critério de saída: Regularização da situação.

3. *Early Warning Signs (EWS)*

- Critério de entrada: Clientes com pelo menos um dos *triggers* de EWS válidos no âmbito do modelo de imparidade (Cheques devolvidos e inibição de uso de cheque).
- Critério de saída: 3 Meses sem cumprir o critério de entrada.

4. *Notch Downgrade* (em vigor deste Nov.21).

- Critério de entrada: Clientes que registam variação histórica dos graus de risco nos seguintes moldes:
- Clientes com exposições originadas com grau de risco 7 ou inferior, caso o seu grau de risco tenha aumentado em mais de 3 notches, são classificados no mínimo em stage 2.
- Clientes com exposições originadas com grau de risco 8 ou superior, caso o seu grau de risco tenha aumentado em mais de 2 notches, são classificados no mínimo em stage 2
- Critério de saída: Cliente deixa de activar o critério de entrada.

5. Outros Indícios Subjectivos

- Critério de entrada: Clientes que por via do questionário do KIWI sejam classificados em stage 2.
- Critério de saída: Regularização da situação.

Definição de activos financeiros em default

- Incumprimento

Critério de entrada: Cliente que, à data de referência, verifique simultaneamente:

- Pelo menos uma operação com capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; e
- Somatório do crédito vencido (capital + juros) superior ao critério de materialidade absoluto; e

somatório do crédito vencido (capital + juros) superior a 1% da exposição em balanço do Cliente.

Critério de saída: Empresas (12 Meses sem cumprir critério de entrada.) e Particulares (3 Meses sem cumprir critério de entrada)

- Abatido

Critério de entrada: Cliente que, à data de referência, verifique simultaneamente:

- Somatório do montante abatido superior ao critério de materialidade absoluto; e
- Somatório do montante abatido superior 1% da exposição em balanço do Cliente.

Critério de saída: Pagamento do montante abatido pelo Cliente.

- Contencioso

Critério de entrada: Cliente com pelo menos um contrato em contencioso.

Critério de saída: Regularização da situação.

- Insolvência

Critério de entrada: Cliente com insolvência declarada legalmente.

Critério de saída: Regularização da situação.

- Reestruturados

Critério de entrada: Cliente que, à data de referência, verifique simultaneamente:

- Pelo menos uma operação reestruturada; e
 - Pelo menos uma operação com capital ou juros vencidos há mais de 30 dias; e
 - Somatório do crédito vencido (capital + juros) superior ao critério de materialidade absoluto; e
- Somatório do crédito vencido (capital + juros) superior a 1% da exposição em balanço do Cliente.

Critério de saída: 12 Meses sem cumprir o critério de entrada¹.

- Dupla Reestruturação

Critério de entrada: Clientes com operações reestruturadas por dificuldades financeiras que dentro do período de marcação de reestruturados, registem reincidência de operações reestruturadas por dificuldades financeiras. O *trigger* é activado se o Cliente verificar pelo menos uma das seguintes condições:

Operação dentro do período de marcação de reestruturado que verifique alteração da data de maturidade de entre duas datas distintas; ou

Nova operação reestruturada por dificuldades financeiras tendo pelo menos outra operação que ainda se encontra dentro do período de marcação de reestruturado.

Critério de saída: 12 Meses sem cumprir o critério de entrada:

- Crédito Improdutivo

Critério de entrada: Cliente com pelo menos uma operação reestruturada com taxa de juro igual a 0%.

Critério de saída: Regularização da situação

- Análise Individual

Critério de entrada: Cliente com taxa de imparidade resultante da análise individual.

Critério de saída: Regularização da situação.

Estimativa das perdas de crédito esperadas - Análise individual

A. São objecto de análise individual os Clientes que se encontrem numa das seguintes condições:

- **Stage 3:** Exposição \geq MZN 10.000.000 de Clientes no Stage 3 ou de Grupos com pelo menos um membro no Stage 3.
- **Stage 2:** Exposição \geq MZN 20.000.000 de Clientes no Stage 2 ou de Grupos com pelo menos um membro no Stage 2
- **Stage 1:** Exposição \geq MZN 30.000.000 de Clientes no Stage 1 ou de Grupos com pelo menos um membro no Stage 1.
- **Grupos económicos:** São seleccionados apenas membros do Grupo Económico com exposição \geq MZN 8.000.000.

¹ A marcação da quarentena é independente dos critérios de desmarcação de reestruturados para efeitos regulamentares.

B. A análise individual contempla os seguintes procedimentos:

Para os Clientes que sejam captados no primeiro grupo, “.Stage 3”, é assumido directamente que o Grupo/Cliente tem evidência objectiva de imparidade, sendo determinada a perda através do método de *Discounted Cash Flow* (DCF).

Para os Clientes que sejam captados num ou vários dos restantes grupos, “Stage 2”, “Stage 1”, a análise passará pelo preenchimento de um questionário para que se verifique se o Cliente tem evidência objectiva de imparidade.

↳ **Aos Clientes individualmente significativos sem qualquer evidência de imparidade ou com taxa de imparidade individual igual à 0%, é calculada a imparidade de acordo com os critérios da colectiva.**

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados, entre outros, os seguintes factores:

- A exposição total de cada Cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do Cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no *rating* do Cliente;
- O património do Cliente em situações de liquidação ou falência;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

A análise individual é da responsabilidade da Direcção de Crédito e das Direcções de Recuperação de Crédito.

Cada uma das unidades referidas no ponto anterior é responsável por efectuar a avaliação de risco do Cliente que permita o enquadramento nos 3 estágios de risco e determinação da perda

Existem duas tipologias de estratégia recuperação:

- “*Going Concern*”, na qual a estimativa é realizada com base nos fluxos de caixa do negócio;
- “*Gone Concern*”, na qual a estimativa de recuperação é realizada com base na execução dos colaterais.

O *Risk Office* é responsável pela revisão da informação recolhida e validação dos resultados obtidos, cabendo-lhe a decisão final sobre a imparidade do Cliente.

Em consequência da degradação da situação económico-financeira dos Clientes, o BIM adoptou critérios de acompanhamento adicionais dos indícios de agravamento da performance financeira destes e aumentou a frequência de realização das análises individuais.

Estimativa das perdas de crédito esperadas - Análise colectiva

Todos os créditos não sujeitos a análise individual constituem base de cálculo da imparidade colectiva, bem como, Clientes que da revisão individual resultem em stage 1, 2 e Clientes do stage 3 com taxa zero.

Os principais inputs utilizados para a mensuração das perdas de crédito esperadas numa base colectiva, incluem as seguintes variáveis:

- i. Exposição dado o Incumprimento (“*Exposure at Default*” - EAD).
- ii. Probabilidade de Incumprimento (“*Probability of Default*” - PD);
- iii. Perda dado o Incumprimento (“*Loss Given Default*” - LGD); e

iv. Factor de desconto do contrato (D).

Estes parâmetros são obtidos através de modelos estatísticos internos, e outros dados históricos relevantes, tendo em conta modelos regulamentares já existentes adaptados em função dos requisitos do IFRS 9.

As PD são estimadas com base num determinado período histórico e calculadas com base em modelos estatísticos, os quais, por sua vez, são baseados em dados internos. As PDs são calculadas considerando as maturidades contratuais das exposições.

O Grupo recolhe indicadores de performance e *default* acerca das suas exposições de risco de crédito com análises por tipos de Clientes e produtos.

A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. O Grupo estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em *default* das contrapartes.

A EAD representa a exposição esperada caso a exposição e/ou Cliente entre em incumprimento. O Grupo obtém os valores de EAD a partir da exposição actual da contraparte. Para compromissos e garantias financeiras, o valor da EAD considera tanto o valor de crédito utilizado como a expectativa do valor potencial futuro que poderá ser utilizado de acordo com o contrato.

Como descrito anteriormente, com excepção dos activos financeiros que consideram uma PD a 12 meses por não apresentarem um aumento significativo do risco de crédito, o Grupo calcula o valor das perdas de crédito esperadas tendo em conta o risco de incumprimento durante o período máximo de maturidade contratual do contrato, mesmo que, para efeitos da gestão do risco, seja considerado um período superior. O período contratual máximo será considerado como o período até à data em que o Grupo tem o direito de exigir o pagamento ou terminar o compromisso ou garantia.

Relativamente às moratórias

Para os Clientes considerados performing, mas negativamente impactados pela pandemia covid-19, o BIM disponibilizou um regime de moratórias com carência de juros e/ou capital por 6 meses, tendo o prazo para adesão a este regime terminado em Dezembro de 2020.

As reestruturações ao abrigo do regime de moratórias referido não implica a classificação automática como reestruturação por dificuldades financeiras nem aumento significativo do risco de crédito, conforme esclarecimentos prestados pelo órgão responsável pelas IFRS

(<https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/supporting-implementation/ifrs-9/ifrs-9-ecl-and-coronavirus.pdf>)”.

O BIM desenvolveu, ainda, uma estratégia de acompanhamento de indícios de agravamento de risco de crédito para os principais Clientes afectos à moratória e outros materialmente relevantes (complementar ao modelo já previamente existente de *Early Warning Signals*).

Relativamente à actualização do modelo de imparidade:

Anualmente, o BIM procede à calibração dos factores de risco do seu modelo de imparidade, tais como *Probability of Default* (PD), *Loss Given Default* (LGD), *Behaviour Maturity* (BM) e *Credit Conversion Factors* (CCF) e validação do modelo de correlação entre as variáveis macroeconómicas e as PD.

O impacto deste exercício não resultou em variações materiais do montante de imparidade já registado para a carteira de crédito e títulos.

PASSIVOS FINANCEIROS

A. Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial, o Banco regista os seus passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Classificação

Os passivos financeiros que não foram classificados ao justo valor através de resultados, nem correspondem a contratos de garantia financeira descritos na Nota 1(u), são mensurados ao custo amortizado.

A categoria de “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui recursos de instituições de crédito, recursos de Clientes e títulos de dívida subordinada e não subordinada.

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos inicialmente pelo seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Os juros dos passivos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos na rubrica de “Juros e custos equiparados”.

Reclassificação entre categorias de passivos financeiros

Não são permitidas reclassificações de passivos financeiros.

B. Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira).

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais, até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado, são registados por contrapartida de resultados no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar que a sua recuperação é remota.

c) Instrumentos de Capital Próprio

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

d) Empréstimos de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com Clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a Clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de Clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou juros e custos equiparados.

e) Activos não correntes detidos para venda e Operações em descontinuação

Os grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

As subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante em que a quantia escriturada do activo exceder o seu valor recuperável. Para efeitos da avaliação da imparidade, os activos são agrupados ao nível mais baixo, para o qual existam fluxos de caixa separadamente identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Justo valor das propriedades registadas em activos não correntes detidos para venda e em outros activos, são avaliadas a cada data de balanço, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Banco estabeleceu como período de referência máximo 2 anos entre avaliações efectuadas por peritos avaliadores habilitados para o efeito.

As avaliações dos imóveis, são efectuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transacção, normalmente o valor de mercado (justo valor). As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são a abordagem de mercado, abordagem do custo e abordagem do rendimento.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado.

No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos edifícios do Banco encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

O Banco considera que as valorizações obtidas com base nestas metodologias correspondem à melhor estimativa do justo valor destes activos na data do balanço.

O Banco considera que os edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efectuadas para apurar o respectivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização actual, conforme previsto pela IFRS 13 - "Mensuração pelo Justo Valor".

A determinação do Valor de Mercado baseia-se em métodos de avaliação internacionalmente aceites e que, nomeadamente:

- O Método Comparativo de Mercado: compara a propriedade a avaliar com outras propriedades semelhantes e que exerçam a mesma função, transacionadas há pouco tempo no local ou em zonas equiparáveis. Os valores conhecidos são ajustados para tornar pertinente a comparação, sendo consideradas as variáveis: dimensão, localização, infraestruturas existentes, estado de conservação e outras, que possam ser de alguma forma relevante.
- O Método do Custo de Reposição Amortizado consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise, e parte do pressuposto que um investidor, conhecedor e informado, não estaria disposto a pagar mais pela propriedade do que o custo de produzir outra com idêntica utilidade, deduzido do montante relativo à depreciação e/ou obsolescência funcional, física e económica verificadas.

Pressupostos de avaliação

Considerando o impacto da actual crise gerada pela Pandemia do SARS-COV2 (COVID19), a avaliação considera como base os parâmetros utilizados na avaliação de 2021, ajustados para mitigar o impacto da pandemia. Assim, considerou-se os seguintes pressupostos de avaliação:

- a. Avaliação individual, mantendo o mesmo princípio de utilização de critérios homogêneos de valorização por tipo e grupo de imóveis;
- b. Tempo de exposição ao mercado previsível para o imóvel
- c. Taxa de capitalização média no mercado local ou o desconto comercial inerente à aceleração deste processo de alienação;
- d. Valores por m² praticados no mercado imobiliário local que variam de USD 2500 a USD 5 000 por m².

Operações em descontinuação

Uma unidade operacional em descontinuação ou descontinuada é um componente de uma entidade que ou foi alienada ou está classificada como detida para venda, e:

- representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada;
- é parte integrante de um único plano coordenado para alienar uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações separada; ou
- é uma subsidiária adquirida exclusivamente com vista à revenda.

Os resultados em operações descontinuadas são excluídos dos resultados das operações continuadas e são apresentadas como uma quantia única compreendendo os lucros ou prejuízos após os impostos das operações descontinuada na demonstração de resultados.

Divulgações adicionais são fornecidas na Nota 16.

f) Locações

O Grupo adoptou a IFRS 16 - Locações em 1 de Janeiro de 2019 em substituição da IAS 17 - Locações, que esteve em vigor até 31 de Dezembro de 2018. O Grupo não adoptou antecipadamente nenhum dos requisitos da IFRS 16 em períodos anteriores.

Esta norma estabelece novos requisitos relativamente ao âmbito, classificação e mensuração de locações:

- Na óptica do locador, as locações continuam a ser classificadas como locações financeiras;
- Na óptica do locatário, a norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação, que resulta no reconhecimento do direito de uso adquirido de um activo e de um passivo da locação para todos os contratos de locação, excepto as locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor reduzido em que o locatário poderá optar pela isenção de reconhecimento prevista na IFRS 16, sendo que, deverá reconhecer os pagamentos de locação associados a esses contratos como Outros gastos administrativos.

O Grupo optou por não aplicar esta norma aos contratos de locação financeira a curto prazo, menor ou igual a 12 meses e aos contratos de locação em que o activo subjacente tem valor reduzido, considerando para este efeito o montante de USD 5.000. Foi utilizada, também, a opção de não aplicar esta norma a locações de activos intangíveis.

Definição de locação

A nova definição de locação acarreta uma abordagem no controlo do activo identificado no contrato, ou seja, um contrato constitui ou contém uma locação se transmitir o direito de controlar a utilização de um activo identificado, ou seja, obtendo substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do mesmo e o direito de orientar o uso desse activo identificado durante o período coberto pelo contrato em troca de uma retribuição.

Impactos na óptica do locatário

O Grupo reconhece para todas as locações, com excepção das locações com um período inferior a 12 meses ou para locações que incidam sobre activos de valor unitário reduzido:

- Um activo pelo direito de uso adquirido, inicialmente mensurado ao custo, tendo em conta o Valor Presente (NPV) do passivo da locação, acrescidos de pagamentos efectuados deduzidos de incentivos à locação recebidos, bem como eventuais estimativas de custo a serem suportadas pelo locatário com o desmantelamento e remoção do activo subjacente e/ou com restauração do local onde este está localizado. Subsequentemente é mensurado de acordo com o modelo do custo (sujeito a depreciações/amortizações de acordo com o prazo de locação de cada contrato);
- Um passivo de locação, contabilizado inicialmente pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros da locação (NPV), o que inclui:
 - Pagamentos fixos, deduzidos os incentivos à locação a receber;
 - Pagamentos de locação variáveis, que dependem de um incentivo ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou taxa à data de início do contrato;

Para determinar a taxa de juro implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados de acordo com a taxa dos *swaps* associados à Libor para os contratos em ou indexados a USD e de acordo com a curva de rendimento esperada calculada (tendo como referência a remuneração da dívida pública) para os contratos em MZN, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com vencimento em 2022 foi assumido que serão renovados automaticamente, tal como previsto no contrato.

O passivo de locação é subsequentemente mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia contabilizada de forma a reflectir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia contabilizada de forma a reflectir os pagamentos de locação;

- A quantia contabilizada é recalculada de forma a reflectir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para reflectir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo de locação.

O grupo reavalia um passivo de locação e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo pelo direito de uso sempre que:

- Houver uma alteração do prazo da locação e o passivo de locação é reavaliado descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- Houver uma alteração dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, o passivo é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juros variáveis, nesse caso deverá ser utilizada uma taxa de desconto revista);
- Um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, o passivo de locação é reavaliado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

O Grupo não efectuou quaisquer ajustamentos para os períodos anteriores.

Os activos pelo direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de início de uso do bem subjacente até ao final do prazo da locação. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Grupo ir exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

g) Reconhecimento de Resultados de Serviços e Comissões

Os resultados de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

Um contrato com um Cliente que resulte no reconhecimento de um instrumento financeiro nas demonstrações financeiras do Grupo poderá estar parcialmente no âmbito da IFRS 9 e parcialmente no âmbito da IFRS 15. Se este for o caso, o Grupo aplica primeiro a IFRS 9 para separar e mensurar a parte do contrato que está no âmbito da IFRS 9 e depois aplica a IFRS 15 ao residual.

Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.

A tabela a seguir fornece informações sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho em contratos com Clientes, incluindo termos de pagamento significativos e as políticas de reconhecimento de rédito relacionado.

Tipo de serviço:

Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos

Reconhecimento do rédito sob a IFRS 15 (aplicável a partir de 1 Janeiro de 2018)

Serviços bancários de retalho e a empresas:

O Banco presta serviços bancários de retalho e a empresas, incluindo a gestão de contas, concessão de créditos sob a forma de descobertos, transacções em moeda estrangeira, cartão de crédito e taxas de serviços.

As taxas respeitantes a gestão contínua de contas são cobradas mensalmente na conta do Cliente. O Banco define anualmente as taxas separadamente para Clientes bancários de retalho e empresas.

As taxas aplicadas em transacções com base em comissões interbancárias, transacções em moeda estrangeira e saques a descoberto são cobradas na conta do Cliente quando a transacção ocorre.

As taxas de serviço são cobradas mensalmente e são baseadas em taxas fixas revistas anualmente pelo Banco.

O rédito do serviço de conta e taxas de serviço é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados.

O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

Serviços de banca de investimento:

O segmento de banca de investimento do Banco fornece vários serviços relacionados a finanças, incluindo administração de empréstimos e serviços de agência, administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transacções com Clientes com trocas e subscrição de valores mobiliários.

As taxas de serviços em curso são cobradas anualmente no final de cada exercício na conta do Cliente. No entanto, se um Cliente rescindir o contrato antes de 31 de Dezembro, na rescisão será cobrada uma taxa pelos serviços executados até o momento.

As taxas baseadas em transacções para administração de um empréstimo sindicalizado, execução de transacções e subscrição de valores mobiliários são cobradas quando a transacção ocorre.

O rédito de serviços de agência administrativa é reconhecido ao longo do tempo à medida que os serviços são prestados. Os valores a cobrar de Clientes em 31 de Dezembro são reconhecidos como contas a receber de Clientes.

O rédito relacionado às transacções é reconhecido no momento em que a transacção ocorre.

h) Resultados em Operações Financeiras

Os resultados em operações financeiras incluem os ganhos e perdas que resultarem de transacções de comercialização de moeda estrangeira e da conversão para moeda nacional de itens monetários em moeda estrangeira.

Regista também os ganhos e as perdas de activos e passivos financeiros classificados ao custo amortizado e os dividendos associados a essas carteiras.

i) Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo.

As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 10
Outros activos tangíveis	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos tangíveis são reconhecidas em resultados do período.

j) Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são inicialmente reconhecidas ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são mensuradas ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data de relato. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros Resultados de Exploração.

As avaliações são efectuadas, anualmente, por avaliadores externos devidamente certificados para o efeito.

k) Activos tangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pelo Grupo e Banco são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

A amortização é imputada à conta de resultados segundo o critério das quotas constantes, durante o período de vida útil esperada:

Software

O Grupo e Banco registam em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

Goodwill

O goodwill da aquisição de subsidiária é apresentado em activos intangíveis. A mensuração inicial representa a diferença entre o valor pago e o justo valor dos activos da subsidiária.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial o Goodwill é mensurado pelo custo menos as perdas acumuladas por imparidade.

Os activos que tenham uma vida útil indefinida não são amortizados de forma programada, mas são testados anualmente quanto à imparidade. As perdas por imparidade para este tipo de activo não são revertidas.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e equivalentes de caixa engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de relato, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto do Banco de Moçambique.

m) Transacções em Moeda Estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para Meticais à taxa de fecho divulgada pelo Banco de Moçambique à data de relato, sendo as diferenças cambiais resultantes desta conversão reconhecidas em lucros ou prejuízos, no período a que dizem respeito. Os activos e passivos não monetários reconhecidos ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em lucros ou prejuízos.

n) Benefícios a empregados

(i) Plano de benefícios definidos

O Grupo atribui aos Colaboradores um plano de benefícios definidos, o qual é financiado através de um seguro que é gerido pela sua associada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

Para o plano de benefícios, o Grupo financia uma pensão remida que garante aos seus Colaboradores através de um complemento de reforma, que funciona numa base autónoma.

A pensão remida será atribuída aos Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

(ii) Benefícios a empregados de curto prazo

Benefícios de curto prazo consistem em salários e quaisquer benefícios não monetários, tais como contribuições de ajuda médica em que o Banco suporta o custo com uma apólice de seguros e a SIM suporta o equivalente a 75% do custo com as despesas médias.

Um passivo é reconhecido pelo valor a ser pago se o Grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função do serviço passado prestado, pelo empregado, e a obrigação para ser estimada com segurança.

(iii) Cessação de benefícios

Os benefícios inerentes à cessação do vínculo laboral são reconhecidos como despesa quando o Grupo não está em posição de poder revogar os compromissos formalmente assumidos antes da data de reforma ou quando relacionados com benefícios negociados, resultantes duma rescisão voluntária do Colaborador.

Caso não seja expectável que os benefícios venham a ser liquidados num prazo de 12 meses, os mesmos são descontados.

o) Impostos sobre lucros

O Grupo e a sua associada com sede em Moçambique estão sujeitos ao regime fiscal consagrado pelo Código dos Impostos sobre o Rendimento, estando os lucros imputáveis a cada exercício sujeitos à incidência do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC).

Os impostos sobre lucros são registados em resultados.

O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios).

Os impostos correntes correspondem ao valor que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, utilizando as taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data do relato e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substantivamente aprovadas à data de relato e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

p) Relato por segmentos

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um conjunto de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos principais:

- Banca de Retalho;
- *Corporate Banking*; e
- Seguros.

q) Provisões

O Banco constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados, relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

r) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio de acções ordinárias emitidas e em circulação.

s) Contratos de Seguros

O Grupo emite contratos que incluem risco de seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado, é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco de seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento, reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados são reconhecidos e mensurados com segue:

(i) Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de acréscimos e diferimentos.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método *pro-rata temporis*, por cada recibo em vigor.

(ii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício.

Esta provisão foi determinada como se segue:

A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da conseqüente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e

Pela provisão, fundamentada em bases estatísticas, sobre o valor dos custos com sinistros do exercício, por forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

A reserva matemática do ramo acidentes de trabalho é calculada para as pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho e para as estimativas resultantes de processos cujos sinistrados se encontram em situação de “cura clínica”.

(iii) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (*shadow accounting*):

Os ganhos e perdas não realizados dos activos afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

A estimativa dos montantes a atribuir aos tomadores de seguro sob a forma de participação nos resultados, em cada modalidade ou conjunto de modalidades, é calculada tendo por base um plano adequado aplicado de forma consistente, tendo em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, os activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Provisão para participação nos resultados atribuída:

Corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, a título de participação nos resultados, e que ainda não tenham sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

t) Garantias Financeiras e Compromissos de Empréstimos

“Garantias financeiras” são contratos que exigem ao Banco o pagamento específico para reembolsar o detentor por uma perda incorrida resultante de uma acção de incumprimento de um devedor específico relativamente ao pagamento de acordo com os termos de um instrumento de dívida.

“Compromissos de empréstimo” são compromissos firmes para conceder crédito sob termos e condições pré-especificados.

Garantias financeiras emitidas ou compromissos para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do mercado são inicialmente mensurados pelo justo valor. Posteriormente estes são mensurados ao maior entre a provisão para perdas determinada de acordo com a IFRS 9 e o valor inicialmente reconhecido menos, quando apropriado, o valor acumulado do crédito reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15.

O Banco não emitiu compromissos de empréstimo mensurados pelo justo valor através de lucros ou prejuízos. Para outros compromissos de empréstimo o Banco reconhece a provisão de perdas;

Passivos resultantes de garantias financeiras e compromissos de empréstimo estão incluídos nas provisões.

u) Estimativas Contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que a Comissão Executiva utilize julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisados nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e Banco e a sua divulgação.

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pela Comissão Executiva, os resultados reportados pelo Grupo e Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento distinto fosse escolhido. A Comissão Executiva considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e do Banco e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O Grupo e Banco determinam a taxa de imparidade nos seus activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral através da aplicação de factores de risco calculados com base no comportamento da carteira de activos sujeitos a risco de crédito ao seu justo valor.

Perdas por imparidade em créditos a Clientes O Grupo e Banco efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas, utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo e Banco encontram-se sujeitos ao pagamento de impostos sobre lucros. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

A Autoridade Tributária de Moçambique tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pela sua associada residente durante um período de cinco anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, a Comissão Executiva considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no activo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço da entidade do Grupo para as quais se encontra reconhecido no activo o respectivo *goodwill*, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento

v) Alterações de políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adoptadas são consistentes com as utilizadas no exercício anterior. As alterações às normas IFRS aplicáveis a partir de 1 de Janeiro de 2021 não tiveram efeito nas demonstrações financeiras, a saber:

- i. Alterações à IFRS 16 - Locações - Concessões relacionadas com a COVID-19 ao nível das rendas para além de 30 de Junho de 2021;
- ii. Alterações à IFRS 4 - Contratos de Seguro Diferimento da aplicação da IFRS 9;
- iii. Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma das taxas de juro de referência - fase 2

3. Alterações ao perímetro de consolidação

Alienação de 70% da Seguradora Internacional de Moçambique S.A. - SIM

Em 31 de Dezembro de 2021, o BIM anunciou publicamente que procedeu à alienação de 70% da sua participação no capital da Seguradora Internacional de Moçambique S.A - SIM, à Fidelidade companhia de seguros S.A, a qual gerou um ganho líquido de 501.461 milhares de Meticais, nas demonstrações financeiras consolidadas e 2.907.139 milhares de Meticais nas demonstrações financeiras individuais, que foi registado na rubrica Resultado do exercício de unidades operacionais descontinuadas. Até à data de perda de controlo a SIM era registada de acordo com o método de consolidação integral (subsidiária), tal como explicado na política contabilística a) bases de consolidação, deste modo as receitas e os gastos da SIM foram incluídos na demonstração de resultados até à data em que o BIM alienou a participação, isto é, data em que se efectivou a perda de controlo. Na medida em que a venda da SIM cumpre a definição de unidade operacional descontinuada, os resultados são apresentados na demonstração de resultados numa linha separada das operações em continuação.

A composição da rubrica resultados de unidades operacionais descontinuadas:

	000 MZN	
	2021	2020
Resultado apropriado antes de impostos		
Resultado antes de impostos da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	722 577	950 893
Ganhos gerados na alienação da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	1 431 745	-
Impostos		
Correntes	(234 473)	(285 200)
Diferidos	(885 877)	3 307
	1 033 972	669 000

No âmbito de venda da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. e de acordo com o disposto na IFRS 5, esta operação foi considerada em descontinuação em Dezembro de 2021, sendo o impacto em resultados apresentado numa linha separada da demonstração de resultados denominada "Resultado do exercício de unidades operacionais descontinuadas". A demonstração de resultados da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A. que foi incorporada nesta rubrica encontra-se evidenciada na nota 16.

Reconhecimento do Investimento retido na SIM como entidade Associada

Em conformidade com o disposto na IFRS 10, o BIM reconheceu o investimento de 560.206 milhares de meticais retido no capital da SIM correspondente a 22% da situação líquida da associada à data da alienação ao justo valor. Em conformidade com a IAS 28, a SIM é reconhecida nas demonstrações financeiras através do Método de Equivalência Patrimonial (Nota a)).

Uma vez que a participação na SIM não havia sido classificada como um activo não corrente detido para venda nem como operação descontinuada. Assim, os montantes comparativos na demonstração de resultados do exercício anterior foram reexpressos.

As demonstrações dos ganhos na alienação de participações para o grupo são apresentadas abaixo:

000 MZN	
Grupo	Valor
Desreconhecimento de Activos	(6 948 165)
Desreconhecimento de Passivos	3 245 748
Desreconhecimento de Goodwill	(122 313)
Desreconhecimento de NCI	194 658
Reclassificação de Reserva de Justo Valor	(6 212)
Investimento retido	560 206
Ajustamentos de consolidação em ativos	1 287 550
Total contribuição SIM	(1 788 528)
Valor recebido na alienação	3 383 965
Ganho na alienação	1 595 437
Imposto sobre ganho na alienação	
<i>Imposto corrente</i>	-
<i>Imposto diferido</i>	(930 284)
Outros gastos/rendimentos	(163 692)
Ganho na alienação, líquido	501 461
Resultado líquido da SIM (nota 16)	532 511
Resultado do exercício de operações descontinuadas	1 033 972

A divulgação em cash flows consolidados é como se segue:

000 MZN	
Grupo	Valor
Divulgação em Cash flows	
Valor recebido na alienação	3 383 965
Caixa e equivalentes de caixa da SIM na data de perda de controlo	243 690
Valor da alienação, líquida de C&CE	3 140 275

As demonstrações dos ganhos na alienação de participações para o Banco são apresentadas abaixo:

MZN'000	
Banco	Valor
Valor da venda	3 383 965
Abate da participação	(316 646)
Custos de venda	(160 180)
Ganho na alienação de participações	2 907 139

Contingências ao preço reflectidas no valor de venda

No preço de venda recebido estão reflectidas contingências, apresentadas na nota 33, pelo que, este pode ser ajustado positivamente ou negativamente, em função de ajustamentos habituais neste tipo de transacções, incluindo a variação do valor e/ou fluxos dos activos sob gestão, em datas pré-determinadas e para activos pré-estabelecidos.

Propriedades de Investimentos

Com venda da participação na SIM, o BIM deixou de incluir no seu balanço os activos da SIM.

4. Demonstração de resultados consolidada por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto no IFRS 8.

O Banco desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros com especial ênfase nos negócios da Banca Comercial e Seguros.

Caracterização dos Segmentos

A Banca Comercial manteve-se como negócio dominante na actividade do Banco, tanto em termos de volume como ao nível de contribuição para os resultados.

O negócio da Banca Comercial, orientado para os segmentos da Banca de Retalho e *Corporate*, centra a sua actividade na satisfação das necessidades dos Clientes particulares e empresas.

A estratégia de abordagem da Banca de Retalho encontra-se delineada tendo em consideração os Clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados Clientes *mass market*, e os Clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de Cliente dedicado.

No âmbito da estratégia de cross-selling a Banca de Retalho funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da Seguradora.

O segmento *Corporate*, dirigido a entidades institucionais e a empresas cuja dimensão da sua actividade se enquadra dentro dos critérios de selecção estabelecidos para este segmento, oferece uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado e adaptado às necessidades do mesmo.

Os reportes utilizados pela gestão têm essencialmente uma base contabilística suportada nas IFRS's.

Actividade dos segmentos de negócio em 31 de Dezembro de 2021

Os valores da conta de exploração reflectem o processo de afectação de resultados, com base em valores médios, reportados por cada segmento de negócio.

A contribuição líquida da Seguradora reflecte o resultado individual, independentemente da percentagem de participação detida pelo Banco. A coluna "outros" refere os ajustamentos de consolidação.

A informação seguidamente apresentada foi preparada com base nas demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS's.

MZN' 000

31 de Dezembro de 2021	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	7 836 589	4 592 320	-	-	12 428 909
Resultados de serviços e comissões	2 021 282	418 903	-	-	2 440 185
Resultados de operações financeiras	974 539	346 176	-	-	1 320 715
Outros resultados de exploração	498 299	1 130 890	-	(1 420 514)	208 675
Total de proveitos operacionais	11 330 709	6 488 289	-	(1 420 514)	16 398 484
Custos com pessoal	(2 499 950)	(526 518)	-	-	(3 026 468)
Outros gastos administrativos	(2 497 566)	(624 886)	-	-	(3 122 452)
Amortização do exercício	(843 161)	(145 364)	-	-	(988 525)
Total de custos operacionais	(5 840 677)	(1 296 768)	-	-	(7 137 445)
Imparidade de crédito	(78 524)	(249 592)	-	-	(328 116)
Outras provisões	(181 538)	(577 025)	-	-	(758 563)
Resultados antes de impostos	5 229 969	4 364 904	-	(1 420 514)	8 174 359
Impostos	(1 723 843)	(924 703)	-	930 284	(1 718 262)
Resultados de operações descontinuadas	-	2 907 139	1 033 972	(2 907 139)	1 033 972
Interesse que não controlam	-	-	-	(42 339)	(42 339)
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	3 506 126	6 347 340	1 033 972	(3 439 708)	7 447 730

MZN' 000

31 de Dezembro de 2021	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	12 350 963	29 479 209	-	-	41 830 171
Passivo					
Depósitos de Clientes	84 159 789	53 925 354	-	-	138 085 143

MZN' 000

31 de Dezembro de 2020	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Margem Financeira	5 874 053	5 517 050	-	-	11 391 103
Resultados de serviços e comissões	1 668 822	523 402	-	-	2 192 224
Resultados de operações financeiras	832 043	286 468	-	-	1 118 511
Outros resultados de exploração	450 621	155 046	-	(437 992)	167 675
Total de proveitos operacionais	8 825 539	6 481 966	-	(437 992)	14 869 513
Custos com pessoal	(2 398 393)	(498 852)	-	-	(2 897 246)
Outros gastos administrativos	(2 423 366)	(583 306)	-	-	(3 006 673)
Amortização do exercício	(824 273)	(144 161)	-	-	(968 434)
Total de custos operacionais	(5 646 033)	(1 226 320)	-	-	(6 872 353)
Imparidade de crédito	(578 805)	(1 839 758)	-	-	(2 418 563)
Outras provisões	(30 737)	(97 700)	-	-	(128 438)
Resultados antes de impostos	2 569 963	3 318 188	-	(437 992)	5 450 159
Impostos	(333 132)	(430 121)	-	-	(763 252)
Resultados de operações descontinuadas	-	-	669 000	-	669 000
Interesse que não controlam	-	-	-	(53 437)	(53 437)
Resultado do Exercício Atribuível aos Accionistas	2 236 832	2 888 067	669 000	(491 429)	5 302 470

MZN' 000

31 de Dezembro de 2020	Banca Retalho	Corporate Banking	Seguros	Outros	Total consolidado
Activo					
Crédito a Clientes	10 403 981	34 102 273	-	-	44 506 254
Passivo					
Depósitos de Clientes	85 646 264	53 344 090	-	-	138 990 354

5. Margem financeira

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Juros e proveitos equiparados</i>				
Juros de crédito	6 891 096	7 359 852	6 891 096	7 359 852
Juros de depósitos e outras aplicações	1 864 355	1 863 901	1 864 355	1 863 901
Juros outros activos financeiros ao custo amortizado	8 550 892	6 740 446	8 550 892	6 740 446
	<u>17 306 343</u>	<u>15 964 199</u>	<u>17 306 343</u>	<u>15 964 199</u>
<i>Juros e custos equiparados</i>				
Juros de depósitos e outros recursos	4 787 326	4 471 904	4 787 326	4 471 904
Juros de locações	90 061	101 019	90 061	101 019
Outros custos e juros equiparados	47	173	47	173
	<u>4 877 434</u>	<u>4 573 096</u>	<u>4 877 434</u>	<u>4 573 096</u>
<i>Margem financeira</i>	<u>12 428 909</u>	<u>11 391 103</u>	<u>12 428 909</u>	<u>11 391 103</u>

6. Rendimentos de instrumentos de capital

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Rendimentos de investimentos em associadas	-	-	1 420 514	437 992
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 420 514</u>	<u>437 992</u>

A rubrica Rendimentos de investimentos em associadas corresponde, para o Banco, a dividendos recebidos associados à participação financeira detida na Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.

7. Resultados de serviços e comissões

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Serviços prestados</i>				
Por garantias prestadas	341 865	419 622	341 865	419 622
Por serviços bancários prestados	1 866 632	1 480 548	1 866 632	1 480 548
Outras comissões	648 669	645 789	648 669	645 789
	<u>2 857 166</u>	<u>2 545 959</u>	<u>2 857 166</u>	<u>2 545 959</u>
<i>Serviços recebidos</i>				
Por garantias recebidas	7 808	9 380	7 808	9 380
Por serviços bancários prestados	587	912	587	912
Outras comissões	408 586	343 443	408 586	343 443
	<u>416 981</u>	<u>353 735</u>	<u>416 981</u>	<u>353 735</u>
<i>Resultados de serviços e comissões</i>	<u>2 440 185</u>	<u>2 192 224</u>	<u>2 440 185</u>	<u>2 192 224</u>

A receita de honorários e comissões de contratos com Clientes é mensurada com base na remuneração especificada no contrato com o Cliente. O Grupo e o Banco reconhecem o rédito quando transfere o controlo sobre o serviço para o Cliente.

8. Resultados em operações financeiras

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Lucros em operações financeiras</i>				
Operações cambiais	1 313 448	1 111 244	1 313 448	1 111 244
Outras operações	7 267	7 267	7 267	7 267
	<u>1 320 715</u>	<u>1 118 511</u>	<u>1 320 715</u>	<u>1 118 511</u>
<i>Prejuízos em operações financeiras</i>				
	-	-	-	-
	<u>1 320 715</u>	<u>1 118 511</u>	<u>1 320 715</u>	<u>1 118 511</u>

9. Outros resultados de exploração

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Outros proveitos de exploração</i>				
Rendimentos de imóveis	34 921	20 559	34 921	20 559
Prestação de serviços	112 937	104 079	112 937	104 079
Reembolso de despesas	154 944	154 902	154 944	154 902
Outros proveitos de exploração	61 909	45 481	61 909	45 481
	<u>364 711</u>	<u>325 021</u>	<u>364 711</u>	<u>325 021</u>
<i>Outros custos de exploração</i>				
Impostos	94 020	75 536	94 020	75 536
Donativos e quotizações	19 770	27 370	19 770	27 370
Outros custos de exploração	42 246	54 440	42 246	54 440
	<u>156 036</u>	<u>157 346</u>	<u>156 036</u>	<u>157 346</u>
	<u>208 675</u>	<u>167 675</u>	<u>208 675</u>	<u>167 675</u>

10. Custos com pessoal

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Remunerações	2 687 933	2 600 314	2 687 933	2 600 314
Encargos sociais obrigatórios	100 756	99 000	100 756	99 000
Encargos sociais facultativos	230 174	188 603	230 174	188 603
Outros custos	7 605	9 329	7 605	9 329
	<u>3 026 468</u>	<u>2 897 246</u>	<u>3 026 468</u>	<u>2 897 246</u>

O número efectivo médio de colaboradores em serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, é demonstrado como se segue:

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Administração e Direcção	121	129	121	118
Específicas / Técnicas	989	1 086	989	997
Outras funções	1 355	1 424	1 355	1 370
	<u>2 465</u>	<u>2 639</u>	<u>2 465</u>	<u>2 485</u>

O valor total das remunerações atribuídas pelo Grupo e pelo Banco aos órgãos de Administração e Fiscalização no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, registado na rubrica de Remunerações, foi de 263.980 milhares de Meticais (2020: 246.930 milhares de Meticais).

A rubrica de custos com pessoal inclui ainda os custos associados às responsabilidades com pensões para o Banco no exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 no montante de 102.470 milhares de Meticais e de (2020: 154.020 milhares de Meticais).

11. Outros gastos administrativos

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Água, energia e combustíveis	173 135	187 441	173 135	187 441
Material de consumo corrente	169 830	173 246	169 830	173 246
Rendas e alugueres	52 326	60 910	52 326	60 910
Comunicações	326 826	306 976	326 826	306 976
Deslocações, estadias e representações	47 875	50 081	47 875	50 081
Publicidade	100 922	89 456	100 922	89 456
Custos com trabalho independente	135 313	195 723	135 313	195 723
Conservação e reparação	158 537	153 629	158 537	153 629
Seguros	111 058	111 989	111 058	111 989
Serviços judiciais, contenciosos e notariado	53 257	16 966	53 257	16 966
Informática e Consultoria	1 461 089	1 348 727	1 461 089	1 348 727
Segurança e vigilância	193 300	177 705	193 300	177 705
Limpeza de instalações	46 573	42 043	46 573	42 043
Transportes de valores	72 001	78 380	72 001	78 380
Formação do pessoal	19 663	11 265	19 663	11 265
Outros serviços de terceiros	747	2 136	747	2 136
	<u>3 122 452</u>	<u>3 006 673</u>	<u>3 122 452</u>	<u>3 006 673</u>

A rubrica de rendas e alugueres inclui, em 2021, para o Grupo e para o Banco, os montantes de 10.453 milhares de Meticais relativo a contratos de locação de curto prazo (2020: 15.557 milhares de Meticais).

O detalhe das rendas e alugueres é demonstrado como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Rendas de Casa	10 453	15 557	10 453	15 557
Aluguer de Viaturas	6 003	3 697	6 003	3 697
Aluguer de equipamento	35 870	41 656	35 870	41 656
	<u>52 326</u>	<u>60 910</u>	<u>52 326</u>	<u>60 910</u>

A rubrica rendas e alugueres contem contratos de arrendamento para os quais não foi aplicada a IFRs16 por serem de validade até 12 meses, de curto prazo, condomínios cuja validade de contrato é de até 12 meses, rendas sob gerência dos balcões cuja validade é de até 12 meses, aluguer de equipamento aos quais não foi aplicada a IFRS 16 devido às características dos contratos e aluguer das viaturas não foi aplicada a IFRS 16 uma vez que são contratos de curto prazo.

A rubrica Informática e Consultoria contém contratos de assistência técnica e manutenção de softwares que representam 67% do montante da rubrica.

12. Depreciações e amortizações do exercício

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Activos intangíveis</i>				
Software	178 005	156 734	178 005	156 734
<i>Activos tangíveis</i>				
Imóveis	161 331	161 186	161 331	161 186
Equipamento	420 924	426 972	420 924	426 972
Mobiliário	26 409	29 489	26 409	29 489
Máquinas	9 698	6 631	9 698	6 631
Equipamento informático	219 724	221 337	219 724	221 337
Instalações interiores	62 312	67 497	62 312	67 497
Viaturas	88 195	83 778	88 195	83 778
Equipamento de segurança	13 583	17 030	13 583	17 030
Outro equipamento	1 003	1 210	1 003	1 210
Direito de uso - IFRS 16				
Imóveis	228 265	223 542	228 265	223 542
Outros activos tangíveis	-	-	-	-
	<u>810 520</u>	<u>811 700</u>	<u>810 520</u>	<u>811 700</u>
	<u>988 525</u>	<u>968 434</u>	<u>988 525</u>	<u>968 434</u>

13. Imparidade do crédito

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Crédito concedido a clientes</i>				
Dotação líquida do exercício	463 003	2 769 380	463 003	2 769 380
Recuperação de crédito e de juros abatidos ao activo	(134 887)	(350 817)	(134 887)	(350 817)
	<u>328 116</u>	<u>2 418 563</u>	<u>328 116</u>	<u>2 418 563</u>

14. Outras imparidades e provisões

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Provisões para riscos de crédito indirecto				
Dotação do exercício	35 275	151 332	35 275	151 332
Reversão do exercício	(180 585)	(62 075)	(180 585)	(62 075)
Imparidade de outros activos financeiros				
Dotação do exercício	220 883	46 430	220 883	46 430
Reversão do exercício	(89 688)	(37 134)	(89 688)	(37 134)
Provisões para riscos bancários gerais				
Dotação do exercício	34 552	29 798	34 552	29 798
Reversão do exercício	(8 000)	(1 323)	(8 000)	(1 323)
Outras provisões para riscos e encargos				
Dotação do exercício	427 447	-	427 447	-
Imparidade de outros activos				
Dotação do exercício	117 312	-	117 312	-
Reversão do exercício	(11 846)	-	(11 846)	-
Imparidade para activos não correntes detidos para venda				
Dotação do exercício	213 212	1 410	213 212	1 410
	<u>758 563</u>	<u>128 438</u>	<u>758 563</u>	<u>128 438</u>

15. Impostos

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Imposto corrente	2 080 506	1 711 371	2 080 506	1 711 371
Imposto diferido				
Prejuízos fiscais	568 040	(948 119)	568 040	(948 119)
Imposto sobre ganhos da alienação de participações	(930 284)	-	-	-
	<u>(362 244)</u>	<u>(948 119)</u>	<u>568 040</u>	<u>(948 119)</u>
Total de custo de impostos	<u>1 718 262</u>	<u>763 252</u>	<u>2 648 546</u>	<u>763 252</u>
Reconciliação de custo efectivo do imposto				
Resultado antes de impostos	<u>8 174 359</u>	<u>5 888 151</u>	<u>12 502 012</u>	<u>5 888 151</u>
Impostos correntes	2 615 795	1 884 208	4 000 644	1 884 208
Ajustamentos ao imposto:				
Impacto das despesas não dedutíveis	20 957	35 841	20 957	35 841
Impacto de custos não dedutíveis	167 520	25 846	167 520	25 846
Rendimentos isentos de imposto ou não tributáveis	(11 227)	(14 922)	(11 227)	(14 922)
Amortização do custo diferido	(394 996)	947 345	(394 996)	947 345
Imposto sobre ganhos da alienação de participações	930 284	-	-	-
Benefícios fiscais	-	(140 157)	(454 565)	(140 157)
Rendimentos de títulos de Dívida Pública - taxa	(3 328 334)	(2 738 107)	(3 328 334)	(2 738 107)
Imposto à taxa liberatória de juros da Dívida Pública	2 080 506	1 711 317	2 080 506	1 711 317
Custo de impostos	<u>2 080 506</u>	<u>1 711 371</u>	<u>2 080 506</u>	<u>1 711 371</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>25%</u>	<u>29%</u>	<u>17%</u>	<u>29%</u>

Os prejuízos fiscais no montante de 955.548 milhares de Meticais reportam ao ano de 2020 e expiram em 2025.

16. Operações em descontinuação

Conforme já explicado na Nota 3, em 31 de Dezembro de 2021, o BIM alienou 70% do capital da SIM. De acordo com a avaliação efectuada, esta operação cumpre os critérios estabelecidos na IFRS 5 para ser considerada como operação em descontinuação.

O montante de 1.033.972 inclui o efeito do ganho na alienação da SIM, conforme quadro abaixo:

	000 MZN	
	2021	2020
Resultado apropriado antes de impostos		
Resultado antes de impostos da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	722 577	950 893
Ganhos gerados na alienação da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	1 431 745	-
Impostos		
Correntes	(234 473)	(285 200)
Diferidos	(885 877)	3 307
	<u>1 033 972</u>	<u>669 000</u>

Importa referir que a participação na SIM não havia sido classificada como um activo não corrente detido para venda nem como operação descontinuada. Assim, os montantes comparativos na demonstração de resultados do exercício anterior foram reexpressos.

Os resultados da SIM para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2021 são como se segue:

	MZN'000	
	2021	2020
Juros e proveitos equiparados	366 211	402 264
Margem financeira	366 211	402 264
Rendimentos de instrumentos de capital	6 295	-
Resultados de serviços e comissões	(63 956)	(54 477)
Resultados em operações financeiras	50 829	54 148
Outros resultados de exploração	752 750	963 299
Total de proveitos operacionais	1 112 129	1 365 234
Custos com pessoal	(246 051)	(260 884)
Outros gastos administrativos	(125 149)	(137 948)
Depreciações e amortizações do exercício	(26 889)	(24 819)
Total de custos operacionais	(398 089)	(423 651)
Outras imparidades e provisões	8 537	9 310
Resultado antes de impostos	722 577	950 893
Impostos		
Correntes	(234 473)	(285 200)
Diferidos	44 407	3 307
Resultado após impostos	532 511	669 000
Interesses que não controlam		
Resultado do exercício	532 511	669 000

Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis as actividades de exploração, investimento e financiamento da SIM são:

	MZN'000	
Demonstração de Fluxos de Caixa	2021	2 020
Fluxos de caixa de actividade operacionais	(464 804)	629 693
Fluxos de caixa de actividade de investimento	110 658	807 490
Fluxos de caixa de actividade de financiamento	(1 544 096)	(476 096)
Efeito das diferenças de câmbio	(17 660)	6 054
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2 159 592	1 192 451
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	243 690	2 159 592

17. Resultado por acção

	MZN			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Resultado de operações em continuação	6 456 097 400	4 686 907 000	9 853 466 200	5 124 898 841
Resultado de operações descontinuadas atribuível a accionistas do Banco	991 633 000	615 563 000	-	-
Número de acções	45 000 000	45 000 000	45 000 000	45 000 000
Resultado por acção(de actividades continuadas atribuível a accionistas do Banco)	<u>143,47</u>	<u>104,15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado por acção(incluindo actividades descontinuadas atribuível aos accionistas do Banco)	<u>165,51</u>	<u>117,83</u>	<u>218,97</u>	<u>113,89</u>

18. Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Caixa	5 090 781	5 632 240	5 090 781	5 632 240
Banco de Moçambique	19 208 476	20 141 871	19 208 476	20 141 871
	<u>24 299 257</u>	<u>25 774 111</u>	<u>24 299 257</u>	<u>25 774 111</u>

O saldo de disponibilidades junto do Banco de Moçambique visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição obrigatória de reservas de caixa, obriga à manutenção de saldo em depósitos no Banco de Moçambique equivalente a 10,5% (Dezembro 2020: 11,5%) para passivos em moeda nacional e 11,5% (Dezembro 2020: 34,5%) para passivos em moeda estrangeira sobre o montante médio mensal dos depósitos.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Instituições de crédito no país	110 589	114 669	110 589	107 039
Instituições de crédito no estrangeiro	7 855 474	2 766 581	7 855 474	2 766 581
	<u>7 966 063</u>	<u>2 881 250</u>	<u>7 966 063</u>	<u>2 873 620</u>

A rubrica de Disponibilidades em instituições de crédito no país, inclui valores a cobrar no montante de 110.589 milhares de Meticais, para o Banco e para o Grupo, que representam, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito em cobrança em 31 de Dezembro de 2021 (2020: 114.669 e 107.039 milhares de Meticais para o Grupo e Banco respectivamente).

Desagregação das Disponibilidades em Outras Instituições de crédito no estrangeiro por moeda:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
USD	6 380 074	1 285 327	6 380 074	1 285 327
CAD	6 465	35 526	6 465	35 526
CNY	1 673	4 347	1 673	-
ZAR	46 641	298 730	46 641	298 730
DKK	1 028	4 562	1 028	4 562
GBP	114 364	166 155	114 364	166 155
JPY	15 533	3 196	15 533	3 196
NOK	29 262	4 538	29 262	4 538
SEK	5 410	11 597	5 410	11 597
CHF	18 024	41 296	18 024	41 296
EUR	1 228 070	907 311	1 228 070	907 311
AUD	8 930	3 996	8 930	3 996
	7 855 474	2 766 581	7 855 474	2 766 581

20. Aplicações em instituições de crédito

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações em instituições de crédito no país	7 408 083	27 423 672	7 408 083	26 607 471
Aplicações inst.crédito no estrangeiro	11 488 316	11 154 922	11 488 316	11 154 921
	18 896 399	38 578 594	18 896 399	37 762 392

21. Crédito a Clientes

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Crédito com garantias reais	726 114	731 259	726 114	731 259
Crédito com outras garantias	21 972 035	25 115 514	21 972 035	25 115 514
Crédito sem garantias	1 108 131	795 138	1 108 131	795 138
Crédito ao sector público	16 410 042	16 330 736	16 410 042	16 330 736
Crédito em locação financeira	1 736 235	2 049 480	1 736 235	2 049 480
	41 952 557	45 022 127	41 952 557	45 022 127
Crédito vencido - menos de 90 dias	50 666	48 557	50 666	48 557
Crédito vencido - mais de 90 dias	3 634 470	2 982 495	3 634 470	2 982 495
	45 637 693	48 053 179	45 637 693	48 053 179
Imparidade para riscos de crédito	(3 807 522)	(3 546 925)	(3 807 522)	(3 546 925)
	41 830 171	44 506 254	41 830 171	44 506 254

A análise do crédito a Clientes por tipo de operação é a seguinte:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Curto prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos	339 975	206 200	339 975	206 200
Crédito em conta corrente	2 430 532	2 245 368	2 430 532	2 245 368
Descobertos em depósitos à ordem	213 876	161 935	213 876	161 935
Empréstimos	1 041 026	2 902 630	1 041 026	2 902 630
Capital em locação	857	25	857	25
	4 026 266	5 516 158	4 026 266	5 516 158
<i>Médio e longo prazo</i>				
Crédito descontado titulado por efeitos				
Empréstimos	19 249 076	21 336 401	19 249 076	21 336 401
Crédito imobiliário	18 074 437	17 551 987	18 074 437	17 551 987
Capital em locação	602 778	617 581	602 778	617 581
	37 926 291	39 505 969	37 926 291	39 505 969
Crédito vencido - menos de 90 dias	50 666	48 557	50 666	48 557
Crédito vencido - mais de 90 dias	3 634 470	2 982 495	3 634 470	2 982 495
	3 685 136	3 031 052	3 685 136	3 031 052
Imparidade para riscos de crédito	(3 807 522)	(3 546 925)	(3 807 522)	(3 546 925)
	41 830 171	44 506 254	41 830 171	44 506 254

A análise do crédito a Clientes por sector de actividade é a seguinte:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Agricultura e silvicultura	1 194 716	1 452 887	1 194 716	1 452 887
Indústrias extractivas	645 843	783 794	645 843	783 794
Alimentação, bebidas e tabaco	1 253 339	1 268 992	1 253 339	1 268 992
Têxteis	4 114	4 318	4 114	4 318
Papel, artes gráficas e editoras	23 428	26 058	23 428	26 058
Químicas	2 271 233	2 262 334	2 271 233	2 262 334
Máquinas e equipamentos	1 904 689	2 084 911	1 904 689	2 084 911
Electricidade, água e gás	130 862	46 948	130 862	46 948
Construção	642 485	761 544	642 485	761 544
Comércio	4 600 184	5 926 018	4 600 184	5 926 018
Restaurantes e hotéis	305 292	1 009 183	305 292	1 009 183
Transportes e comunicações	2 382 798	2 958 222	2 382 798	2 958 222
Serviços	2 091 432	2 957 121	2 091 432	2 957 121
Crédito ao consumo	9 857 531	8 508 323	9 857 531	8 508 323
Crédito à habitação	774 521	771 375	774 521	771 375
Estado Moçambicano	16 410 048	16 339 529	16 410 048	16 339 529
Outras actividades	1 145 178	891 622	1 145 178	891 622
	45 637 693	48 053 179	45 637 693	48 053 179
Imparidade para riscos de crédito	(3 807 522)	(3 546 925)	(3 807 522)	(3 546 925)
	41 830 171	44 506 254	41 830 171	44 506 254

A carteira de crédito a Clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os Clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro.

A análise dos créditos reestruturados por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Agricultura e silvicultura	163 700	189 227
Indústrias extractivas	640 055	1 794
Alimentação, bebidas e tabaco	37 416	33 570
Papel, artes gráficas e editoras	3 483	8 414
Químicas	72 808	174 351
Máquinas e equipamentos	1 581 809	1 844 772
Electricidade, água e gás	14 925	-
Construção	334 608	430 184
Comércio	2 958 760	4 776 529
Restaurantes e hotéis	177 999	619 466
Transportes e comunicações	1 384 389	263 225
Serviços	4 623 448	5 483 146
Crédito ao consumo	387 955	424 795
Crédito à habitação	22 506	28 538
Outras actividades	415 437	592 635
	12 819 298	14 870 646

A análise do crédito vencido por tipo de crédito é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Crédito com garantias reais	30 527	43 971
Crédito com outras garantias	1 796 041	2 845 726
Crédito sem garantias	1 720 501	22 610
Crédito ao sector público	5	14
Crédito em locação financeira	138 062	118 731
	3 685 136	3 031 052

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Agricultura e silvicultura	109 442	89 729
Indústrias extractivas	986	29 611
Alimentação, bebidas e tabaco	1 985	-
Têxteis	90	6
Papel, artes gráficas e editoras	1 544	1 710
Químicas	1 259 272	855 511
Máquinas e equipamentos	378 419	224 264
Electricidade, água e gás	1	156
Construção	453 086	332 806
Comércio	542 629	510 503
Restaurantes e hotéis	20 956	177 170
Transportes e comunicações	19 806	14 732
Serviços	53 138	52 410
Crédito ao consumo	399 418	390 412
Crédito à habitação	48 949	40 566
Estado Moçambicano	5	14
Outras actividades	395 410	311 452
	3 685 136	3 031 052

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	3 546 925	5 965 155	3 546 925	5 965 155
Dotação do exercício	1 694 777	5 876 976	1 694 777	5 876 976
Reversão do exercício	(933 814)	(2 482 247)	(933 814)	(2 482 247)
Utilização de imparidade	(394 835)	(6 400 031)	(394 835)	(6 400 031)
Diferenças cambiais	(105 531)	587 072	(105 531)	587 072
Saldo em 31 de Dezembro	3 807 522	3 546 925	3 807 522	3 546 925

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2021:

MZN'000

	Classes de incumprimento			Total
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Crédito vencido com garantia	97 356	59 767	1 807 517	1 964 640
Imparidade existente	(21 329)	(61 800)	(1 864 817)	(1 947 946)
Crédito vencido sem garantia	428 208	102 533	1 189 760	1 720 501
Imparidade existente	(7 855)	(79 521)	(47 984)	(135 360)
Total de crédito vencido	525 564	162 300	2 997 277	3 685 141
Total da imparidade para crédito vencido	(29 184)	(141 321)	(1 912 801)	(2 083 306)
Total da imparidade para crédito vincendo				(1 724 216)
Total da imparidade para riscos de crédito				(3 807 522)

O quadro seguinte apresenta, por classes de incumprimento, a desagregação da imparidade para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2020:

MZN'000

	Classes de incumprimento			Total
	Até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Mais de 1 ano	
Crédito vencido com garantia	394 488	98 748	2 515 206	3 008 442
Imparidade existente	(123 551)	(60 768)	(1 219 191)	(1 403 510)
Crédito vencido sem garantia	20 239	966	1 405	22 610
Imparidade existente	(12 564)	(900)	(1 336)	(14 800)
Total de crédito vencido	414 727	99 714	2 516 611	3 031 052
Total da imparidade para crédito vencido	(136 115)	(61 668)	(1 220 527)	(1 418 310)
Total da imparidade para crédito vincendo				(2 128 615)
Total da imparidade para riscos de crédito				(3 546 925)

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Agricultura e silvicultura	20 466	31 261
Indústrias extractivas	6 026	6 144
Alimentação, bebidas e tabaco	30 819	25 458
Têxteis	1 150	115
Papel, artes gráficas e editoras	1 668	1 001
Químicas	1 306 737	768 152
Máquinas e equipamentos	186 259	104 180
Electricidade, água e gás	1 929	1 641
Construção	339 113	290 038
Comércio	517 381	434 852
Restaurantes e hotéis	40 403	344 623
Transportes e comunicações	54 610	66 243
Serviços	95 628	82 020
Crédito ao consumo	665 389	765 594
Crédito à habitação	48 593	40 458
Estado Moçambicano	95 821	171 249
Outras actividades	395 530	413 896
	3 807 522	3 546 925

A imparidade por tipo de crédito é analisada como se segue:

	MZN' 000	
	2021	2020
Crédito com garantias reais	51 306	43 017
Crédito com outras garantias	3 307 201	3 069 024
Crédito sem garantias	204 001	146 539
Crédito ao sector público	95 821	171 249
Crédito em locação financeira	149 193	117 096
	3 807 522	3 546 925

A anulação de crédito por utilização de provisão por sector de actividade é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Agricultura e silvicultura	-	8 391
Indústrias extractivas	-	2 475
Alimentação, bebidas e tabaco	-	53
Papel artes gráficas e editoras	-	13 542
Máquinas e equipamento	-	142
Electricidade, água e gás	-	747
Construção	-	13 413
Comércio	68 608	114 158
Restaurantes e hotéis	9 592	1 906
Transportes e comunicações	-	3 637
Serviços	2 985	5 532 376
Crédito ao consumo	284 619	703 114
Outras actividades	29 031	6 077
	394 835	6 400 031

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Crédito com outras garantias	291 129	6 375 865
Crédito sem garantias	103 706	24 166
	<u>394 835</u>	<u>6 400 031</u>

A recuperação de créditos e de juros anulados no ano ou em anos anteriores, efectuada no decorrer de 2021 apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

	MZN' 000	
	2021	2020
Crédito com outras garantias	124 727	341 645
Crédito sem garantias	10 160	9 172
	<u>134 887</u>	<u>350 817</u>

22. Activos financeiros ao custo amortizado

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Obrigações do tesouro	29 511 065	31 215 384	29 511 065	29 920 924
Outros títulos	43 199 155	20 629 043	43 199 155	20 053 356
	<u>72 710 220</u>	<u>51 844 427</u>	<u>72 710 220</u>	<u>49 974 280</u>
Imparidade de títulos	(178 428)	(49 231)	(178 428)	(48 131)
	<u>72 531 792</u>	<u>51 795 196</u>	<u>72 531 792</u>	<u>49 926 149</u>

Os movimentos na Imparidade de Outros activos financeiros ao custo amortizado, para o Grupo e para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	49 231	44 025	48 131	44 025
Dotação do exercício	214 462	39 884	214 462	38 784
Reversão do exercício	(85 265)	(34 678)	(84 165)	(34 678)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>178 428</u>	<u>49 231</u>	<u>178 428</u>	<u>48 131</u>

23. Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Outros títulos	4 359 809	5 284 366	4 359 809	5 284 366
Acções	98 651	101 240	98 651	81 406
	<u>4 458 460</u>	<u>5 385 606</u>	<u>4 458 460</u>	<u>5 365 772</u>

A rubrica Outros Títulos é essencialmente constituída por Bilhetes do Tesouro detidos para negociação.

24. Investimentos em subsidiárias e associadas

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
MZN' 000				
<i>Subsidiária:</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	-	267 049	-	416 148
	-	267 049	-	416 148
<i>Associada:</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	560 206	-	99 501	-
	560 206	-	99 501	-

O investimento em associadas, no valor de 99.501 milhares de Meticais, corresponde ao custo de aquisição da participação social na Seguradora Internacional de Moçambique S.A.. Para o Grupo, o investimento retido no capital da SIM é de 560 206 milhares de meticais.

Abaixo a demonstração do apuramento do investimento retido no capital da SIM:

	MZN'000
	2021
Total do activo	6 948 165
Total do Passivo	3 245 748
Total Situação Líquida	3 702 417
Participação Financeira-22%	814 401
Imóveis	(283 440)
Goodwill(22%)	29 245
Investimento em associadas	560 206

Em 31 de Dezembro de 2021, os capitais próprios da associada, ascendem a 3.702.417 milhares de Meticais (em 31 Dezembro 2020: 4.716.839 milhares de Meticais).

Em 31 de Dezembro de 2021, a percentagem da participação do Banco na associada, é demonstrada como se segue:

Associada	Sede	Capital Social	Actividade Económica	% de participação	Método de consolidação
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	Maputo	295 000 000	Seguros	21,99	Equivalência patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2020, a percentagem da participação do Banco na subsidiária, era demonstrada como se segue:

Subsidiária	Sede	Capital Social	Actividade Económica	% de participação	Método de consolidação
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	Maputo	295 000 000	Seguros	91,99	Integral*

*Para efeitos de reporte ao Banco de Moçambique e no cumprimento do Aviso nr. 08/GBM/2007, o Banco consolida pelo método de equivalência patrimonial.

25. Activos não correntes detidos para venda

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Aplicações por recuperação de crédito				
Imóveis	1 456 523	2 421 452	1 456 523	2 421 452
Equipamentos e outros	5 253	11 873	5 253	11 873
	1 461 776	2 433 325	1 461 776	2 433 325
Imparidade	(31 264)	(262 741)	(31 264)	(262 741)
	1 430 512	2 170 584	1 430 512	2 170 584

Os movimentos de imparidade para activos não correntes detidos para venda são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	262 741	343 796	262 741	343 796
Dotação do exercício	213 212	852	213 212	852
Reversão do exercício	-	(1 301)	-	(1 301)
Utilizações	(6 620)	(29 675)	(6 620)	(29 675)
Transferências	(438 069)	(50 931)	(438 069)	(50 931)
Saldo no fim do exercício	31 264	262 741	31 264	262 741

26. Outros Activos tangíveis

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Imóveis	3 627 573	4 128 598	3 627 573	3 578 104
Obras em edifícios arrendados	1 135 780	1 120 150	1 135 780	1 120 150
Equipamento				
Mobiliário	371 572	396 893	371 572	382 429
Máquinas	163 263	156 808	163 263	153 164
Equipamento informático	2 489 387	2 395 282	2 489 387	2 363 532
Instalações interiores	850 071	859 533	850 071	839 843
Viaturas	550 732	579 349	550 732	504 160
Equipamento de segurança	313 103	320 165	313 103	320 165
Outros activos tangíveis	27 237	46 347	27 237	27 005
Direitos de Uso				
Imóveis	1 365 501	1 058 823	1 365 501	1 258 626
Investimentos em curso	434 216	277 173	434 216	277 173
	11 328 435	11 339 121	11 328 435	10 824 351
Amortizações acumuladas	(5 649 910)	(5 280 316)	(5 649 910)	(5 004 402)
	5 678 525	6 058 805	5 678 525	5 819 949

Os movimentos da rubrica de Activos tangíveis, durante o ano de 2021, para o Grupo, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2021	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Ajustamentos de perda de Controlo	Saldo em 31 Dezembro 2021
<i>Custo</i>						
Imóveis	4 128 598	64 740	(15 631)	360	(550 494)	3 627 573
Obras em edificios arrendados	1 120 150	7 056	(332)	8 906	-	1 135 780
Equipamento						
Mobiliário	396 893	3 985	(14 842)	-	(14 464)	371 572
Máquinas	156 808	12 820	(2 721)	-	(3 644)	163 263
Equipamento informático	2 395 282	143 761	(17 906)	-	(31 750)	2 489 387
Instalações interiores	859 533	47 280	(37 300)	248	(19 690)	850 071
Viaturas	579 349	84 511	(58 246)	20 307	(75 189)	550 732
Equipamento de segurança	320 165	6 917	(13 979)	-	-	313 103
Outros activos tangíveis	46 347	1 371	(1 139)	-	(19 342)	27 237
Direito de Uso -IFRS 16						
Imóveis	1 058 823	106 875	-	-	199 803	1 365 501
Imobilizado em curso	277 173	186 864	-	(29 821)	-	434 216
	<u>11 339 121</u>	<u>666 180</u>	<u>(162 096)</u>	<u>-</u>	<u>(514 770)</u>	<u>11 328 435</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>						
Imóveis	(865 116)	(77 927)	3 607	(118)	256 050	(683 504)
Obras em edificios arrendados	(649 356)	(83 404)	176	(1)	(2)	(732 587)
Equipamento						
Mobiliário	(262 676)	(26 409)	13 942	-	8 765	(266 378)
Máquinas	(114 627)	(9 698)	2 814	-	3 380	(118 131)
Equipamento informático	(1 807 824)	(219 724)	39 558	-	17 138	(1 970 852)
Instalações interiores	(539 146)	(62 312)	34 518	119	6 985	(559 836)
Viaturas	(382 538)	(88 195)	55 394	-	59 251	(356 088)
Equipamento de segurança	(269 056)	(13 583)	13 978	-	-	(268 661)
Outros activos tangíveis	(35 604)	(1 003)	1 025	-	13 343	(22 239)
Direito de Uso						
Imóveis	(354 373)	(228 265)	-	-	(88 996)	(671 634)
	<u>(5 280 316)</u>	<u>(810 520)</u>	<u>165 012</u>	<u>-</u>	<u>275 914</u>	<u>(5 649 910)</u>
Valor líquido	<u>6 058 805</u>	<u>(144 340)</u>	<u>2 916</u>	<u>-</u>	<u>(238 856)</u>	<u>5 678 525</u>

Os movimentos da rubrica de Activos tangíveis, durante o ano de 2020, para o Grupo, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2020	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Ajustamentos de perda de Controlo	Saldo em 31 Dezembro 2020
<i>Custo</i>						
Imóveis	4 094 254	137 548	(104 389)	1 185	-	4 128 598
Obras em edificios arrendados	1 119 049	2 286	-	(1 185)	-	1 120 150
Equipamento						
Mobiliário	398 113	3 875	(5 083)	(12)	-	396 893
Máquinas	133 949	27 246	(4 486)	99	-	156 808
Equipamento informático	2 141 289	184 333	(11 631)	81 291	-	2 395 282
Instalações interiores	863 565	16 851	(40 089)	19 206	-	859 533
Viaturas	569 859	55 925	(46 435)	-	-	579 349
Equipamento de segurança	321 644	3 122	(4 601)	-	-	320 165
Outros activos tangíveis	45 203	1 872	(663)	(65)	-	46 347
Direito de Uso -IFRS 16						
Imóveis	982 702	102 779	(26 658)	-	-	1 058 823
Imobilizado em curso	255 247	122 445	-	(100 519)	-	277 173
	<u>10 924 874</u>	<u>658 282</u>	<u>(244 035)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11 339 121</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>						
Imóveis	(765 324)	(76 258)	(5 602)	(766)	(17 166)	(865 116)
Obras em edificios arrendados	(565 196)	(84 928)	-	766	2	(649 356)
Equipamento						
Mobiliário	(238 151)	(29 489)	7 263	75	(2 374)	(262 676)
Máquinas	(112 405)	(6 631)	4 509	(30)	(70)	(114 627)
Equipamento informático	(1 594 429)	(221 337)	9 884	-	(1 942)	(1 807 824)
Instalações interiores	(503 939)	(67 497)	33 029	-	(739)	(539 146)
Viaturas	(331 945)	(83 778)	44 508	-	(11 323)	(382 538)
Equipamento de segurança	(256 628)	(17 030)	4 602	-	-	(269 056)
Outros activos tangíveis	(36 505)	(1 210)	3 521	(45)	(1 365)	(35 604)
Direito de Uso						
Imóveis	(180 702)	(223 542)	7 880	-	41 991	(354 373)
	<u>(4 585 224)</u>	<u>(811 700)</u>	<u>109 594</u>	<u>-</u>	<u>7 014</u>	<u>(5 280 316)</u>
Valor líquido	<u>6 339 650</u>	<u>(153 418)</u>	<u>(134 441)</u>	<u>-</u>	<u>7 014</u>	<u>6 058 805</u>

Os movimentos da rubrica de Activos tangíveis, durante o ano de 2021, para o Banco, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Saldo em 01 Janeiro 2021	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2021
<i>Custo</i>					
Imóveis	3 578 104	64 740	(15 631)	360	3 627 573
Obras em edificios arrendados	1 120 150	7 056	(332)	8 906	1 135 780
Equipamento					
Mobiliário	382 429	3 985	(14 842)	-	371 572
Máquinas	153 164	12 820	(2 721)	-	163 263
Equipamento informático	2 363 532	143 761	(17 906)	-	2 489 387
Instalações interiores	839 843	47 280	(37 300)	248	850 071
Viaturas	504 160	84 511	(58 246)	20 307	550 732
Equipamento de segurança	320 165	6 917	(13 979)	-	313 103
Outros activos tangíveis	27 005	1 371	(1 139)	-	27 237
Direito de Uso -IFRS 16					
Imóveis	1 258 626	106 875	-	-	1 365 501
Imobilizado em curso	277 173	186 864		(29 821)	434 216
	<u>10 824 351</u>	<u>666 180</u>	<u>(162 096)</u>	<u>-</u>	<u>11 328 435</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(609 066)	(77 927)	3 607	(118)	(683 504)
Obras em edificios arrendados	(649 358)	(83 404)	176	(1)	(732 587)
Equipamento					
Mobiliário	(253 911)	(26 409)	13 942	-	(266 378)
Máquinas	(111 247)	(9 698)	2 814	-	(118 131)
Equipamento informático	(1 790 686)	(219 724)	39 558	-	(1 970 852)
Instalações interiores	(532 161)	(62 312)	34 518	119	(559 836)
Viaturas	(323 287)	(88 195)	55 394	-	(356 088)
Equipamento de segurança	(269 056)	(13 583)	13 978	-	(268 661)
Outros activos tangíveis	(22 261)	(1 003)	1 025	-	(22 239)
Direito de Uso					
Imóveis	(443 369)	(228 265)		-	(671 634)
	<u>(5 004 402)</u>	<u>(810 520)</u>	<u>165 012</u>	<u>-</u>	<u>(5 649 910)</u>
Valor líquido	<u>5 819 949</u>	<u>(144 340)</u>	<u>2 916</u>	<u>-</u>	<u>5 678 525</u>

Os movimentos da rubrica de Activos tangíveis, durante o ano de 2020, para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2020	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2020
<i>Custo</i>					
Imóveis	3 451 768	126 805	(1 654)	1 185	3 578 104
Obras em edificios arrendados	1 119 049	2 286	-	(1 185)	1 120 150
<i>Equipamento</i>					
Mobiliário	383 994	3 463	(5 050)	22	382 429
Máquinas	130 413	27 225	(4 474)	-	153 164
Equipamento informático	2 112 023	181 786	(11 568)	81 291	2 363 532
Instalações interiores	856 795	16 851	(40 089)	6 286	839 843
Viaturas	497 823	48 200	(41 863)	-	504 160
Equipamento de segurança	321 644	3 122	(4 601)	-	320 165
Outros activos tangíveis	27 182	453	(630)	-	27 005
<i>Direito de Uso -IFRS 16</i>					
Imóveis	1 177 028	102 779	(21 181)	-	1 258 626
Imobilizado em curso	244 673	120 099	-	(87 599)	277 173
	<u>10 322 392</u>	<u>633 069</u>	<u>(131 110)</u>	<u>-</u>	<u>10 824 351</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Imóveis	(532 042)	(76 258)	-	(766)	(609 066)
Obras em edificios arrendados	(565 196)	(84 928)	-	766	(649 358)
<i>Equipamento</i>					
Mobiliário	(228 978)	(29 489)	4 556	-	(253 911)
Máquinas	(109 085)	(6 631)	4 469	-	(111 247)
Equipamento informático	(1 579 171)	(221 337)	9 822	-	(1 790 686)
Instalações interiores	(497 692)	(67 497)	33 028	-	(532 161)
Viaturas	(279 446)	(83 778)	39 937	-	(323 287)
Equipamento de segurança	(256 628)	(17 030)	4 602	-	(269 056)
Outros activos tangíveis	(21 633)	(1 210)	582	-	(22 261)
<i>Direito de Uso</i>					
Imóveis	(219 827)	(223 542)	-	-	(443 369)
	<u>(4 289 698)</u>	<u>(811 700)</u>	<u>96 996</u>	<u>-</u>	<u>(5 004 402)</u>
Valor líquido	<u>6 032 694</u>	<u>(178 631)</u>	<u>(34 114)</u>	<u>-</u>	<u>5 819 949</u>

27. Goodwill e Activos Intangíveis

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
<i>Activos intangíveis</i>				
'Software'	1 375 195	1 042 201	1 375 195	1 255 241
Investimentos em curso	390 458	492 291	390 458	175 724
	<u>1 765 653</u>	<u>1 534 492</u>	<u>1 765 653</u>	<u>1 430 965</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>				
	<u>(1 046 859)</u>	<u>(947 366)</u>	<u>(1 046 859)</u>	<u>(870 255)</u>
	<u>718 794</u>	<u>587 126</u>	<u>718 794</u>	<u>560 710</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação (Goodwill)</i>				
Seguradora Internacional de Moçambique, S.A	-	122 313	-	-
	<u>718 794</u>	<u>709 439</u>	<u>718 794</u>	<u>560 710</u>

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2021, para o Grupo, são analisados como se segue:

	MZN' 000					
	Saldo em 01 Janeiro 2021	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Ajustamentos de perda de Controlo	Saldo em 31 Dezembro 2021
<i>Custo</i>						
<i>Software</i>	1 042 201	119 954	(36)	-	213 076	1 375 195
Investimentos em curso	492 291	214 770	-	-	(316 603)	390 458
	<u>1 534 492</u>	<u>334 724</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>(103 527)</u>	<u>1 765 653</u>
<i>Goodwill</i>	122 313	-	-	-	(122 313)	-
	<u>1 656 805</u>	<u>334 724</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>(225 840)</u>	<u>1 765 653</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>						
<i>Software</i>	(947 366)	(178 005)	1 401	-	77 111	(1 046 859)
Valor líquido	<u>709 439</u>	<u>156 719</u>	<u>1 365</u>	<u>-</u>	<u>(148 729)</u>	<u>718 794</u>

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2020, para o Grupo, são analisados como se segue:

	MZN' 000					
	Saldo em 01 Janeiro 2020	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Ajustamentos de perda de Controlo	Saldo em 31 Dezembro 2020
<i>Custo</i>						
<i>Software</i>	949 547	92 654	-	-	-	1 042 201
Investimentos em curso	307 200	185 091	-	-	-	492 291
	<u>1 256 747</u>	<u>277 745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 534 492</u>
<i>Goodwill</i>	122 313	-	-	-	-	122 313
	<u>1 379 060</u>	<u>277 745</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 656 805</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>						
<i>Software</i>	(783 627)	(156 734)	-	-	(7 005)	(947 366)
Valor líquido	<u>595 433</u>	<u>121 011</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(7 005)</u>	<u>709 439</u>

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2021, para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2021	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2021
<i>Custo</i>					
<i>Software</i>	1 255 241	119 954	(36)	36	1 375 195
Imobilizado em curso	175 724	214 770	-	(36)	390 458
	<u>1 430 965</u>	<u>334 724</u>	<u>(36)</u>	<u>-</u>	<u>1 765 653</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
<i>Software</i>	(870 255)	(178 005)	1 401	-	(1 046 859)
Valor líquido	<u>560 710</u>	<u>156 719</u>	<u>1 365</u>	<u>-</u>	<u>718 794</u>

Os movimentos da rubrica de *Goodwill* e activos intangíveis, durante o ano de 2020, para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000				
	Saldo em 01 Janeiro 2020	Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	Saldo em 31 Dezembro 2020
<i>Custo</i>					
Software	1 090 160	92 654	-	72 427	1 255 241
Imobilizado em curso	63 059	185 092	-	(72 427)	175 724
	<u>1 153 219</u>	<u>277 746</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1 430 965</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Software	(713 521)	(156 734)	-	-	(870 255)
Valor líquido	<u>439 698</u>	<u>121 012</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>560 710</u>

28. Activos e passivos por impostos correntes

	MZN' 000			
	Grupo 2021		Grupo 2020	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	396 913	-	375 578	-
IRPC a pagar	-	41	-	114 777
	<u>396 913</u>	<u>41</u>	<u>375 578</u>	<u>114 777</u>

	MZN' 000			
	Banco 2021		Banco 2020	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
IRPC a recuperar	396 913	-	375 578	-
IRPC a pagar	-	41	-	54
	<u>396 913</u>	<u>41</u>	<u>375 578</u>	<u>54</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o imposto sobre o rendimento reconhecido na demonstração de resultados foi de 2.080.506 milhares de Meticais, sendo que 234.473 milhares de Meticais foi reconhecido na rubrica 'resultado do exercício de unidades operacionais descontinuadas.

29. Activos e passivos por impostos diferidos

	MZN' 000			
	Grupo 2021		Grupo 2020	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Prejuízos fiscais	955 548	-	1 523 861	-
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1 850
Outros	5 316	-	2 507	-
Impostos diferido activo/passivo	<u>960 864</u>	<u>-</u>	<u>1 526 368</u>	<u>1 850</u>
	<u>960 864</u>		<u>1 524 518</u>	

	MZN' 000			
	Banco 2021		Banco 2020	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Prejuízos fiscais	960 864	-	1 523 861	-
Activos por impostos diferidos	<u>960 864</u>	<u>-</u>	<u>1 523 861</u>	<u>-</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o imposto diferido reconhecido na demonstração de resultados foi de 362.244 milhares de Meticais, sendo que 930.284 milhares de Meticais foi reconhecido na rubrica 'resultado do exercício de unidades operacionais descontinuadas'.

O movimento do exercício da rubrica de impostos diferidos líquidos é o seguinte:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	1 524 518	545 346	1 523 861	574 179
Dotação do exercício	362 244	948 119	(568 040)	948 119
Imposto sobre ganhos da alienação de participações	(930 284)	-	-	-
Outros movimentos	4 386	31 053	5 043	1 563
	960 864	1 524 518	960 864	1 523 861

30. Outros activos

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Devedores	4 743 406	2 822 442	4 743 406	2 772 148
Outros proveitos a receber	149 315	23 476	149 315	100 558
Despesas antecipadas	109 135	63 762	109 135	63 702
Saldos a receber da actividade Seguradora	-	489 845	-	-
Contas Diversas	179 123	154 066	179 123	154 048
Provisões resseguro cedido	-	1 922 176	-	-
	5 180 979	5 475 767	5 180 979	3 090 456
Imparidade para outros activos	(770 889)	(256 285)	(770 889)	(228 234)
	4 410 090	5 219 482	4 410 090	2 862 222

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica devedores incluía para o Grupo e para o Banco os valores de 3.307.267 milhares de Meticais referentes à imóveis recebidos em dação a mais de 3 anos (2020: 1.201.236 milhares de Meticais).

Os movimentos na Imparidade de outros activos, para o Grupo e para o Banco, são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	228 234	250 501	228 234	213 139
Dotação do exercício	117 312	559	117 312	559
Reversão do exercício	(11 846)	(9 333)	(11 846)	(22)
Utilizações	(880)	(21 637)	(880)	(21 637)
Transferências	438 069	34 359	438 069	34 359
Flutuação cambial	-	1 836	-	1 836
Saldo no fim do período	770 889	256 285	770 889	228 234

31. Recursos de outras instituições de crédito

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Recursos do Banco de Moçambique				
Empréstimos a médio longo prazo	182 264	216 306	182 264	216 306
Recursos de outras instituições de crédito no país				
Depósitos a ordem	17 695	18 579	17 695	18 579
Recursos de outras instituições de crédito no estrangeiro				
Depósitos a ordem	27 319	81 934	27 319	81 934
Empréstimos a curto prazo	259 142	21 423	259 142	21 423
Empréstimos a médio longo prazo	-	170 227	-	170 227
	486 420	508 469	486 420	508 469

32. Recursos de Clientes

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos à ordem	65 430 454	68 546 334	65 430 454	68 558 581
Depósitos a prazo	70 298 795	67 778 988	70 298 795	69 214 135
Outros Recursos	2 355 894	2 665 032	2 355 894	3 249 400
	138 085 143	138 990 354	138 085 143	141 022 116

33. Provisões

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Provisões para crédito indirecto	90 809	250 171	90 809	250 171
Provisões para riscos bancários gerais	124 094	134 345	124 094	134 345
Provisões para outros riscos e encargos	535 403	107 956	535 403	107 956
Provisões técnicas da actividade seguradora	-	3 085 214	-	-
	750 306	3 577 686	750 306	492 472

Os movimentos nas Provisões para crédito indirecto, são analisados como se segue:

MZN' 000

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	250 171	133 999	250 171	133 999
Dotação do exercício	35 275	151 332	35 275	151 332
Reversão do exercício	(180 585)	(62 075)	(180 585)	(62 075)
Transferências	-	-	-	-
Diferenças cambiais	(14 052)	26 915	(14 052)	26 915
Saldo no fim do período	90 809	250 171	90 809	250 171

Os movimentos nas Provisões para riscos bancários gerais, são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	134 345	126 842	134 345	126 842
Dotação do exercício	34 551	2 648	34 551	2 648
Reversão do exercício	(8 000)	-	(8 000)	-
Diferenças cambiais	(4 204)	5 005	(4 204)	5 005
Utilizações do exercício	(32 598)	(150)	(32 598)	(150)
Saldo no fim do período	<u>124 094</u>	<u>134 345</u>	<u>124 094</u>	<u>134 345</u>

A provisão para riscos bancários gerais visa cobrir potenciais contingências decorrentes de processos judiciais em curso.

Os movimentos nas Provisões para outros riscos e encargos, são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	107 956	110 668	107 956	110 668
Dotação do exercício	427 447	-	427 447	-
Utilizações do exercício	-	(2 712)	-	(2 712)
Saldo no fim do período	<u>535 403</u>	<u>107 956</u>	<u>535 403</u>	<u>107 956</u>

Os movimentos nas provisões técnicas da actividade seguradora, são analisados como se segue:

	MZN' 000	
	Grupo	
	2021	2020
Saldo em 1 de Janeiro	3 085 214	2 649 846
Dotação do exercício	1 037 420	1 446 552
Reversão do exercício	(46 972)	(120 240)
Utilizações do exercício	(1 735 932)	(1 055 206)
Diferenças cambiais	(130 020)	164 262
Anulação por perda de controlo	(2 209 710)	-
Saldo no fim do período	<u>-</u>	<u>3 085 214</u>

34. Outros passivos

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores	56 296	78 261	56 296	43 339
Credores diversos	298 270	1 441 312	298 270	288 555
Passivos de locação	766 291	745 304	766 291	856 111
IVA a liquidar	31 184	26 374	31 184	21 046
Impostos retidos	105 207	110 459	105 207	101 231
Contribuições para Segurança Social	11 320	10 275	11 320	10 275
Custos a pagar	697 496	542 414	697 496	491 946
Custos pessoal a pagar	821 117	910 668	821 117	828 813
Receitas com proveitos diferidos	150 135	153 214	150 135	153 214
Recursos consignados	22 490	22 490	22 490	22 490
Outras exigibilidades	1 112 265	538 373	1 112 265	713 114
	<u>4 072 071</u>	<u>4 579 144</u>	<u>4 072 071</u>	<u>3 530 134</u>

Em 31 de Dezembro de 2021, a rubrica credores diversos incluía para o Grupo e para o Banco o valor de 766.291 milhares de Meticais referente a passivos de locação reconhecidos no âmbito da IFRS 16 (2020: 745.304 e 856.111 milhares de Meticais).

35. Capital social

O Capital social do Banco no montante de 4.500.000 milhares de Meticais é representado por 45.000.000 acções, de valor nominal de 100 Meticais cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A estrutura accionista a 31 de Dezembro de 2021 apresenta-se como se segue:

	2021	% participação	2020	% participação
	Nº Acções	capital	Nº Acções	capital
BCP África, SGPS	30 008 460	66,69%	30 008 460	66,69%
Estado de Moçambique	7 704 747	17,12%	7 704 747	17,12%
INSS - Instituto Nacional de Segurança Social	2 227 809	4,95%	2 227 809	4,95%
EMOSE - Empresa Moçambicana de Seguros, SARL	1 866 309	4,15%	1 866 309	4,15%
FDC - Fundação para Desenvolvimento da Comunidade	487 860	1,08%	487 860	1,08%
Gestores, Técnicos e Trabalhadores (GTTs)	2 704 815	6,01%	2 704 815	6,01%
	45 000 000	100,00%	45 000 000	100,00%

36. Reservas e resultados acumulados

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Reserva legal	4 529 645	4 529 645	4 529 645	4 529 645
Outras reservas e resultados acumulados	24 266 690	22 966 068	21 400 248	20 229 561
Resultado do exercício	7 447 730	5 302 470	9 853 467	5 124 899
	36 244 065	32 798 183	35 783 360	29 884 105

Nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, Lei n.º 20/20 - Instituições de Crédito, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal em pelo menos 15% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente, esta reserva, ser distribuída. No presente exercício, a semelhança de 2020, o Banco não afectou à reserva legal nenhum valor uma vez que atingiu o valor do seu capital social.

37. Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de Março de 2022, o Conselho de Administração decidiu pela distribuição de 75% dos Resultados líquidos apurados em 31 de Dezembro de 2021, no montante de 7.390.099 milhares de Meticais (2021: 3.843.674 milhares de Meticais).

38. Garantias e outros compromissos

Os valores extrapatrimoniais são analisados como se segue:

	MZN' 000			
	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Garantias prestadas				
Garantias pessoais	13 126 159	16 533 224	13 126 159	16 533 224
Garantias reais	901 261	1 365 439	901 261	1 365 439
Garantias e avais recebidos				
Garantias pessoais	277 053 680	293 129 251	277 053 680	293 129 251
Garantias reais	58 266 043	80 667 063	58 266 043	80 667 063
Compromissos perante terceiros	8 810 188	8 596 453	8 810 188	8 596 453
Operações cambiais à vista :				
Compras	1 109 657	383 006	1 109 657	383 006
Vendas	1 067 528	372 774	1 067 528	372 774
Operações cambiais a prazo :				
Compras	2 997 000	-	2 997 000	-
Vendas	2 886 370	-	2 886 370	-

39. Partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro, os rendimentos e os custos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium bcp) e associada - Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados

	MZN' 000			MZN' 000		
	2021			2020		
	Proveitos			Proveitos		
	Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração	Juros e proveitos equiparados	Resultados Serviços e Comissões	Outros Resultados de exploração
Banco Comercial Português S.A	3 018	-	-	8 302	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	-	55 592	85 090	0	50 152	75 084
	3 018	55 592	85 090	8 302	50 152	75 084

	MZN' 000				MZN' 000			
	2021				2020			
	Custos				Custos			
	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos	Juros e custos equiparados	Resultados de Serviços e Comissões	Custos com Pessoal	Outros Gastos administrativos
Banco Comercial Português S.A	2 313	-	-	835 468	-	-	-	760 306
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	-	-	-	-	-	-	-
Millennium BCP Africa SGPS	-	-	-	-	-	-	-	-
Seguradora Internacional de Moçambique,SA	150 187	-	20 294	111 368	402 264	-	260 884	137 950
	152 500	-	20 294	946 837	402 264	-	260 884	898 257

À data de 31 de Dezembro, os débitos e os créditos, detidos pelo Banco decorrentes das transacções do Grupo com partes relacionadas (Grupo Millennium BCP) e sua associada - Seguradora Internacional de Moçambique, SA, estão assim representados:

	MZN' 000			MZN' 000		
	2021			2020		
	Activos			Activos		
Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	Disponibilidades de IC's	Aplicações de IC's	Outros Activos	
Banco Comercial Português S.A	1 163 959	8 940	-	1 362 931	10 490	-
Seguradora Intemacional de Moçambique,SA	-	-	115 057	-	-	83 178
	1 163 959	8 940	115 057	1 362 931	10 490	83 178

	MZN' 000			MZN' 000		
	2021			2020		
	Passivos			Passivos		
Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	Débitos de IC's	Depósitos de Clientes	Outros passivos	
Banco Comercial Português S.A	13 551	-	330 659	17 258	-	172 052
Millennium BCP Partic SGPS LDA	-	38 523	-	-	38 527	-
Millennium BCP Africa SGPS	102	-	-	627	-	-
Seguradora Intemacional de Moçambique,SA	-	273 207	-	-	2 031 762	-
	13 653	311 730	330 659	17 885	2 070 288	172 052

Em relação aos Órgãos de Administração e seus familiares directos o crédito registado à data de 31 de Dezembro de 2020 ascendia a 10.696 milhares de Meticais (31 de Dezembro 2020: 24.615 milhares de Meticais). Estes créditos foram concedidos de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Relativamente aos Depósitos à data de 31 de Dezembro de 2021 ascendia a 511.880 milhares de Meticais (31 de Dezembro 2020: 391.315 milhares de Meticais).

40. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, a linha Caixa e equivalentes de caixa, é assim composta:

	Grupo		Banco	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades em caixa	5 090 781	5 632 240	5 090 781	5 632 240
Disponibilidades em Instituições de crédito no país	110 589	114 669	110 589	107 039
Disponibilidades em Instituições de crédito no estrangeiro	7 855 474	2 766 581	7 855 474	2 766 581
	13 056 844	8 513 490	13 056 844	8 505 860

41. Contratos de locação

À data de 31 de Dezembro de 2021, os contractos de locação estavam contabilizados como se segue:

	000MZN	
	2021	
	Grupo	Banco
Locações		
Amortizações do exercício para activos por direito de uso	181 551	228 265
Custos de juros dos passivos de locação	90 061	90 061
Quantia escriturada dos activos sob direito de uso	1 365 501	1 365 501
Quantia escriturada dos passivos de locação	766 291	766 291
Maturidade dos Passivos de locação		
Até 1 ano	33 963	33 963
De 1 a 5 anos	151 684	151 684
Mais de 5 anos	580 644	580 644

Os contratos de locações incluem somente imóveis.

O Grupo e o Banco actua como locador em alguns imóveis recebidos em dação, estes proveitos estão registados como rendimentos de imóveis na rubrica outros resultados de exploração (nota 9).

À data de 31 de Dezembro de 2020, os contractos de locação estavam contabilizados como se segue:

	000MZN	
	2020	
	Grupo	Banco
Locações		
Amortizações do exercício para activos por direito de uso	181 551	223 542
Custos de juros dos passivos de locação	80 456	101 017
Quantia escriturada dos activos sob direito de uso	1 258 626	1 258 626
Quantia escriturada dos passivos de locação	745 304	856 111
Maturidade dos Passivos de locação		
Até 1 ano	30 086	30 086
De 1 a 5 anos	162 761	162 761
Mais de 5 anos	552 457	663 264

Os contratos de locações incluem somente imóveis.

O Grupo e o Banco actua como locador em alguns imóveis recebidos em dação, estes proveitos estão registados como rendimentos de imóveis na rubrica outros resultados de exploração (nota 9).

42. Justo valor

O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, como acontece em muitos dos produtos colocados junto de Clientes, o justo valor deve ser estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa.

De seguida, são apresentados os principais métodos e pressupostos usados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros:

Créditos a Clientes

Créditos a Clientes sem maturidade definida

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições desta carteira são semelhantes às praticadas à data de reporte, pelo que o seu valor de balanço é considerado uma razoável estimativa do seu justo valor.

Créditos a Clientes com maturidade definida

O justo valor destes instrumentos financeiros é calculado com base na atualização dos fluxos de caixa de capital e juros esperados no futuro para os referidos instrumentos. Considera-se que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Para os créditos com sinais de imparidade, o valor líquido de imparidade destas operações é considerado como uma estimativa razoável do seu justo valor, considerando a avaliação económica que é realizada no apuramento desta imparidade.

A taxa de desconto utilizada é a indexante do mercado monetário (PLR, EURIBOR e SOFR) de acordo com a indexante de cada instrumento.

Activos financeiros ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia de Justo valor com 3 níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

- Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe
- Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads, etc.) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro;
- Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos *inputs* utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

Os activos financeiros ao custo amortizado, por níveis de valorização, para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2021 são:

- Nível 1 - Obrigações e outros títulos de rendimento fixo - Obrigações e Bilhetes do Tesouro do Estado Moçambicano;

- Nível 3 - Acções e outros títulos de rendimento variável.

Depósitos de Clientes

Atendendo ao curto prazo deste tipo de instrumentos, as condições da carteira actual deste tipo de instrumentos são semelhantes às actualmente praticadas, pelo que o seu valor de balanço é uma razoável estimativa do seu justo valor.

Os activos financeiros ao justo valor, para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2021 são:

- Nível 2 - Obrigações e Bilhetes do Tesouro do Estado Moçambicano;

Aquando da revisão do modelo de negócio, parte da carteira de activos financeiros do grupo foi classificada como Held to Collect and Sell (“HTC&S”). O objectivo dos activos financeiros detidos no âmbito deste modelo de negócio é alcançado quer pela recolha dos fluxos de caixa contratuais (capital e juro) quer pela venda desses activos financeiros quando surjam oportunidades de mercado o que tipicamente irá envolver uma maior frequência e montante de vendas quando comparado com o modelo HTC.

Para estes activos o Banco considera que o valor dos activos será maioritariamente recuperado através da recolha dos fluxos de caixa contratuais. Contudo o Banco considera a possibilidade de venda de alguns títulos deste portfólio em função das condições de mercado ou outras decisões estratégicas.

O método de avaliação do Justo valor considerado pelo Banco é o mark-to model, que pressupõe o uso de premissas internas ou modelos financeiros devido à inexistência de um mercado regular que forneça preços precisos, ou as avaliações dependem de um conjunto de variáveis de referência e prazos nos quais as suposições de especialistas devem ser usadas para atribuir valor a um instrumento financeiro.

O modelo de avaliação a nível do Bim é suportado pela técnica income approach, que se baseia na conversão de valores futuros (fluxos de caixa descontados ou receitas e despesas) em valor actual, alavancando as expectativas actuais sobre os referidos valores futuros através de uma yield curve.

	Custo Amortizado	Categoria de Justo Valor			Valor do Balanço	Justo Valor
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		
Activos ao Justo Valor						
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados						
Títulos de dívida emitidos pelo Estado	-	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	42 629 597	-	-	-
	-	-	42 629 597	-	-	-
Outros ativos financeiros detidos para negociação ao justo valor através de resultados						
Títulos de dívida emitidos pelo Estado	-	-	-	-	-	-
Outros títulos	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral						
Títulos de dívida emitidos pelo Estado	-	-	4 359 808	-	4 359 808	4 359 808
Outros títulos	-	-	98 652	-	98 652	98 652
	-	-	4 458 460	-	4 458 460	4 458 460
Total dos Activos Financeiros ao Justo Valor	-	-	47 088 057	-	4 458 460	4 458 460
Activos para os quais o justo valor é divulgado						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24 299 257	-	-	-	24 299 257	24 299 257
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	-	-	-	7 966 063	7 966 063
Aplicações em instituições de crédito	18 896 399	-	-	-	18 896 399	18 896 399
Créditos a clientes	41 830 171	-	-	-	41 830 171	46 745 990
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	72 531 792	-	-	-	72 531 792	72 531 792
Activos não correntes detidos para venda	2 503 568	-	-	-	2 503 568	2 503 568
	168 027 250	-	-	-	168 027 250	172 943 069
Total Activos Financeiros	168 027 250	-	47 088 057	-	172 485 710	177 401 529

Tendo em conta que os passivos financeiros são constituídos por rubricas (depósitos em Bancos Centrais, Instituições Financeiras e depósitos de Clientes) que vencem no curto prazo, não foi calculado o Justo valor, pelo facto de o valor do custo amortizado ser aproximado.

À data, o Banco apenas dispõe de activos ao Justo valor de nível 2, que não sofreram ao longo do ano qualquer transferência nos diferentes níveis de valorização. A seguir, é apresentada uma comparação dos valores contabilísticos e o Justo Valor dos instrumentos financeiros do Banco à data.

	2021		2020	
	Valor Contabilístico	Justo Valor	Valor Contabilístico	Justo Valor
Activos Financeiros				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24 299 257	24 299 257	25 774 111	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	7 966 063	2 881 250	2 881 250
Aplicações em instituições de crédito	18 896 399	18 896 399	38 578 594	38 578 594
Créditos a clientes	41 830 171	42 629 597	44 506 254	46 745 990
Outros ativos financeiros ao custo amortizado	72 531 792	72 531 792	51 795 196	51 795 196
Activos não correntes detidos para venda	2 503 568	2 503 568	2 170 584	2 170 584
Títulos de dívida emitidos	4 565 105	4 359 808	5 415 996	5 284 366
Total de Activos Financeiros	172 592 355	173 186 484	171 121 985	173 230 091

43. Outros benefícios a empregados

O Grupo contribui para o plano de benefícios pós-emprego:

Os Colaboradores no activo admitidos até 31 de Dezembro de 2011, têm direito a uma pensão remida no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o Colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) ou caso a Comissão Executiva assim o decida.

O Grupo determinou que, de acordo com os termos e as condições do plano de benefícios de reforma, e de acordo com o normativo local, o valor presente dos reembolsos ou reduções das futuras contribuições não é inferior ao total do justo valor do plano de activos deduzidos do valor presente das obrigações.

O montante de contribuição normal para o Fundo de pensões a ser efectuada pelo Banco durante o próximo período anual é de 56.366.878,10 MZN.

Plano de Benefícios Fundo de Pensões Fechado BIM SIM

O plano de pensões do fundo é de benefício definido complementar à Segurança Social, a regulamentação está em conformidade com o acordo de empresa, com os seguintes benefícios:

- A) CAPITAL GARANTIDO (PENSÃO REMIDA) DE REFORMA POR VELHICE

A Pensão Remida será atribuída aos colaboradores admitidos até 31 de Dezembro de 2011 no momento em que atinjam os 60 anos, no caso dos homens e 55 no caso das mulheres, sendo condição obrigatória que o colaborador já esteja a beneficiar de pensão de velhice atribuída pelo INSS ou caso a Comissão Executiva assim o decidir.

- B) CAPITAL GARANTIDO (PENSÃO REMIDA) DE REFORMA POR INVALIDEZ TOTAL E PERMANENTE

A Pensão Remida será atribuída aos colaboradores admitidos até 31 de Dezembro de 2011 desde que cessem funções no BIM por motivo de Invalidez Total e Permanente e que esta seja reconhecida pela Comissão Executiva do banco.

- C) COMPLEMENTO DE REFORMA DE SOBREVIVÊNCIA

É obrigatória a indicação dos beneficiários em caso de morte através de impresso próprio para o efeito, caso não exista indicação de beneficiário(s), não será atribuído qualquer capital. Os colaboradores admitidos a partir de 31 de Dezembro de 2011 não beneficiam deste benefício.

Adicionalmente existem responsabilidades com reformas e pensionistas associados a complementos de reforma atribuídos através de rendas de colaboradores que transitaram das instituições adquiridas pelo Grupo em 2000. O benefício da renda é reversível em 50% independentemente do número de beneficiários.

O financiamento dos benefícios em vigor é da responsabilidade dos associados.

O fundo de pensões constitui um plano de benefícios definido, com duração ilimitada, cujo património está exclusivamente afecto ao pagamento das pensões estabelecidas no presente Regulamento.

Os benefícios do presente plano estão previamente definidos e só serão atribuídos aos participantes no âmbito do presente contrato, sendo o fundo de pensões exclusivamente financiado por contribuições dos associados.

Por este plano de benefícios os Associados financiam uma Pensão Remida que garante aos seus colaboradores através de um Complemento de Reforma.

O Fundo de Pensões Fechado BIM SIM foi constituído e é gerido de acordo com o Decreto Lei nº 25/2009 de 17 de Agosto.

A política de investimento procura garantir que os activos sob gestão limitem o risco maximizando a sua rentabilidade e, garantindo que os activos são suficientes para a cobertura das responsabilidades assumidas pelo Fundo, e ainda salvaguardando:

- O adequado grau de liquidez para cumprir com o pagamento de pensões e capitais de remição de pensões;
- Limitação e mitigação de riscos financeiros;
- Diversidade e dispersão prudencial de activos com vista a evitar acumulação e uma excessiva concentração.

À data de 31 de Dezembro o número de participantes do Fundo de Pensões Fechado BIM SIM é como se segue:

	2021	2020
Número de participantes		
Activos	1 203	1 377
Reformados e pensionistas	462	479
	1 665	1 856

De acordo com a política descrita na nota 2.n), as responsabilidades do Banco por pensões de reforma e outros benefícios e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro, são analisadas como se segue:

	MZN' 000	
	2021	2020
Responsabilidades por benefícios projetados		
Reformados e Pensionistas	(766 085)	(798 149)
Pessoal no activo	(1 327 256)	(1 413 649)
	(2 093 341)	(2 211 798)
Valor dos activos	2 042 998	2 186 845
Activos Líquidos	(50 343)	(24 953)

À data de 31 de Dezembro de 2021 a evolução das responsabilidades do justo valor dos activos do plano é como se segue:

Colaboradores no Activo

	Variação anual das responsabilidades				Reconhecimento ganhos/(perdas) em reservas						31 Dezembro 2021	
	1 Janeiro 2021	Custo do serviço		Subtotal incluídos no ganhos e perdas	Retorno dos activos do plano (excluindo o custo dos juros)	Desvios actuariais ganhos/(perdas) - Alterações Demográficas	Desvios actuariais ganhos/(perdas) - imputadas a pressupostos financeiros	Ajustament os (outros)	Subtotal reconhecido em capitais próprios	Contribuições		
		corrente	Custo dos juros									Benefícios pagos pelo fundo
Responsabilidades do benefício definido	(1 326 633)	(59 412)	(107 869)	(167 281)	174 593	-	177	(8 107)	-	(7 930)	102 470	(1 327 256)
Justo valor dos activos do plano no início do exercício	1 271 217	-	103 158	103 158	(174 593)	(36 018)	(177)	-	-	(36 195)	102 470	1 266 056
Situação do Fundo	(55 422)			(64 122)	-	(36 018)	-	(8 107)	-	(44 125)	102 470	(61 199)

Pensões de velhice e sobrevivência (colaboradores ex-BCM)

MZN' 000

	Variação anual das responsabilidades				Reconhecimento ganhos/(perdas) em reservas							31 Dezembro 2021
	1 Janeiro 2021	Custo do serviço corrente	Custo dos juros	Subtotal incluídos no ganhos e perdas	Benefícios pagos pelo fundo	Retorno dos activos do plano (excluindo o custo dos juros)	Desvios actuariais ganhos/(perdas) - Alterações Demográficas	Desvios actuariais ganhos/(perdas) - imputadas a pressupostos financeiros	Ajustamentos (outros)	Subtotal reconhecido em capitais próprios	Contribuições	
Responsabilidades do benefício definido	(798 149)	-	(64 323)	(64 323)	82 808	-	13 579	-	-	13 579	-	(766 085)
Justo valor dos activos do plano no início do exercício	815 588	-	65 806	65 806	(82 808)	(21 644)	-	-	-	(21 644)	-	776 941
Situação do Fundo	17 439			1 482	-	(21 644)	13 579	-	-	(8 065)	-	10 857

À data de 31 de Dezembro de 2020 a evolução das responsabilidades do justo valor dos activos do plano é como se segue:

MZN' 000

	Variação anual das responsabilidades				Reconhecimento ganhos/(perdas) em reservas							31 Dezembro 2020
	1 Janeiro 2020	Custo do serviço corrente	Custo dos juros	Subtotal incluídos no ganhos e perdas	Benefícios pagos pelo fundo	Retorno dos activos do plano (excluindo o custo dos juros)	Desvios actuariais ganhos/(perdas) - Alterações Demográficas	Desvios actuariais ganhos/(perdas) - imputadas a pressupostos financeiros	Ajustamentos (outros)	Subtotal reconhecido em capitais próprios	Contribuições	
Responsabilidades do benefício definido	(2 146 145)	(60 718)	(176 866)	(237 584)	191 462	-	27 639	(47 171)	-	(19 532)	-	(2 211 798)
Justo valor dos activos do plano no início do exercício	2 065 502	-	170 011	170 011	(191 462)	(15 576)	-	-	-	(15 576)	158 371	2 186 845
Situação do Fundo	(80 643)			(67 573)	-	(15 576)	27 639	(47 171)	-	(35 108)	158 371	(24 953)

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto na IAS 19 é a seguinte:

MZN' 000

2021	
Impacto das Responsabilidade dos Activos	
Taxa de Desconto	
Aumento 0,5%	(72 296)
Diminuição 0,5%	77 078
Crescimento futuro dos salários	
Aumento 0,5%	108 748
Diminuição 0,5%	(100 038)
Esperança média de vida	
Aumento em 1 ano	29 853
Diminuição em 1 ano	(30 643)

A evolução do valor dos activos do Plano de Benefícios do Banco pode ser analisada como se segue:

	MZN' 000	
	2021	2020
Saldo a 01 de Janeiro	2 086 805	1 976 499
Ganhos/(perdas) financeiros	(57 662)	(14 024)
Transformações Técnicas associadas a Rotações	(177)	(320)
Contribuições do Millennium bim	102 470	154 020
Benefícios pagos pelo Fundo	(257 402)	(191 623)
Rendimento esperado	168 964	162 254
Saldo a 31 de Dezembro	2 042 998	2 086 805

Os elementos que constituem o valor da carteira de activos

	2021	2020
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	58,62%	62,48%
Imóveis	33,35%	34,74%
Outros activos	8,03%	2,77%
	100%	100%

Pressupostos actuariais para cálculo das responsabilidades:

	2021	2020
<i>Idade normal de reforma:</i>		
Homens	60	60
Mulheres	55	55
Crescimento salarial	4,50%	4,50%
Crescimento das pensões	2,50%	2,50%
Taxa de rendimento do fundo	8,50%	8,50%
Taxa de desconto	8,50%	8,50%
Tábua de mortalidade	SA 85/90	SA 85/90

A 31 de Dezembro de 2021, a duração média ponderada do plano de benefícios de reforma é de 15 anos. (2020: 15 anos)

Outros Benefícios de longo prazo - prémio de antiguidade

O prémio de antiguidade é atribuído aos colaboradores do Grupo e do Banco em função dos anos de serviço prestados sendo pagos um, dois e três salários quando atingidos quinze, vinte e trinta anos de serviço, respectivamente.

O valor actual dos prémios de antiguidade é mensualizado em cada exercício, sendo a provisão reconhecida no Balanço por contrapartida de custos com o Pessoal, o qual inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos juros e os ganhos/perdas actuariais.

44. Gestão de risco

Conforme referido no relatório de gestão, o Grupo e o Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A sua política de gestão de risco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio. Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Grupo e do Banco.

Principais Tipos de Risco

Crédito - O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador do empréstimo (e do seu garante, se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato, em cumprir com as suas obrigações enquanto mutuário do Grupo e do Banco.

Mercado - O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre esses instrumentos, quer as volatilidades dos respectivos preços.

Liquidez - O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores de mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional - O risco operacional é definido como sendo a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Risco de Crédito

A concessão de crédito baseia-se na prévia classificação de risco dos Clientes e na avaliação rigorosa do nível de protecção proporcionado pelos colaterais subjacentes. Com este intuito é aplicado um modelo de scoring e rating, que permite identificar uma probabilidade de incumprimento esperada, permitindo uma maior capacidade discriminante na avaliação dos Clientes e uma melhor hierarquização do risco associado. Durante a fase de acompanhamento deste risco, o Grupo e Banco têm implementado o modelo de cálculo de imparidade

À data de referência, a carteira do Grupo e Banco era caracterizada da seguinte forma:

Data de referência
31 de Dezembro de 2021

(000) Milhares

	Patrimonial	Imp Créd Directo	Exposure At Default
Crédito Consumo	6 353 149	280 114	6 353 381
Crédito Habitação	774 521	48 593	775 937
Empresas	17 752 167	2 974 480	18 498 901
Empresas - DDA	353 735	100 730	1 049 617
Leasing & ALD	18 143 028	234 511	18 143 140
Particulares	2 221 262	136 739	2 221 321
Particulares - DDA	39 831	32 355	42 234

Total	45 637 693	3 807 522	47 084 531
--------------	-------------------	------------------	-------------------

Data de referência
31 de Dezembro de 2020

(000) Milhares

	Patrimonial	Imp Créd Directo	Exposure At Default
Crédito Consumo	5 539 700	318 983	5 541 430
Crédito Habitação	775 230	43 017	775 967
Empresas	21 270 689	2 606 466	22 361 718
Empresas - DDA	226 957	31 883	427 376
Leasing & ALD	18 287 776	273 020	18 288 359
Particulares	1 881 689	221 038	1 881 815
Particulares - DDA	71 138	52 518	71 604
Total	48 053 179	3 546 925	49 348 269

Notas: A exposição bruta considera limites não utilizados, garantias prestadas e crédito documentário sem aplicação do Credit Conversion Factor.

A variação negativa registada no total de Exposure At Default (EAD) é justificada pela política mais restritiva de concessão crédito adoptada pelo Grupo e Banco, em virtude do contexto macroeconómico, conjugado com o pagamento antecipado de operações de crédito, write-offs realizado (de acordo com a regulamentação em vigor) e recebimentos em dação.

A avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respectivas perdas incorridas têm em conta as seguintes notas metodológicas:

Colaterais e Garantias

Na avaliação do risco de uma operação ou conjunto de operações são levados em consideração os elementos de mitigação do risco de crédito a elas associados, de acordo com regras e procedimentos internos que cumprem os requisitos definidos na regulamentação em vigor.

Os colaterais e as garantias relevantes podem ser agrupados nas seguintes categorias:

- Colaterais financeiros, colaterais imobiliários ou outros colaterais;
- Garantias soberanas.

Relativamente à avaliação de imóveis, os procedimentos subdividem-se em três grandes grupos, sendo o primeiro respeitante à verificação subsequente do valor do bem imóvel pela instituição, o segundo sobre a revisão da avaliação do valor do bem imóvel por um avaliador oficial e independente e, o último, sobre à reavaliação das garantias associadas ao crédito vencido.

Relativamente à verificação subsequente do valor do bem imóvel pela instituição devem respeitar-se os seguintes procedimentos de carácter prudencial:

- Verificar, de forma frequente, pelo menos, uma vez de três em três anos, o valor dos bens imóveis dados em garantia;
- Efectuar verificações mais frequentes, no caso de as condições de mercado estarem sujeitas a alterações significativas;
- Documentar, de forma clara e rigorosa, a verificação do valor do bem imóvel, nomeadamente com a descrição dos critérios e da periodicidade de revisão;

- Recorrer, para efeitos da verificação do valor do bem imóvel, a índices ou métodos estatísticos reconhecidos e que considere adequados, fundamentando a sua utilização.
- Relativamente à revisão da avaliação do valor do bem imóvel por um avaliador oficial e independente deve-se:
- Assegurar a revisão das avaliações dos bens imóveis hipotecados a favor do Grupo e Banco, por um avaliador oficial, sempre que as informações disponíveis indiquem que possa ter ocorrido uma diminuição substancial do valor do bem imóvel ou que este valor possa ter diminuído materialmente em relação aos preços gerais do mercado;
- Garantir que relativamente a empréstimos que excedam 5% dos fundos próprios da instituição ou quando o valor do bem hipotecado exceda 30.000.000 Meticais, a avaliação do bem imóvel é revista por um avaliador oficial e independente, pelo menos, de três em três anos.

Relativamente à reavaliação das garantias associadas ao crédito vencido respeitam-se os seguintes procedimentos de carácter prudencial:

- Assegurar a reavaliação da garantia hipotecária, por um avaliador independente, no período de 90 dias após o primeiro incumprimento, se tiverem decorrido mais de 720 dias desde a última reavaliação, e;
- Garantir a reavaliação de garantias não hipotecárias associadas a créditos vencidos, pelo mutuante, no período de 90 dias após o primeiro incumprimento, se tiverem decorrido mais de 180 dias desde a última avaliação. Deve igualmente assegurar que as avaliações posteriores ocorram com uma periodicidade semestral.

Imparidade

O processo de cálculo da imparidade de crédito a 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 integra os princípios gerais definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 9.

Os instrumentos financeiros sujeitos aos requisitos de imparidade previstos na IFRS 9 registados no crédito a Clientes analisados por stage, encontram-se detalhados nos quadros seguintes:

1. Crédito a Clientes

Data de referência
31 de Dezembro de 2021

(000) Milhares

Análise	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo
Colectiva	10 074 873	119 745	643 911	105 034	840 722	479 302	11 559 505	704 081
Individual	3 283 798	32 554	24 403 387	209 488	6 391 003	2 861 399	34 078 188	3 103 441
Total	13 358 671	152 299	25 047 298	314 522	7 231 725	3 340 702	45 637 693	3 807 522

Data de referência
31 de Dezembro de 2020

(000) Milhares

Análise	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo
Colectiva	8 453 997	109 851	748 312	112 824	944 263	580 635	10 146 572	803 310
Individual	4 247 776	73 127	26 525 652	314 752	7 133 180	2 355 736	37 906 608	2 743 615
Total	12 701 773	182 978	27 273 964	427 575	8 077 442	2 936 371	48 053 179	3 546 925

2. Títulos

Data de referência
31 de Dezembro de 2021

(000) Milhares

Descrição	Contabilização	Stage 1	
		Exposição	Imparidade
Bilhetes de Tesouro	Custo amortizado	45 917 629	0
Obrigações de Tesouro		29 511 065	178 428
Bilhetes de Tesouro	Justo valor	3 888 109	0
Obrigações de Tesouro		709 494	4 725
Total		80 026 297	183 153

Data de referência
31 de Dezembro de 2020

(000) Milhares

Descrição	Contabilização	Stage 1	
		Exposição	Imparidade
Bilhetes de Tesouro	Custo amortizado	20 498 612	19 568
Obrigações de Tesouro		25 301 294	28 563
Bilhetes de Tesouro	Justo valor	4 739 000	4 524
Obrigações de Tesouro		5 318 007	667
Total		55 856 913	53 322

Os créditos a Clientes ao custo amortizado, garantias e outros compromissos, analisados por produto e stage, são os seguintes:

Data de referência
31 de Dezembro de 2021

(000) Milhares

Produtos	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo
Crédito Consumo	6 007 252	76 357	123 822	33 963	222 075	169 795	6 353 149	280 114
Crédito Habitação	664 412	1 145	16 127	1 022	93 982	46 425	774 521	48 593
Empresas	4 135 882	43 650	8 321 083	146 210	5 295 202	2 784 620	17 752 167	2 974 480
Empresas - DDA	164 000	1 831	63 036	7 008	126 699	91 890	353 735	100 730
Leasing & ALD	479 713	8 024	16 335 184	93 364	1 328 131	133 123	18 143 028	234 511
Particulares	1 905 673	21 277	184 969	31 046	130 621	84 416	2 221 262	136 739
Particulares - DDA	1 740	14	3 077	1 909	35 015	30 433	39 832	32 356
Total	13 358 671	152 299	25 047 298	314 522	7 231 725	3 340 702	45 637 693	3 807 522

Data de referência
31 de Dezembro de 2020

(000) Milhares

Produtos	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Directo	Créd Directo	Imp Créd Dir	Créd Directo	Imp Créd Directo
Crédito Consumo	5 099 497	71 565	198 016	39 214	242 186	208 204	5 539 700	318 983
Crédito Habitação	658 152	1 435	18 926	1 915	98 153	39 668	775 230	43 017
Empresas	4 853 095	76 994	10 536 854	178 585	5 880 739	2 350 887	21 270 689	2 606 466
Empresas - DDA	124 961	1 173	23 214	4 012	78 781	26 698	226 957	31 883
Leasing & ALD	470 320	10 512	16 304 558	168 486	1 512 897	94 022	18 287 776	273 020
Particulares	1 493 194	21 278	180 470	33 148	208 026	166 611	1 881 689	221 038
Particulares - DDA	2 553	22	11 925	2 215	56 661	50 281	71 139	52 518
Total	12 701 773	182 978	27 273 964	427 575	8 077 442	2 936 371	48 053 179	3 546 925

Os créditos a Clientes ao custo amortizado, garantias e outros compromissos, analisados por sector de actividade e stage, são os seguintes:

Data de referência
31 de Dezembro de 2021

(000) Milhares

Sector de actividade	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo
AGRICULTURA e SIVICULTURA	736 722	6 303	369 952	1 631	148 386	14 975	1 255 061	22 908
ALIMENTAÇÃO BEBIDAS E TABACO	614 487	13 410	660 708	1 789	23 113	9 662	1 298 308	24 861
COMÉRCIO	682 447	3 735	3 089 652	52 549	804 047	464 307	4 576 146	520 590
CONSTRUÇÃO	46 957	445	74 875	4 558	531 410	336 769	653 242	341 772
CONSUMO	8 367 198	104 384	629 724	81 773	818 847	474 102	9 815 769	660 258
ELECTRICIDADE AGUA E GAS	86 935	1 804	346	36	27 402	27 402	114 683	29 241
ESTADO	4 804	38	16 405 211	95 782	0	0	16 410 015	95 820
EXTRACTIVA	94	3	667 454	5 848	2 250	2 177	669 798	8 028
HABITAÇÃO	693 042	1 352	24 354	1 798	101 392	50 264	818 788	53 414
MÁQUINAS, EQUIP e METALÚRGICAS	81 594	649	85 373	1 241	1 713 249	157 059	1 880 215	158 949
OUTRAS ACTIVIDADES	500 070	6 471	38 169	8 153	538 504	371 775	1 076 742	386 400
PAPEL_ARTES_GRAFICAS	18 822	280	4 296	439	5 750	988	28 868	1 707
QUÍMICA	2 984	9	92 666	118	2 170 197	1 306 603	2 265 846	1 306 730
RESTAURANTE E HOTEIS	53 498	480	87 197	3 429	173 735	36 499	314 431	40 408
SERVIÇOS	1 308 815	9 444	615 975	13 313	146 681	77 846	2 071 470	100 603
TEXTEIS	0	0	4 114	1 150	0	0	4 114	1 150
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	160 202	3 492	2 197 232	40 917	26 762	10 274	2 384 197	54 683
Total	13 358 671	152 299	25 047 298	314 522	7 231 725	3 340 702	45 637 693	3 807 522

Data de referência
31 de Dezembro de 2020

(000) Milhares

Sector de actividade	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo	Crédito Directo	Imp. Crédito Directo
AGRICULTURA e SIVICULTURA	502 381	7 216	625 968	8 338	324 539	15 713	1 452 888	31 267
ALIMENTAÇÃO, BEBIDAS E TABACO	1 012 959	18 735	256 044	6 724	0	0	1 269 003	25 459
COMÉRCIO	540 386	4 229	4 470 802	59 660	913 039	369 434	5 924 227	433 323
CONSTRUÇÃO	152 653	2 914	206 447	37 374	402 497	249 770	761 597	290 058
CONSUMO	7 012 331	98 402	515 095	83 260	918 815	577 357	8 446 240	759 018
ELECTRICIDADE AGUA E GAS	19 324	262	26 325	546	3 043	2 071	48 691	2 879
ESTADO	4 866	32	16 334 116	171 217	0	0	16 338 982	171 249
EXTRACTIVA	238	5	752 418	1 123	31 147	5 019	783 803	6 147
HABITAÇÃO	698 997	1 819	35 137	4 574	99 445	40 371	833 579	46 763
MÁQUINAS, EQUIP e METALÚRGICAS	121 511	292	12 751	1 188	1 950 793	102 704	2 085 055	104 185
OUTRAS ACTIVIDADES	279 112	2 167	32 257	5 971	581 711	405 820	893 080	413 958
PAPEL_ARTES_GRAFICAS	13 893	164	1 845	328	10 320	544	26 058	1 036
QUÍMICA	61 853	27	309 228	3 335	1 891 254	764 791	2 262 334	768 152
RESTAURANTE E HOTEIS	51 606	399	181 539	4 511	776 290	340 007	1 009 436	344 917
SERVIÇOS	1 035 933	4 905	1 789 400	28 175	131 681	49 106	2 957 013	82 186
TEXTEIS	4 287	85	31	30	0	0	4 318	115
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	1 189 443	41 326	1 724 562	11 222	42 869	13 666	2 956 875	66 214
Total	12 701 773	182 978	27 273 964	427 575	8 077 442	2 936 371	48 053 179	3 546 925

Segue abaixo o quadro de reconciliação das mudanças nas exposições de crédito e correspondente ECL por stage:

(000) Milhares

Descrição	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Crédito Directo	Imparidade						
1 de janeiro de 2021	12 701 773	182 978	27 273 964	427 575	8 077 442	2 936 371	48 053 179	3 546 925
Nova exposição ¹	6 312 487	168 519	2 982 344	145 101	523 571	963 637	9 818 403	1 277 257
Pagamentos ²	-4 858 689	-78 978	-5 993 952	-234 023	-1 083 626	-466 698	-11 936 267	-779 698
Transferido para stage 1	231 798	2 820	-221 309	-2 743	-10 489	-76	0	0
Transferido para stage 2	-926 607	-58 814	1 172 340	71 368	-245 733	-12 553	0	0
Transferido para stage 3	-101 619	-64 217	-156 347	-89 891	257 966	154 107	0	0
Valores em Write off	-472	-9	-9 742	-2 865	-287 407	-234 087	-297 621	-236 961
31 de dezembro de 2021	13 358 671	152 299	25 047 298	314 522	7 231 725	3 340 702	45 637 693	3 807 522

(000) Milhares

Descrição	Stage 1		Stage 2		Stage 3		Total	
	Crédito Directo	Imparidade						
1 de janeiro de 2020	11 492 564	130 606	27 438 293	503 790	11 326 976	5 330 759	50 257 833	5 965 155
Nova exposição ¹	5 920 088	255 205	2 830 279	157 768	842 092	751 063	9 592 459	1 164 035
Pagamentos ²	-4 269 242	-29 765	-1 785 133	-174 483	-823 326	-401 869	-6 877 701	-606 117
Transferido para stage 1	374 101	3 171	-355 278	-3 069	-18 823	-102	0	0
Transferido para stage 2	-627 443	-40 175	1 174 958	91 445	-547 515	-51 270	0	0
Transferido para stage 3	-184 873	-136 019	-2 000 589	-137 442	2 185 462	273 461	0	0
Valores em Write off	-3 422	-44	-28 565	-10 433	-4 887 424	-2 965 671	-4 919 411	-2 976 149
31 de dezembro de 2020	12 701 773	182 978	27 273 964	427 575	8 077 442	2 936 371	48 053 179	3 546 925

Notas:

- 1 - Nova exposição: Inclui créditos reestruturantes;
- 2 - Pagamentos: Inclui liquidação de créditos por reestruturação.

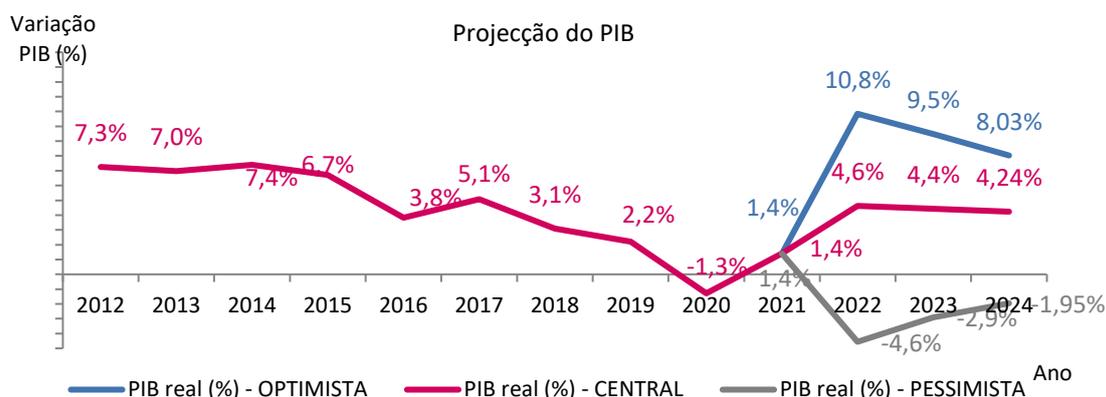
Impacto perspectivas macroeconómicas futuras (*forward looking*) na estimação do ECL

Na norma IFRS 9 está previsto que os parâmetros tenham em consideração as perspectivas macroeconómicas futuras (*forward looking*).

Neste sentido o Banco desenvolveu testes para identificação de correlações entre a evolução das variáveis macroeconómicas e o comportamento dos seus factores de risco, tendo este trabalho resultado no cálculo das PD Point in Time.

Neste sentido, as PD PiT têm em consideração as projecções das variáveis macroeconómicas para três cenários possíveis: um cenário optimista, um cenário central, e um cenário pessimista. Desta forma, são determinadas para cada um dos cenários curvas distintas, sendo que a curva final resulta da agregação das três curvas ponderadas pela probabilidade de ocorrência de cada um dos cenários.

Tendo em conta que o PIB é uma das variáveis com correlação macroeconómica, as projecções assumidas são apresentadas abaixo. O BIM também realizou análises de sensibilidade às projecções efectuadas.



Risco de Mercado

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de *commodities* e preço de acções. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

Análise de sensibilidade e Gaps (Diferencial de taxa de juro)

Para a mensuração do risco de taxa de juro (sendo os gaps constituídos por prazos residuais de repricing dos contratos vivos), conforme demonstram os quadros abaixo para o ano de 2021:

MZN⁰ 000

31 de Dezembro de 2021	Grupo						Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	24 299 257	-	-	-	-	-	24 299 257
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	-	-	-	-	-	7 966 063
Aplicações em instituições de crédito	16 606 725	1 730 068	551 016	-	-	8 590	18 896 399
Créditos a clientes	16 178 691	10 179 025	7 037 506	2 152 870	5 472 072	810 007	41 830 171
Activos financeiros ao custo amortizado	-	10 753 631	37 810 422	12 734 745	13 370 337	(2 137 343)	72 531 792
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento inteç	91 009	1 370 097	3 063 522	-	-	(66 168)	4 458 460
Outros activos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	14 155 904	14 155 904
Total do activo	65 141 745	24 032 821	48 462 466	14 887 615	18 842 409	12 770 990	184 138 046
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	304 156	-	181 621	-	-	643	486 420
Recursos de clientes	90 202 675	18 156 291	28 715 158	2	-	1 011 017	138 085 143
Outros passivos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	4 822 418	4 822 418
Total do passivo	90 506 831	18 156 291	28 896 779	2	-	5 834 078	143 393 981
Total do passivo e dos capitais próprios	90 506 831	18 156 291	28 896 779	2	-	46 578 143	184 138 046
Gaps de risco de taxa de juro	(25 365 086)	5 876 530	19 565 687	14 887 613	18 842 409	(33 807 153)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(25 365 086)	(19 488 556)	77 131	14 964 744	33 807 153	-	-

Banco							
31 de Dezembro de 2021	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	24 299 257	-	-	-	-	-	24 299 257
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	-	-	-	-	-	7 966 063
Aplicações em instituições de crédito	16 606 725	1 730 068	551 016	-	-	8 590	18 896 399
Créditos a clientes	16 178 691	10 179 025	7 037 506	2 152 870	5 472 072	810 007	41 830 171
Activos financeiros ao custo amortizado	-	10 753 631	37 810 422	12 734 745	13 370 337	(2 137 343)	72 531 792
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento int	91 009	1 370 097	3 063 522	-	-	(66 168)	4 458 460
Outros activos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	13 695 199	13 695 199
Total do activo	65 141 745	24 032 821	48 462 466	14 887 615	18 842 409	12 310 285	183 677 341
Passivo							
Recursos de outras instituições de crédito	304 156	-	181 621	-	-	643	486 420
Recursos de clientes	90 202 675	18 156 291	28 715 158	2	-	1 011 017	138 085 143
Outros passivos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	4 822 418	4 822 418
Total do passivo	90 506 831	18 156 291	28 896 779	2	-	5 834 078	143 393 981
Total do passivo e dos capitais próprios	90 506 831	18 156 291	28 896 779	2	-	46 117 438	183 677 341
Gaps de risco de taxa de juro	(25 365 086)	5 876 530	19 565 687	14 887 613	18 842 409	(33 807 153)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(25 365 086)	(19 488 556)	77 131	14 964 744	33 807 153	-	-

Para a mensuração do risco de taxa de juro (sendo os gaps constituídos por prazos residuais de repricing dos contratos vivos), conforme demonstram os quadros abaixo para o ano de 2020:

Grupo							
31 de Dezembro de 2020	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	25 774 111	-	-	-	-	-	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 881 250	-	-	-	-	-	2 881 250
Aplicações em instituições de crédito	37 184 913	1 370 670	15 102	-	-	7 909	38 578 594
Créditos a clientes	12 942 285	13 214 156	7 062 141	4 829 287	5 857 629	600 756	44 506 254
Activos financeiros ao custo amortizado	9 942 174	9 804 245	31 923 555	-	-	125 222	51 795 196
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integ	-	733 097	4 718 305	-	-	(65 796)	5 385 606
Outros activos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	16 430 038	16 430 038
Total do activo	88 724 733	25 122 168	43 719 103	4 829 287	5 857 629	17 098 129	185 351 049
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	120 157	170 227	216 306	-	-	1 779	508 469
Depósitos de clientes	91 179 031	21 659 750	24 582 355	-	-	1 569 218	138 990 354
Outros passivos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	8 273 457	8 273 457
Total do passivo	91 299 188	21 829 977	24 798 661	-	-	9 844 454	147 772 280
Total do passivo e dos capitais próprios	91 299 188	21 829 977	24 798 661	-	-	47 423 223	185 351 049
Gaps de risco de taxa de juro	(2 574 455)	3 292 191	18 920 442	4 829 287	5 857 629	(30 325 094)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(2 574 455)	717 736	19 638 178	24 467 465	30 325 094	-	-

31 de Dezembro de 2020	Banco						Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Sem risco de taxa de juro	
Activo							
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	25 774 111	-	-	-	-	-	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 873 620	-	-	-	-	-	2 873 620
Aplicações em instituições de crédito	36 373 718	1 370 670	10 486	-	-	7 518	37 762 392
Créditos a clientes	12 942 285	13 214 156	7 062 141	4 829 287	5 857 629	600 756	44 506 254
Activos financeiros ao custo amortizado	9 793 174	8 804 920	31 264 831	-	-	63 224	49 926 149
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento int	-	733 097	4 718 305	-	-	(85 630)	5 365 772
Outros activos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	13 729 052	13 729 052
Total do activo	87 756 908	24 122 843	43 055 763	4 829 287	5 857 629	14 314 920	179 937 350
Passivo							
Depósitos de outras instituições de crédito	120 157	170 227	216 306	-	-	1 779	508 469
Depósitos de clientes	92 497 716	21 726 897	25 212 074	-	-	1 585 429	141 022 116
Outros passivos sem risco de taxa de juro	-	-	-	-	-	4 022 660	4 022 660
Total do passivo	92 617 873	21 897 124	25 428 380	-	-	5 609 868	145 553 245
Total do passivo e dos capitais próprios	92 617 873	21 897 124	25 428 380	-	-	39 993 973	179 937 350
Gaps de risco de taxa de juro	(4 860 965)	2 225 719	17 627 383	4 829 287	5 857 629	(25 679 053)	-
Gap acumulado de risco de taxa de juro	(4 860 965)	(2 635 246)	14 992 137	19 821 424	25 679 053	-	-

Análise de sensibilidade ao Risco de Taxa de Juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro é entendido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes de movimentos adversos de taxas de juro do mercado por via de uma redução de resultados e/ou por via de uma redução do valor dos activos. A relação entre os resultados e as taxas de juro surge dos desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas de juro das operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, e/ou da existência de opções embutidas nas posições de activos, passivos e extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro originado na carteira de crédito é monitorizado semestralmente através de um processo de análise de sensibilidade de risco para o universo de operações que integram o Banco com o objectivo de avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade de absorver variações adversas nas referidas taxas. As medições dos respectivos gaps de taxa de juro são efectuadas tanto para a carteira global como para a carteira em Dólar.

As variações das taxas de juro têm efeito ao nível da margem financeira do Banco afectando o valor económico da mesma. Os factores de risco advêm do *mismatch* de *repricing* das posições da carteira (risco de *repricing*) e do risco do nível das taxas de juro de mercado. Importa referir que, embora com menor impacto, existe o risco de variações desiguais em diferentes indexantes com o mesmo prazo de *repricing*.

Apresenta-se de seguida os resultados da análise de sensibilidade efectuada:

Risco cambial

É avaliado através da medida dos indicadores definidos no normativo de âmbito prudencial do Banco de Moçambique, cuja análise é efectuada com recurso a indicadores como:

- a) Posição Cambial Líquida por Divisa (*Net open position*) - Recolhida ao nível do sistema informático do Banco pelo *Risk Office*, e validada pela Direcção de Contabilidade e pela Direcção Financeira, reportando-se ao último dia de cada mês.

- b) Indicador de Sensibilidade - calculado através da simulação do impacto, nos resultados do Grupo e Banco, de uma hipotética variação de 1% nas taxas de câmbio de valorimetria.

A exposição do Grupo e do Banco ao risco cambial apresenta-se nos seguintes quadros:

	Grupo			MZN' 000		
	2021			2020		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	3 614 666	3 539 142	7 153 808	9 374 035	538 327	9 912 362
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6 319 512	1 475 400	7 794 912	1 188 036	1 481 254	2 669 290
Aplicações em Instituições de Crédito	11 128 896	359 419	11 488 314	11 028 703	126 218	11 154 921
Crédito a Clientes	2 743 454	681 266	3 424 720	3 471 081	992 818	4 463 900
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	1 487	1 487	-	1 894	1 894
Outros activos	144 216	-	144 216	2 249 001	342 237	2 591 239
	<u>23 950 744</u>	<u>6 056 714</u>	<u>30 007 458</u>	<u>27 310 857</u>	<u>3 482 749</u>	<u>30 793 606</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	22 477	268 031	290 509	194 874	21 819	216 693
Recursos de Clientes	23 516 137	1 940 690	25 456 827	25 381 814	2 334 153	27 715 967
Provisões	60 938	5 539	66 477	394 028	219 661	613 690
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	66 412	3 791 163	3 857 575	417 654	464 078	881 732
	<u>23 665 964</u>	<u>6 005 423</u>	<u>29 671 387</u>	<u>26 388 370</u>	<u>3 039 711</u>	<u>29 428 082</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>284 780</u>	<u>51 291</u>	<u>336 071</u>	<u>922 487</u>	<u>443 038</u>	<u>1 365 525</u>

	Banco			MZN' 000		
	2021			2020		
	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total	Dólares americanos	Outras moedas estrangeiras	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	3 614 666	3 539 142	7 153 808	9 374 035	538 327	9 912 362
Disponibilidades em outras Instituições de Crédito	6 319 512	1 475 400	7 794 912	1 188 036	1 481 254	2 669 290
Aplicações em Instituições de Crédito	11 128 896	359 419	11 488 314	11 028 703	126 218	11 154 921
Crédito a Clientes	2 743 454	681 266	3 424 720	3 471 081	992 818	4 463 900
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	1 487	1 487	-	1 894	1 894
Outros activos	144 216	-	144 216	900 881	150	901 031
	<u>23 950 744</u>	<u>6 056 714</u>	<u>30 007 458</u>	<u>25 962 737</u>	<u>3 140 662</u>	<u>29 103 399</u>
Passivo						
Recursos de outras Instituições de Crédito	22 477	268 031	290 509	194 874	21 819	216 693
Recursos de Clientes	23 516 137	1 940 690	25 456 827	25 431 738	2 337 031	27 768 769
Provisões	60 938	5 539	66 477	91 987	125 979	217 966
Outros passivos	66 412	3 791 163	3 857 575	321 351	398 520	719 870
	<u>23 665 964</u>	<u>6 005 423</u>	<u>29 671 387</u>	<u>26 039 950</u>	<u>2 883 348</u>	<u>28 923 298</u>
POSIÇÃO GLOBAL OPERACIONAL	<u>284 780</u>	<u>51 291</u>	<u>336 071</u>	<u>(77 213)</u>	<u>257 314</u>	<u>180 100</u>

Os valores apresentados relativos à exposição do risco cambial evidenciam que a moeda estrangeira predominante no balanço do Grupo e do Banco é o Dólar Americano.

Os resultados evidenciam que o Grupo e o Banco enquadram-se dentro dos limites de tolerância ao risco cambial, definidos no âmbito das normas prudenciais estabelecidas pelo Banco de Moçambique, quer por moeda, quer na globalidade das moedas.

A exposição ao risco cambial é gerida diariamente com recurso a limites de exposição por moeda e agregados com base nos indicadores prudenciais fixados pelo Banco de Moçambique. Tanto as posições por moeda como as posições globais a 31 de Dezembro de 2020 encontravam-se dentro dos limites estabelecidos pelo Banco de Moçambique.

Os requisitos de capital para a cobertura do risco cambial para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2021, eram os seguintes:

MZN000

	Posição Longa	Posição Curta	Máximo entre as Posições	Posição Global Final	Impacto 1%	Requisito de Capital para Cobertura de Risco de Mercado
USD	-	284 780	284 780	284 780	287 628	424 986
Outras Moedas	-	51 291	51 291	51 291	51 804	

Os requisitos de capital para a cobertura do risco cambial para o Grupo e para o Banco à data de 31 de Dezembro de 2020, eram os seguintes respectivamente:

MZN000

	Posição Longa	Posição Curta	Máximo entre as Posições	Posição Global Final	Impacto 1%	Requisito de Capital para Cobertura de Risco de Mercado
USD	-	922 487	922 487	922 487	931 712	90 969
Outras Moedas	-	443 038	443 038	443 038	447 468	

MZN000

	Posição Longa	Posição Curta	Máximo entre as Posições	Posição Global Final	Impacto 1%	Requisito de Capital para Cobertura de Risco de Mercado
USD	77 213	-	77 213	77 213	77 985	90 969
Outras Moedas	-	257 314	257 314	257 314	259 887	

Risco de Liquidez

Os quadros seguintes analisam os activos e passivos financeiros do Grupo e do Banco por grupos relevantes de maturidade, sendo os montantes compostos pelo valor de activos, passivos tendo em conta a maturidade contratual residual.

31 de Dezembro de 2021	Grupo					Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	24 299 257	-	-	-	-	24 299 257
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	-	-	-	-	7 966 063
Aplicações em instituições de crédito	16 615 315	1 730 068	551 016	-	-	18 896 399
Créditos a clientes	1 910 549	1 212 112	1 527 219	8 251 974	29 050 703	41 952 557
Activos financeiros ao custo amortizado	581 131	10 753 631	35 091 948	12 734 745	13 370 337	72 531 792
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	65 885	931 511	2 671 354	298 890	490 820	4 458 460
Total do activo	51 438 200	14 627 322	39 841 537	21 285 609	42 911 860	170 104 528
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	304 799	-	181 621	-	-	486 420
Recursos de clientes	91 213 693	18 156 291	28 715 158	2	-	138 085 144
Passivos em locação IFRS 16	-	77	34 316	75 472	656 426	766 291
Total do passivo	91 518 492	18 156 368	28 931 095	75 474	656 426	139 337 855
Gaps de Liquidez	(40 080 292)	(3 529 046)	10 910 442	21 210 135	42 255 434	30 766 673
Gap acumulado de Liquidez	(40 080 292)	(43 609 338)	(32 698 896)	(11 488 761)	30 766 673	-

MZN' 000

31 de Dezembro de 2021	Banco					Total
	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	24 299 257	-	-	-	-	24 299 257
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	-	-	-	-	7 966 063
Aplicações em instituições de crédito	16 615 315	1 730 068	551 016	-	-	18 896 399
Créditos a clientes	1 910 549	1 212 112	1 527 219	8 251 974	29 050 703	41 952 557
Activos financeiros ao custo amortizado	581 131	10 753 631	35 091 948	12 734 745	13 370 337	72 531 792
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	65 885	931 511	2 671 354	298 890	490 820	4 458 460
Total do activo	51 438 200	14 627 322	39 841 537	21 285 609	42 911 860	170 104 528
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	304 799	-	181 621	-	-	486 420
Recursos de clientes	91 213 693	18 156 291	28 715 158	2	-	138 085 144
Passivos em locação IFRS 16	-	77	34 316	75 472	656 426	766 291
Total do passivo	91 518 492	18 156 368	28 931 095	75 474	656 426	139 337 855
Gaps de Liquidez	(40 080 292)	(3 529 046)	10 910 442	21 210 135	42 255 434	30 766 673
Gap acumulado de Liquidez	(40 080 292)	(43 609 338)	(32 698 896)	(11 488 761)	30 766 673	-

Para os depósitos à ordem é firme convicção da Administração que as maturidades contratuais não representam de forma apropriada o período de permanência desses depósitos no Banco.

Para o ano de 2020 o risco de liquidez é analisado como se segue:

Grupo						
31 de Dezembro de 2020	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	25 774 111	-	-	-	-	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 881 250	-	-	-	-	2 881 250
Aplicações em instituições de crédito	37 185 522	1 370 670	22 402	-	-	38 578 594
Créditos a clientes	2 471 424	2 540 166	1 530 464	8 012 750	30 467 323	45 022 127
Activos financeiros ao custo amortizado	8 389 222	4 233 944	14 879 520	7 110 413	17 182 097	51 795 196
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	448 031	4 113 253	301 142	523 180	5 385 606
Total do activo	76 701 529	8 592 811	20 545 639	15 424 305	48 172 600	169 436 883
Passivo						
Depósitos de outras instituições de crédito	120 157	172 006	216 306	-	-	508 469
Depósitos de clientes	92 748 248	21 659 751	24 582 355	-	-	138 990 354
Passivos em locação IFRS 16	1 022	3 405	29 217	57 049	654 611	745 304
Total do passivo	92 868 405	21 831 756	24 798 662	57 049	654 611	140 210 483
Gaps de Liquidez	(16 166 877)	(13 238 945)	(4 253 023)	15 367 256	47 517 989	29 226 400
Gap acumulado de Liquidez	(16 166 877)	(29 405 822)	(33 658 844)	(18 291 588)	29 226 400	-

Banco						
31 de Dezembro de 2020	Até 1 mês	Entre 1 e 3 meses	Entre 3 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Superior a 3 anos	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades no Banco de Moçambique	25 774 111	-	-	-	-	25 774 111
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 873 620	-	-	-	-	2 873 620
Aplicações em instituições de crédito	36 381 236	1 370 670	10 486	-	-	37 762 392
Créditos a clientes	2 471 424	2 540 166	1 530 464	8 012 750	30 467 323	45 022 127
Activos financeiros ao custo amortizado	8 178 224	4 208 000	14 345 656	6 137 032	17 057 237	49 926 149
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento	-	448 031	4 113 253	301 142	503 346	5 365 772
Total do activo	75 678 614	8 566 867	19 999 858	14 450 925	48 027 906	166 724 171
Passivo						
Recursos de outras instituições de crédito	120 157	172 006	216 306	-	-	508 469
Recursos de clientes	94 083 145	21 726 897	25 212 074	-	-	141 022 116
Passivos em locação IFRS 16	1 022	3 405	29 217	57 049	765 418	856 111
Total do passivo	94 204 324	21 902 308	25 457 597	57 049	765 418	142 386 696
Gaps de Liquidez	(18 525 710)	(13 335 441)	(5 457 739)	14 393 876	47 262 488	24 337 475
Gap acumulado de Liquidez	(18 525 710)	(31 861 150)	(37 318 889)	(22 925 014)	24 337 475	-

Risco Operacional

O Grupo e Banco têm adoptado princípios e práticas que garantem uma eficiente gestão do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e da implementação dos respectivos mecanismos de controlo, de que são exemplos: a segregação de funções; as linhas de responsabilidade e respectivas autorizações; os limites de tolerância e exposições aos riscos; o código deontológico e de conduta; os indicadores - chave de risco; os controlos de acessos físicos e lógicos; as actividades de reconciliação; os relatórios de excepção; a contratação de seguros; o planeamento de contingências; a formação interna sobre processos, produtos e sistemas, entre outras medidas.

Risco operacional é o risco directo e indirecto de perda proveniente de diversas causas associadas com processo do Banco e Grupo, pessoal, tecnologia e infra-estruturas e de factores externos que não risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez. Por exemplo, riscos provenientes de exigências legais e

regulamentares e de normas geralmente aceites de comportamentos corporativos. Riscos operacionais provenientes de todas as operações do Banco e Grupo.

O objectivo do Banco e Grupo é gerir o risco operacional de forma a equilibrar as perdas financeiras e danos à reputação do Banco e Grupo com a eficácia em termos de custos e inovações. Em todos os casos, a política do Banco e Grupo requer cumprimento com todas as exigências legais e regulamentares.

O Conselho de Administração tem de aprovar os normativos do Grupo para a gestão do risco operacional nas seguintes áreas:

- Exigências para a apropriada segregação de funções, incluindo a autorização independente das transacções;
- Exigências para a reconciliação e monitoria das transacções;
- Cumprimento com exigências regulamentar e legais;
- Documentação de controlos e procedimentos;
- Exigências para uma avaliação periódica do risco operacional e adequação dos controlos e procedimentos para mitigar os riscos identificados;
- Exigências em termos de reporte operacional de perdas e acções operacionais propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Desenvolvimento profissional e de treinamento;
- Standards éticos e de negócio;
- Informação tecnológica e riscos cibernéticos; e
- Mitigação de risco, incluindo seguros onde é um custo efectivo.

O cumprimento dos normativos do Banco e Grupo é suportado por um programa de revisões periódicas da responsabilidade de Auditoria Interna.

45. Solvabilidade

Os fundos próprios do Banco Internacional de Moçambique são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com o disposto no Aviso n.º 08/GBM/2017 complementada pela Circular 02/EFI/2019, do Banco de Moçambique. Os fundos próprios totais resultam da soma dos fundos próprios de Base (Tier 1) com os fundos próprios complementares (Tier 2) e da subtracção da componente relevada no agregado Deduções.

Os fundos próprios de base integram o capital realizado, as reservas e os impactos diferidos associados aos ajustamentos de transição para as IFRS (International Financial Reporting Standards).

Paralelamente, para a determinação dos fundos próprios de base, são deduzidos os outros activos intangíveis, o goodwill relevado no activo, os desvios actuariais positivos / negativos e custos com serviços passados, associados a benefícios pós - emprego atribuídos pela entidade que de acordo com a NIC 19 - Benefícios aos Empregados (Método do Corredor) não tenham sido reconhecidos em resultados do exercício, resultados transitados ou reservas.

Os fundos próprios de base podem ser ainda influenciados pela existência de diferenças de reavaliação em outros activos, em operações de cobertura de fluxos de caixa ou em passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados, na parte que corresponda a risco de crédito próprio, pela existência de um fundo para riscos bancários gerais e por insuficiência de provisões, caso as dotações para imparidade de crédito, calculadas de acordo com as Normas Internacionais de relato financeiro, sejam inferiores às dotações de provisões requeridas pelo Aviso n.º 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique, apuradas em base individual.

Os fundos próprios complementares englobam a dívida subordinada, as reservas provenientes da reavaliação dos activos fixos tangíveis e, mediante autorização prévia do Banco de Moçambique, a inclusão de elementos patrimoniais que podem ser livremente utilizados para cobrir riscos normalmente ligados à actividade das instituições sem que as perdas ou menos valias tenham ainda sido identificadas.

Para apuramento do capital regulamentar torna-se ainda necessário efectuar algumas deduções aos fundos próprios totais, nomeadamente a quantia escriturada do activo não financeiro recebido em reembolso de crédito próprio.

		MZN' 000	
		2021	2020
FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE			
Tier 1 Capital			
Capital realizado		4 500 000	4 500 000
Reservas e resultados retidos		25 977 547	24 702 623
Activos Intangíveis		(718 793)	(560 710)
Insuficiência de provisões		(3 453 603)	(5 296 737)
	Tier 1 Capital total	26 305 151	23 345 176
Tier 2 Capital			
Empréstimos subordinados		-	-
Outros		8 757	8 444
	Tier 2 Capital total	8 757	8 444
Dedução aos fundos próprios totais		1 332 630	1 085 144
	Fundos próprios elegíveis	24 981 277	22 268 476
Activos ponderados pelo risco			
No balanço		43 882 502	40 407 504
Fora de balanço		5 829 811	6 791 885
Risco operacional		2 482 398	2 414 412
Risco de mercado		3 541 547	1 137 111
Rácio de adequação de fundos próprios de base (Tier 1)		47,2%	46,0%
Rácio de adequação de fundos próprios (Tier 2)		0,0%	0,0%
	Rácio de Solvabilidade	44,8%	43,9%

46. Concentração de risco

A concentração de activos financeiros com risco de crédito por sector, no Grupo e no Banco, é a seguinte:

MZN' 000												
Sector	Grupo											
	Disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Investimentos em associadas	Outros activos				
									2021	2020		
								Total	%	Total	%	
Sector Público	19 208 476	-	-	16 314 227	72 531 792	-	-	-	88 846 019	59,0%	88 105 347	52,2%
Instituições Financeiras	-	7 966 063	18 896 399	-	-	4 458 460	560 206	-	31 881 128	21,2%	46 833 903	27,7%
Agricultura e silvicultura	-	-	-	1 174 250	-	-	-	-	1 174 250	0,8%	1 421 626	0,8%
Indústrias extractivas	-	-	-	639 816	-	-	-	-	639 816	0,4%	777 650	0,5%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	-	1 222 521	-	-	-	-	1 222 521	0,8%	1 255 081	0,7%
Têxteis	-	-	-	2 964	-	-	-	-	2 964	0,0%	4 203	0,0%
Papel, artes gráf.e editoras	-	-	-	21 760	-	-	-	-	21 760	0,0%	25 057	0,0%
Químicas	-	-	-	964 496	-	-	-	-	964 496	0,6%	1 494 182	0,9%
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1 718 431	-	-	-	-	1 718 431	1,1%	1 980 731	1,2%
Electricidade, água e gás	-	-	-	128 933	-	-	-	-	128 933	0,1%	45 307	0,0%
Construção	-	-	-	303 371	-	-	-	-	303 371	0,2%	471 506	0,3%
Comércio	-	-	-	4 082 803	-	-	-	-	4 082 803	2,7%	5 491 166	3,3%
Restaurantes e hotéis	-	-	-	264 889	-	-	-	-	264 889	0,2%	664 560	0,4%
Transportes e comunicações	-	-	-	2 328 188	-	-	-	-	2 328 188	1,5%	2 908 816	1,7%
Serviços	-	-	-	1 995 805	-	-	-	-	1 995 805	1,3%	3 125 313	1,9%
Crédito ao consumo	-	-	-	9 192 142	-	-	-	-	9 192 142	6,1%	7 742 729	4,6%
Crédito à habitação	-	-	-	725 928	-	-	-	-	725 928	0,5%	730 917	0,4%
Outras actividades	-	-	-	749 647	-	-	-	-	749 647	0,5%	730 917	0,4%
	19 208 476	7 966 063	18 896 399	41 830 171	72 531 792	4 458 460	560 206	4 410 090	5 159 737	3,4%	5 697 208	3,4%
								4 410 090	150 653 181	100,0%	168 775 302	100,0%

Sector	Banco							2021		2020		
	Disponibilidades no Banco Central	Disponibilidades em instituições de crédito	Aplicações em instituições de crédito	Crédito a Clientes	Activos financeiros ao custo amortizado	Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Investimentos em associadas	Outros activos	Total	%	Total	%
	Sector Público	19 208 476	-	-	16 314 227	72 531 792	-	-	-	108 054 495	63,8%	86 236 300
Instituições Financeiras	-	7 966 063	18 896 399	-	-	4 458 460	99 501	-	31 420 423	18,5%	46 417 932	28,3%
Agricultura e silvicultura	-	-	-	1 174 250	-	-	-	-	1 174 250	0,7%	1 421 626	0,9%
Indústrias extractivas	-	-	-	639 816	-	-	-	-	639 816	0,4%	777 650	0,5%
Alimentação, beb.e tabaco	-	-	-	1 222 521	-	-	-	-	1 222 521	0,7%	1 243 534	0,8%
Têxteis	-	-	-	2 964	-	-	-	-	2 964	0,0%	4 203	0,0%
Papel, artes gráfe editoras	-	-	-	21 760	-	-	-	-	21 760	0,0%	25 057	0,0%
Químicas	-	-	-	964 496	-	-	-	-	964 496	0,6%	1 494 182	0,9%
Máquinas e equipamentos	-	-	-	1 718 431	-	-	-	-	1 718 431	1,0%	1 980 731	1,2%
Electricidade, água e gás	-	-	-	128 933	-	-	-	-	128 933	0,1%	45 307	0,0%
Construção	-	-	-	303 371	-	-	-	-	303 371	0,2%	471 506	0,3%
Comércio	-	-	-	4 082 803	-	-	-	-	4 082 803	2,4%	5 491 166	3,4%
Restaurantes e hotéis	-	-	-	264 889	-	-	-	-	264 889	0,2%	664 560	0,4%
Transportes e comunicações	-	-	-	2 328 188	-	-	-	-	2 328 188	1,4%	2 891 979	1,8%
Serviços	-	-	-	1 995 805	-	-	-	-	1 995 805	1,2%	2 875 101	1,8%
Crédito ao consumo	-	-	-	9 192 142	-	-	-	-	9 192 142	5,4%	7 742 729	4,7%
Crédito à habitação	-	-	-	725 928	-	-	-	-	725 928	0,4%	730 917	0,4%
Outras actividades	-	-	-	749 647	-	-	-	4 410 090	5 159 737	3,0%	3 339 948	2,0%
	19 208 476	7 966 063	18 896 399	41 830 171	72 531 792	4 458 460	99 501	4 410 090	169 400 952	100,0%	163 854 428	100,0%

47. Normas emitidas mas ainda não adoptadas

Um número de novas normas e alterações de normas são efectivas para períodos com início após 1 de Janeiro de 2021 e a sua aplicação antecipada é permitida. O Grupo e o Banco não anteciparam a adopção das seguintes novas normas ou alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Até à data de autorização das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, as seguintes Normas e Interpretações foram emitidas mas não tinham sido ainda adoptadas:

- 1) Alterações à IFRS 3 - Referências à Estrutura Conceptual para o Relato Financeiro (1-Jan-2022)
- 2) Alterações à IAS 16 - Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento (1-Jan-2022)
- 3) Alterações à IAS 37 - Contratos onerosos - custos de cumprir com um contrato (1-Jan-2022)
- 4) Alterações à IFRS 1 - Subsidiária enquanto adotante das IFRS pela primeira vez (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) (1-jan-2022)
- 5) Alterações à IFRS 9 - Desreconhecimento de passivos financeiros - Comissões a incluir no teste dos '10 por cento' de variação (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) (1-jan-2022)
- 6) Alterações à IAS 41 - Tributação e mensuração do justo valor (incluída nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2018-2020) ((1-jan-2022)
- 7) IFRS 17 - Contratos de Seguro (1-jan-2023)
- 8) Alterações à IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos correntes e não correntes (1-jan-2023)
- 9) Alterações à IAS 8 - Definição de estimativas contabilísticas (1-jan-2023)
- 10) Alterações à IAS 1 - Divulgação de políticas contabilísticas (1-jan-2023)
- 11) Alterações à IAS 12 - Imposto diferido relacionados com activos e passivos decorrentes a uma transacção única (1-jan-2023)
- 12) Alterações à IFRS 17 - Contratos de seguro - Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa (1-jan-2023)

48. Divulgações relacionadas com COVID-19

Ainda no âmbito da situação da pandemia de Covid-19 caracterizada pela redução da actividade económica, a acção do BIM mantém-se centrada na protecção dos colaboradores e Clientes, defesa da qualidade do balanço e solvabilidade do banco, apoio à economia e às instituições e ainda na adaptação dos modelos e processos de negócio à nova normalidade.

A nível da protecção dos colaboradores, reforçou-se a utilização de equipamentos de protecção, desinfecção e medidas de higienização, mantendo-se as medidas de protecção especial de grupos de risco. Foi também mantido o regime de teletrabalho e rotatividade, bem como a criação de mais espaços de trabalho, como forma de garantir o distanciamento recomendado entre os colaboradores. Quanto à protecção dos Clientes, reforçou-se a promoção do uso dos canais remotos e reduziu-se o número de colaboradores por balcão. Ainda nos balcões reforçou-se a prevenção de contágio com a instalação de equipamentos de protecção, limitação do número de Clientes no acesso ao interior e obrigação de utilização da máscara.

Ainda a nível da protecção dos colaboradores, o BIM aderiu a iniciativa UNIVAX através da qual assumiu a vacinação dos seus colaboradores e membros do agregado familiar, de acordo com o plano de vacinação nacional.

A adesão a esta iniciativa sela o compromisso e responsabilidade do BIM no cuidado com a saúde e vida dos Colaboradores e familiares.

Adicionalmente, o BIM continua acompanhando os seus Clientes, que, apresentando uma performance financeira saudável no período pré-Covid, observam a partir do final do primeiro trimestre constrangimentos na sua actividade, causados pela pandemia. Para estes Clientes, o Banco está disponível para reestruturar, sem, automaticamente, classificar esta operação como reestruturação por dificuldades financeiras nem aumento significativo do risco de crédito, conforme esclarecimentos prestados pelo órgão responsável pelas IFRS bem como no cumprimento de normativos manados pelo regulador no âmbito do COVID.

No que concerne à adaptação dos processos de negócio, o BIM reforçou a infra-estrutura tecnológica para permitir teletrabalho simultâneo em larga escala, manteve a rotação de equipas em áreas críticas e assegurou a fiabilidade e qualidade dos serviços de fornecedores críticos.

A nível de apoio à economia e às instituições destaca-se o reforço do compromisso com as pessoas e com a sociedade com a doação de 100 camas ao Ministério da Saúde, uma oferta que visa reforçar a capacidade operacional do Centro de Internamento e Tratamento de doentes com Covid-19 do Hospital Geral de Mavalane.

49. Eventos subsequentes

A Administração mantém o acompanhamento do COVID-19 e impactos respectivos no evoluir da actividade. Não é possível quantificar os futuros efeitos resultantes do COVID-19, pelo que, sempre que a Administração considerar relevante serão reconhecidos e divulgados os impactos do COVID-19 na actividade do Banco.

20

**RELATÓRIO DOS AUDITORES
INDEPENDENTES**



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



Ernst & Young Limitada
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 386,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUIF:400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do **Banco Internacional de Moçambique, S.A.** ("Banco ou BIM") e sua associada (colectivamente, o "Grupo") que compreendem a Demonstração da posição financeira consolidada e individual em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração do resultado integral consolidada e individual, a Demonstração das alterações no capital próprio consolidada e individual e a Demonstração de fluxos de caixa consolidada e individual relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo e individual do Banco em 31 de Dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados e individuais, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Grupo de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada a esse respeito. Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1 Imparidade para activos financeiros ao custo amortizado (Crédito a Clientes e activos financeiros)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras do Banco, em 31 de Dezembro de 2021, apresentam no seu activo, Crédito a clientes e Activos financeiros ao custo amortizado, nos montantes de 41 830 milhões de Meticals e 72 532 milhões de Meticals, respectivamente, representando cerca de 23% e 39% do total do Activo. A imparidade acumulada registada para o Crédito a clientes e para os Activos financeiros ao custo amortizado ascende a 3 808 milhões de Meticals e 178 milhões de Meticals, respectivamente, representando 8.3% do valor bruto dos Créditos a clientes e 0.2% dos Activos financeiros ao custo amortizado, respectivamente. O detalhe da imparidade e as políticas contabilísticas, metodologias, conceitos e pressupostos utilizados são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras na nota 2 b) - Perdas por imparidade, nota 21 e nota 22).

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu, designadamente, nos seguintes procedimentos:

- Entendimento e avaliação do desenho e operacionalidade dos controlos internos existentes no processo de quantificação das perdas por imparidade de activos financeiros;
- Análise conceptual e caracterização da carteira;
- Revisão analítica sobre a evolução do saldo da imparidade de activos financeiros ao custo amortizado, comparando-o com o período homólogo e com as expectativas formadas, nomeadamente a variação na carteira de crédito e alterações nos pressupostos;

A imparidade para o Crédito a clientes e para os Activos financeiros ao custo amortizado, representa a melhor estimativa do órgão de gestão da perda esperada da carteira de crédito a clientes e de títulos, tendo em consideração os requisitos da IFRS9 - "Instrumentos financeiros". Para o cálculo desta estimativa, o órgão de gestão estabeleceu pressupostos, recorreu a modelos matemáticos para calcular parâmetros, interpretou conceitos e concebeu um modelo de cálculo da perda esperada numa base colectiva. Para exposições relevantes em base individual, nomeadamente no Crédito a clientes, a imparidade é determinada tendo por base julgamentos tendo por base a avaliação do actual risco de crédito.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras, a complexidade e o julgamento no processo do seu cálculo, sendo que em face do grau de subjectividade envolvido, alterações nas estratégias de recuperação e julgamentos assumidos, ou nos pressupostos que condicionem a estimativa e período de ocorrência dos fluxos financeiros, implicando que se possa vir a concretizar-se de forma diferente do estimado, podem ter um impacto material na quantificação da imparidade estimada.

- Determinação de uma amostra de clientes objecto de análise individual de imparidade, para avaliação dos pressupostos utilizados pela Administração do Banco na sua quantificação, incluindo a inspecção da informação com os modelos de negócio e a situação económico-financeira dos devedores e dos relatórios de avaliação de colaterais, inquirição dos especialistas do Banco para entender a estratégia de recuperação definida e os pressupostos usados;
- Análise dos parâmetros utilizados no cálculo da imparidade, destacando-se a obtenção da metodologia formalizada e aprovada pelo Conselho de Administração e comparação com a efectivamente utilizada;
- Comparação dos dados utilizados no apuramento dos parâmetros de risco com informação fonte, avaliação da consistência do cálculo dos parâmetros de risco ao longo do histórico analisado, inquirições aos especialistas do Banco responsáveis pelos modelos e inspecção dos relatórios de auditoria interna e reguladores;
- Análise dos relatórios com os resultados de avaliação operacional do modelo (back-testing);
- Reconciliação dos dados carregados no modelo com a informação fonte;
- Análise das divulgações incluídas nas notas às demonstrações financeiras em conformidade com os requisitos da IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações.

2 Valorização dos activos não correntes detidos para venda

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2021, incluem no Activo, tal como detalhadamente divulgado nas Notas 1 e) e 23 das notas às demonstrações financeiras, propriedades classificadas como Activos não correntes detidos para venda, no montante de 2 504 milhões de Meticals, os quais representam cerca de 1.3 % do activo.

As avaliações imobiliárias tiveram por base métodos e pressupostos cuja influência da conjuntura económica, em particular os impactos e incertezas decorrentes da pandemia Covid-19, e capacidade do mercado em transaccionar a oferta disponível, é determinante.

Devido à pandemia Covid-19, a incerteza sobre a estimativa do justo valor aumentou devido (i) às transações de referência de activos semelhantes e comparáveis, (ii) aos prazos para concluir os activos imobiliários em construção, (iii) aos fluxos de caixa decorrentes de bens arrendados, (iv) às taxas de desconto consideradas, (v) à capacidade de arrendar activos desocupados e (vi) ao risco de prémio exigido por potenciais investidores.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material incluiu uma resposta específica que se traduziu, designadamente, nos seguintes procedimentos:

- Entendimento dos procedimentos internos subjacentes ao processo de valorização dos activos não correntes detidos para venda;
- Testes de revisão analítica sobre os activos não correntes detidos para venda incluídos nas demonstrações financeiras;
- Envolvimento dos nossos especialistas em avaliações imobiliárias na realização de testes por amostragem que englobem a avaliação da metodologia e pressupostos utilizados pelos peritos do Banco, a verificação da consistência e adequabilidade da metodologia dadas as condições dos imóveis e respectiva localização, bem como a conformidade com os padrões internacionais de avaliação, identificação e análise dos pressupostos significativos e respectiva comparação com os dados do mercado e a realização de testes de recálculo corroborativos; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre os activos não correntes detidos para venda nas demonstrações financeiras com os respectivos dados contabilísticos.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras do Banco Internacional de Moçambique, S.A. relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 24 de Março de 2021.

Outra Informação

O Conselho de administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras consolidadas e individuais e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras consolidadas e individuais, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Grupo ou Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Grupo ou Banco.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo e do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Grupo e do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou individuais ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Grupo e/ou Banco descontinuem as operações.

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declarámos ao Conselho de Administração que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos ao Conselho de Administração, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O Sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG, LDA:

Sociedades de Auditores Certificados

Representada por:



Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 14 de Março de 2022

20

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATORIO E CONTAS DE 2021

SÍNTESE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Accionistas

Nos termos da Lei e das disposições estatutárias, o Conselho Fiscal (CF) do BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., submete à Vossas Excelências, a síntese da acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre as Demonstrações Financeiras em base individual e Consolidadas do Banco, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O exercício de 2021, ocorreu num ambiente de agravamento de riscos e incertezas caracterizado por uma política monetária prudente, maior volatilidade da taxa de câmbio, fraca procura interna e externa, a reflectir as medidas restritivas no âmbito da COVID-19, face ao surgimento de novas variantes do coronavírus, não obstante o progresso que se tem vindo a registar no processo de vacinação.

O Conselho Fiscal observou que o Banco continuou a adoptar medidas para mitigar os efeitos associados à pandemia de Covid-19 e prosseguiu com o processo de transformação digital, com o objectivo de desenvolver e ajustar o modelo de negócio, as necessidades actuais dos consumidores financeiros, cujos comportamentos e escolhas passaram a ser mais exigentes.

Do acompanhamento efectuado à actividade do Banco, o Conselho Fiscal observou, que apesar deste contexto, o desempenho do Banco evoluiu de uma forma positiva, consubstanciada na qualidade do Balanço e dos respectivos indicadores, com particular realce para a rentabilidade, solvabilidade e liquidez do Banco.

O CF manteve o foco no provisionamento do risco de crédito através das análises mensais das contas e da informação produzida pela área de risco de modo a garantir o conhecimento necessário do comportamento da exposição de crédito do Banco e da suficiência e adequação das provisões e imparidades constituídas.

Acompanhou a regularidade dos registos contabilísticos, tendo concentrado a sua actividade na análise da evolução dos principais indicadores de actividade, bem como na verificação do comportamento das maiores exposições, do Estado, sector público e privado e do crédito em mora e em contencioso, com destaque para os empréstimos com sinais de imparidade.

Ainda no âmbito das suas responsabilidades, seguiu atentamente e aferiu periodicamente a eficácia dos sistemas de governação do Banco.

No contexto das actividades desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, destacam-se, entre outras, o acompanhamento do funcionamento do Banco no quadro do exercício de deveres de zelo pela observância da Lei e regulamentação complementar e dos Estatutos da Sociedade, designadamente através da participação em reuniões dos órgãos de Administração do Banco, designadamente Conselho de Administração, Comissão de Auditoria e Comissão de Avaliação de Riscos, onde tomou conhecimento das principais deliberações sobre a actividade do Banco.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATORIO E CONTAS DE 2021

SÍNTESE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No âmbito do acompanhamento da eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, o CF, seguindo a prática já institucionalizada, realizou encontros regulares com os membros da Comissão Executiva e com os Directores das diversas Direcções do Banco, nomeadamente de Auditoria, *Compliance Office*, Crédito, *Risk Office*, Desenvolvimento de Negócio de Retalho, Recuperação de Crédito, Crédito em Contencioso e *Litigation* e Centro Corporativo, bem como com o Auditor Externo, tendo em vista a recolha de informações e dos esclarecimentos necessários para a melhor compreensão do impacto do negócio e da actividade operacional, nas demonstrações financeiras.

O Conselho Fiscal procedeu ao acompanhamento da actividade de Auditoria Interna (DAU) e a avaliação da sua eficácia, através, de entre outros aspectos: (i) do monitoramento da execução dos Planos Anual e Plurianual (2021 a 2023) de Auditoria Interna; (ii) da verificação das principais conclusões das auditorias realizadas aos processos de suporte ao negócio e transaccionais; (iii) do diagnóstico do cumprimento das recomendações emitidas pela Direcção de Auditoria, pela Casa Mãe (Millennium bcp), pelo Supervisor e pelos Auditores Externos, (iv) e do acompanhamento do relatório do sistema de controlo interno, assim como do plano de resolução de deficiências reportadas neste relatório.

Com referência ao período decorrido entre 1 de Fevereiro de 2021 e 30 de Novembro de 2021 (período de referência), o CF emitiu, em 10 de Dezembro de 2021, o seu parecer sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco, no âmbito do processo anual de autoavaliação da adequação e eficácia da cultura organizacional do Banco e dos seus sistemas de governo e controlo interno, nos termos do disposto no Aviso 3/2020 do BdP.

Do acompanhamento efectuado às actividades desenvolvidas pelo *Compliance Office* (COFF) no âmbito da prevenção do branqueamento de Capitais e do financiamento do terrorismo, para além de outros compromissos recorrentes e não recorrentes, o CF destaca a participação do COFF na elaboração das propostas de revisão da Lei nº 14/2013 de 12 de Agosto (sobre a prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo) e da Lei nº 5/2018, de 2 de Agosto (sobre a prevenção, repressão e combate ao terrorismo), com o objectivo de conformar a legislação Nacional de prevenção e combate à criminalidade organizada transnacional com os padrões normativos internacionais, nomeadamente as Convenções internacionais e as Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No âmbito do *Risk Office* (ROFF) e na sequência dos encontros realizados regularmente com esta área, o Conselho Fiscal procedeu a revisão da eficácia do sistema de gestão de riscos, tendo concluído, com base na análise dos relatórios trimestrais da actividade desenvolvida e de outros temas com impacto no sistema de controlo interno do Banco, que os procedimentos instituídos permitem eficazmente a identificação, avaliação, acompanhamento e controlo permanente dos riscos decorrentes de todas as actividades da instituição.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATORIO E CONTAS DE 2021

SÍNTESE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CF notou que todos os resultados apurados a nível dos indicadores de capital e de liquidez mantém o Banco dentro do nível aceitável de Apetite de Risco e destaca a evolução positiva verificada ao nível do risco de crédito, cujos indicadores, comparativamente ao período homólogo, mantiveram-se, na generalidade, na zona de conforto registando uma melhoria da carteira *non-performing* e um aumento do peso relativo da imparidade de crédito directo sobre os NPE.

O CF observou que as recomendações da Comissão de Avaliação de Risco têm vindo a ser implementadas no quadro do planeamento efectuado e que para os casos em que se requer uma cuidada mitigação dos riscos encontram-se adequadamente definidos os mecanismos necessários para o efeito.

O CF tomou conhecimento das acções, no âmbito de desenvolvimento tecnológico, tendentes à introdução de melhorias nos sistemas de informação do Banco, designadamente nos domínios da eficácia dos dispositivos internos de prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo e do suporte informacional ao processo de crédito do Banco.

No desempenho das suas atribuições, o Conselho Fiscal procedeu à análise de regulamentos, normas e procedimentos internos, em vigor, tendo obtido, sempre que necessário, as informações e esclarecimentos solicitados.

Nos termos da OS 0222- Política de Aprovação de Serviços Prestados Pelos Auditores Externos, o CF submeteu à apreciação e decisão da 38ª sessão da Assembleia Geral do BIM, a proposta e parecer de contratação do Auditor Externo (Ernest & Young) para o biénio 2021-2022. Emitiu pareceres sobre a contratação de Auditores Externos (KPMG) para o Fundo de Pensões BIM/SIM, para o biénio 2021-2022 e para proceder a uma avaliação independente dos controlos de segurança ao abrigo da framework da swift.

Ainda, no âmbito das suas competências, emitiu parecer sobre os termos e condições da operação de alienação da participação maioritária que o BIM detinha no capital social da Seguradora Internacional de Moçambique.

Com referência a pandemia provocada pela COVID-19, o CF registou com agrado o reforço das medidas adoptadas pelo Banco para a protecção da saúde dos Colaboradores e dos Clientes e para a garantia da continuidade do negócio, através da adaptação dos modelos e processos de negócio à nova normalidade.

Zelou pela observância da Lei, regulamentos e estatutos e fiscalizou a qualidade e integridade da informação contabilística, bem assim das políticas contabilísticas e dos critérios valorimétricos adoptados.

O Conselho Fiscal observou que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro e que as mesmas reflectem os resultados das operações do Grupo e do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O CF verificou que da avaliação efectuada pelo Banco, a alienação pelo BIM de 70% do capital da SIM cumpre os critérios estabelecidos na IFRS 5 para ser considerada como operação em descontinuação.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATORIO E CONTAS DE 2021

SÍNTESE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

No âmbito das suas funções e nos termos das disposições legais e regulamentares, o CF pronunciou-se sobre casos relativos a crédito concedido a entidades correlacionadas, bem como a sociedades ou outros entes colectivos, directa ou indirectamente dominados pela entidade correlacionada, ou que com ela estejam em relação de grupo, nos termos da legislação em vigor.

Foi informado, com a regularidade considerada necessária, sobre o processo de monitoria e validação dos créditos correlacionados, efectuada pela Direcção de Auditoria, nos termos dos princípios estabelecidos no nº 2 do artigo 3º do Aviso nº.9/GBM/2007 de 30 de Março e da NP0319 - Créditos Correlacionados -Circuitos e Procedimentos.

Do diálogo mantido com o Auditor Externo (Ernest & Young), tomou conhecimento dos marcos importantes da revisão limitada às contas reportadas a Junho de 2021, dos resultados da análise preliminar à informação financeira com referência a 30 de Setembro de 2021 e dos trabalhos de auditoria às Demonstrações Financeiras do Banco do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021, em relação aos quais, foi objecto de atenção: (i) a avaliação da Auditoria às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, (ii) adequabilidade do Sistema de Controlo Interno e informação relevante sobre as contas do Banco reportadas a 31 de Dezembro de 2021.

Nos termos do disposto no nº 2 do Art.º 42º dos Estatutos do Banco, o CF apreciou o Relatório do Auditor Independente, emitido pela Ernest & Young, Lda, cujo conteúdo mereceu especial atenção, com realce para as matérias relevantes de auditoria, destacadas no referido relatório.

O CF tomou conhecimento da carta de recomendações emitida pelos Auditores Externos, cujo conteúdo assenta em diversas matérias que foram objecto de verificação e validação no decurso do trabalho de Auditoria.

Nos termos da Lei e do mandato conferido, o CF examinou as Demonstrações Financeiras, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, tendo constatado que as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, e que são coerentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras do período anterior, sendo que as excepções estão reportadas nas notas explicativas.

O Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021 preparado pelo Conselho de Administração, tendo constatado que o mesmo é suficientemente esclarecedor sobre a evolução dos negócios, da situação do Banco, da envolvente económica e do mercado.

O Conselho Fiscal não verificou, no decorrer da sua actividade, qualquer irregularidade por parte da sociedade e seus accionistas, nomeadamente de natureza lesiva aos interesses da Instituição ou de algum ou alguns dos accionistas.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas e do Banco auditadas pelo Auditor Externo evidenciam:

- Que o Balanço Consolidado e o Balanço do Banco BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2021, reflectem adequadamente a situação financeira do Grupo e do Banco;

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATORIO E CONTAS DE 2021

SÍNTESE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

- ❑ Que a Demonstração de Resultados Consolidados e a Demonstração de Resultados do Banco espelham um lucro consolidado de 7.490,07 milhões de Meticais e um lucro do Banco de 9.853,47 milhões de Meticais, os quais traduzem o resultado da actividade do Grupo e do Banco;
- ❑ Que a Demonstração de Rendimento Integral Consolidado e a Demonstração de Rendimento Integral do Banco apresentam um rendimento integral do Grupo de 7.331,90 milhões de Meticais e um rendimento integral do Banco de 9.742,93 milhões de Meticais, respectivamente;
- ❑ Que a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do Banco apresentaram um aumento durante o ano em Caixa e seus equivalentes de 4.543,35 milhões de Meticais para o Grupo e 4.550,98 milhões de Meticais para o Banco; e
- ❑ Que a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios do Banco evidenciam um Capital Próprio em 31 de Dezembro de 2021 de 40.744,06 milhões de Meticais para o Grupo e de 40.283,36 milhões de Meticais para o Banco.
- ❑ Na opinião deste Conselho Fiscal, o Relatório de Actividades e respectivas Demonstrações Financeiras apresentadas relativas ao exercício de 2021, as quais incluem o resumo das políticas contabilísticas espelhado na Demonstração dos Resultados por Natureza e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementadas com os esclarecimentos adicionais, dão uma base segura para o CF poder emitir a sua opinião e recomendação.

Como resultado das verificações efectuadas e informações obtidas:

- ❑ O Conselho Fiscal é de opinião de que as Demonstrações Financeiras Consolidadas e as Demonstrações Financeiras do Banco (compostas pelas seguintes peças do Banco e do Grupo: Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Rendimento Integral, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios e respectivas Notas Explicativas):
 - i). Estão em conformidade com a Lei e satisfazem as disposições estatutárias, bem como as normas emanadas do Banco Central;
 - ii). Foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF); e
 - iii). Reflectem, de forma verdadeira e apropriada, a situação financeira do Banco e do Grupo em 31 de Dezembro de 2021, bem como o resultado das operações realizadas durante o exercício.
- ❑ O conselho Fiscal é de parecer favorável que a Assembleia Geral:
 - i). Aprove as Demonstrações Financeiras Individuais do BIM - Banco Internacional de Moçambique, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021;
 - ii). Aprove o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BIM - Banco Internacional de Moçambique, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.

RELATORIO E CONTAS DE 2021

SÍNTESE E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ao longo do período em que exerceu funções, o Conselho Fiscal teve a oportunidade de constatar o profissionalismo, a disponibilidade, a dedicação e o forte empenho do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e dos Colaboradores do Banco e do Grupo.

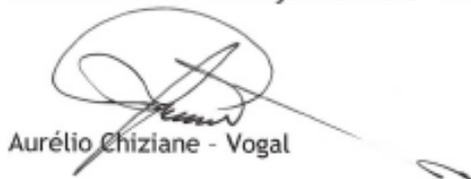
O Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração e aos Colaboradores das Direcções e das Áreas, com quem mais directamente contactou, a disponibilidade que sempre demonstraram e a elevada qualidade do apoio dispensado para a realização do seu trabalho.

Maputo, 15 de Março de 2022

O CONSELHO FISCAL



Teonito Jaime dos Anjos Comiche - Presidente



Aurélio Chiziane - Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Umeid Calú - Vogal Suplente

BANCO INTERNACIONAL DE MOÇAMBIQUE, S.A.
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS
EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2021
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal analisou a proposta de aplicação do Resultado Líquido, referente ao Exercício Económico de 2021, tendo constatado que não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Considerando a qualidade do Balanço e os respectivos indicadores, com particular realce para a rentabilidade, solvabilidade e liquidez do Banco, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral aprove a proposta do Conselho de Administração de Distribuição do Resultado Líquido no valor de 9.853.466.200,32 Meticais do seguinte modo:

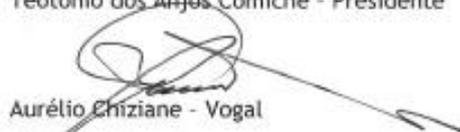
DESCRIÇÃO	%	VALOR (MZN)
Reserva Livre	22.5%	2,217,029,895.07
Reserva para Estabilização de Dividendos	2.5%	246,336,655.01
Distribuição aos Accionistas	75%	7,390,099,650.24
TOTAL	100%	9,853,466,200.32

Maputo, 15 de Março de 2022

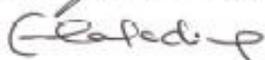
O CONSELHO FISCAL



Teotónio dos Anjos Comiche - Presidente



Aurélio Chiziane - Vogal



Eulália Mário Madime - Vogal



Umeid Calú - Vogal Suplente

Parecer CF_BIM - Prop Apl Res 2021 - 15 Mar 22

20

21

**ANEXO À CIRCULAR
Nº3/SHC/2007**

M

ANEXO À CIRCULAR Nº3/SHC/2007

MODELO III

Balanço - Contas Individuais (Activo)

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Dezembro 2021			Milhares de MZN	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido		
					dez/20	
	Activo					
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	24 299 257	-	24 299 257	25 774 111
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	7 966 063	-	7 966 063	2 873 620
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		4 359 809	-	4 359 809	5 284 366
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-	-
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		98 651		98 651	81 406
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	20	18 896 399	-	18 896 399	37 762 392
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	21	45 637 693	3 807 522	41 830 171	44 506 254
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	22	72 710 220	178 428	72 531 792	49 926 149
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra		-	-	-	-
21	Derivados de cobertura					
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	25	1 461 776	31 264	1 430 512	2 170 584
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	26	11 328 435	5 649 910,00	5 678 525	5 819 949
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis	27	1 765 653	1 046 859	718 794	560 710
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	24	99 501	-	99 501	416 148
300	Activos por impostos correntes	28	396 913	-	396 913	375 578
301	Activos por impostos diferidos	29	960 864	-	960 864	1 523 861
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1)	Outros Activos		5 481 947	770 889	4 711 058	3 005 886
	Total de activos		195 463 181	11 484 872	183 978 309	180 081 014

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

MODELO III (PASSIVO)

Balanço - Contas Individuais (Passivo)

Milhares de MZN

Rubricas		Notas / Quadros anexos	dez/21	dez/20
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	31	182 264	216 306
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		397 796	360 255
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		137 991 503	140 954 024
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		-	-
44	Derivados de cobertura		-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		-	-
47	Provisões	33	750 306	492 472
490	Passivos por impostos correntes		41	54
491	Passivos por impostos diferidos		-	-
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos		4 373 039	3 673 798
	Total de Passivo		143 694 949	145 696 909
	Capital			
55	Capital	35	4 500 000	4 500 000
602	Prémios de emissão		-	-
57	Outros instrumentos de capital		-	-
- 56	(Ações próprias)		-	-
58 + 59	Reservas de reavaliação	36	-47 653	29 563
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	36	25 977 547	24 729 643
64	Resultado do exercício	36	9 853 466	5 124 899
- 63	(Dividendos antecipados)		-	-
	Total de Capital		40 283 360	34 384 105
	Total de Passivo + Capital		183 978 309	180 081 014

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Milhares de MZN

Rubricas		Notas / Quadros anexos	dez/21	dez/20
79 + 80	Juros e rendimentos similares	5	17 306 343	15 964 199
66 + 67	Juros e encargos similares	5	4 877 434	4 573 096
	Margem financeira		12 428 909	11 391 103
82	Rendimentos de instrumentos de capital	6	1 420 514	437 992
81	Rendimentos com serviços e comissões		2 857 166	2 545 959
68	Encargos com serviços e comissões		416 981	353 735
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial		1 313 448	1 111 244
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	16	2 907 139	-
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração		215 942	174 942
	Produto bancário		20 726 137	15 307 505
70	Custos com pessoal	10	3 026 468	2 897 246
71	Gastos gerais administrativos	11	3 122 452	3 006 673
77	Amortizações do exercício	12	988 525	968 434
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		308 689	119 055
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		459 313	2 427 860
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		318 678	86
	Resultados antes de impostos		12 502 012	5 888 151
	Impostos			
65	Correntes	15	2 080 506	1 711 371
74 - 86	Diferidos	15	568 040	-948119
640	Resultados após impostos		9 853 466	5 124 899
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas			

MODELO V Balanço - Contas Consolidadas Ajustadas (Activo)

Milhares de MZN

Rubricas		Dez-21	Dez-20
	Activo		
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais	24 299 257	25 774 111
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito	7 966 063	2 873 620
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação	4 359 809	5 284 366
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda	98 651	81 406
13 + 150 + 158 (1) + 159 (1) + 3303 + 3310 (1) + 3408 (1) - 350 - 3520 - 5210 (1) - 5300	Aplicações em instituições de crédito	18 896 399	37 762 392
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 + 34008 - 3510 - 3518 - 35210 - 35211 - 5210 (1) - 53010 - 53018	Crédito a Clientes	41 830 171	44 506 254
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 + 3307 + 3310 (1) + 3402 - 355 - 3524 - 5210 (1) - 5303	Investimentos detidos até à maturidade	72 531 792	49 926 149
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 + 3306 + 3310 (1) + 3408 (1) - 354 - 3523 - 5210 (1) - 5308 (1)	Activos com acordo de recompra	-	-
21	Derivados de cobertura		
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda	1 430 512	2 170 584
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento	-	-
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis	5 678 525	5 819 949
28 + 29 - 3582 - 3583 - 361	Activos intangíveis	718 794	560 710
230 + 231 + 239 (1) - 356 (1)	Investimentos em filiais excluídas de consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
232 + 239 (1) - 356 (1)	Filiais não sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique (4)	2 998 792	3 315 439
300	Activos por impostos correntes	396 913	375 578
301	Activos por impostos diferidos	960 864	1 523 861
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 3310 (1) + 338 + 3408 (1) + 348 (1) - 3584 - 3525 + 50 (1) (2) - 5210 (1) - 5304 - 5308 (1) + 54 (1) (3)	Outros Activos	4 725 845	3 020 673
	Total de activos	186 892 387	182 995 092

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.

(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

(4) Reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial

MODELO V Balanço - Contas Consolidadas Ajustadas (Passivo)

Milhares de MZN

Rubricas		Dez-21	Dez-20
	Passivo		
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais	182 264	216 306
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito	397 796	360 255
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos	137 991 503	140 954 024
Anexo à Circular nº 3/SHC/2007	Responsabilidades representadas por títulos	-	-
44	Derivados de cobertura	-	-
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas	-	-
47	Provisões	750 306	492 472
490	Passivos por impostos correntes	41	54
491	Passivos por impostos diferidos	-	-
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital	-	-
480 + 488 +/- 489 (1) - 3311	Outros passivos subordinados	-	-
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)	Outros passivos	4 373 039	3 673 798
	Total de Passivo	143 694 949	145 696 909
	Capital		
55	Capital	4 500 000	4 500 000
602	Prémios de emissão	-	-
57	Outros instrumentos de capital	-	-
- 56	(Acções próprias)	-	-
58 + 59	Reservas de reavaliação	-47 653	29 563
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados	28 714 055	27 466 151
	Resultado do exercício	10 031 037	5 302 470
- 63	(Dividendos antecipados)	-	-
62	Interesses minoritários	-	-
	Total de Capital	43 197 438	37 298 183
	Total de Passivo + Capital	186 892 387	182 995 092

MODELO VI Demonstração de Resultados - Contas Consolidadas Ajustadas

Milhares de MZN

Rubricas		DEZ-21	Dez-20
79 + 80	Juros e rendimentos similares	17 306 343	15 964 199
66 + 67	Juros e encargos similares	4 877 434	4 573 096
	Margem financeira	12 428 909	11 391 103
82	Rendimentos de instrumentos de capital	1 420 514	437 992
81	Rendimentos com serviços e comissões	2 857 166	2 545 959
68	Encargos com serviços e comissões	416 981	353 735
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	-	-
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	-	-
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	1 313 448	1 111 244
- 691 - 697 - 699 (1) - 724 - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 842 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos	2 907 139	-
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 842 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	215 942	174 942
	Produto bancário	20 726 137	15 307 505
70	Custos com pessoal	3 026 468	2 897 246
71	Gastos gerais administrativos	3 122 452	3 006 673
77	Amortizações do exercício	988 525	968 434
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	308 689	119 055
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	459 313	2 427 860
767 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	318 678	86
841	Diferenças de consolidação negativas	-	-
- 730 - 731 + 850 + 851	Resultados de filiais excluídas de consolidação, associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)*	-	-
-732 + 852	Resultados de filiais não sujeitas à supervisão do Banco de Moçambique - método de equivalência patrimonial	-2 405 736	177 571
	Resultados antes de impostos e de interesses minoritários	10 096 276	6 065 722
65	Impostos		
	Correntes	2 080 506	1 711 371
74 - 86	Diferidos	568 040	-948 119
	Resultados após impostos antes de interesses minoritários	7 447 730	5 302 470
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		
641	Interesses minoritários		
	Resultados consolidados do exercício	7 447 730	5 302 470

Millennium
bim

AQUI CONSIGO

21 35 00 35
82 35 00 350
84 35 00 350
86 35 00 350

millenniumbim.co.mz